



**Ministério de Minas e Energia**  
**Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras**  
**Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf**

# **Relatório de Gestão do Exercício 2016**

**Recife**  
**Mai 2017**



**Ministério de Minas e Energia**  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras  
**Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf**

## **Relatório de Gestão do Exercício 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa 154/2016, da Portaria -TCU nº 59/2017.

**Recife**  
**Mai 2017**

# **I. RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **SUMÁRIO**

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2.</b>	<b>VISÃO GERAL DA UNIDADE</b>	<b>15</b>
2.1	Finalidades e competências	15
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	15
2.3	Ambiente de atuação	16
2.4	Organograma	18
	2.4.1 Princípios organizacionais	19
	2.4.2 Unidades Estratégicas	22
2.5	Macroprocessos finalísticos	23
2.6	Composição acionária do capital social	30
2.7	Participação em outras sociedades	31
2.8	Principais eventos societários ocorridos no exercício	32
<b>3.</b>	<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS</b>	<b>34</b>
3.1	Planejamento Organizacional	34
	3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	35
	3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	35
	3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	36
3.2	Desempenho Orçamentário	37
	3.2.1 Execução descentralizada por transferência de recursos	38
	3.2.2 Informações sobre a realização das receitas	41
	3.2.3 Informações sobre a execução das despesas	42
3.3	Desempenho Operacional	52

3.4	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	54
3.4.1	Indicadores de operação	54
3.4.2	Indicadores da administração	60
3.4.3	Indicadores econômico-financeiros	61
3.4.4	Indicador ambiental	66
<b>4.</b>	<b>GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>68</b>
4.1	Descrição das estruturas de governança	68
4.1.1	Atendimento à Lei das Estatais	70
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados	71
4.3	Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	71
4.3.1	Representantes da Chesf na diretoria de SPE	73
4.4	Atuação da unidade de auditoria interna	73
4.5	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	75
4.6	Gestão de riscos e controle interno	76
4.7	Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado	76
4.7.1	Base normativa da remuneração	76
4.7.2	Objetivos da política ou prática de remuneração	77
4.7.3	Composição da remuneração	77
4.7.4	Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração	78
4.7.5	Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho	78
4.7.6	Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada	78
4.7.7	Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos	78
4.7.8	Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia	78
4.7.9	Plano de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração baseado em ações	79
4.7.10	Comentários sobre a remuneração variável	79
4.8	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	81

4.9	Participação acionária de membros de colegiados da Chesf	82
<b>5.</b>	<b>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>	<b>83</b>
5.1	Gestão de pessoas	83
5.1.1	Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas	83
5.1.2	Estrutura de pessoal da unidade	93
5.1.3	Demonstrativo das despesas com pessoal	95
5.1.4	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	96
5.1.5	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	98
5.1.6	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	116
5.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	120
5.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União	120
5.3	Gestão da tecnologia da informação	120
5.3.1.	Principais sistemas de informações	120
5.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	122
5.3.3	Pessoal de TI	125
5.3.4	Processos de gerenciamento de serviços de TI	127
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	129
5.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	130
<b>6.</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>	<b>132</b>
6.1	Canais de acesso do cidadão	132
6.1.1	Estatística das Manifestações	132
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão	140
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	140
6.3.1	Área de Comercialização	140
6.3.2	Área de Operação	140
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	140
6.4.1	Monitoramento da Lei de Acesso à Informação – LAI	140

<b>7.</b>	<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>143</b>
7.1	Desempenho financeiro no exercício	143
7.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	147
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	148
7.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	148
<b>8.</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	<b>149</b>
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	149
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	153
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	154
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8666/1993	154
8.5	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	154

## **ANEXOS**

### **II RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES**

1. ROL DE RESPONSÁVEIS
2. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
3. PARECER DE COLEGIADO
4. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO
5. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE
6. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE
  - 6.1 Declaração de integridade e completeza dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
  - 6.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	22
Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos	23
Quadro 3 – Composição acionária do capital social	30
Quadro 4 – Participação em outras sociedades	31
Quadro 5 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	38
Quadro 6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Chesf na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	39
Quadro 7 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	39
Quadro 8 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	40
Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação	42
Quadro 10 - Despesas por grupo e elemento de despesa	43
Quadro 11 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	79
Quadro 12 – Síntese da remuneração dos administradores	80
Quadro 13 – Força de trabalho da Chesf	93
Quadro 14 – Distribuição da Lotação Efetiva	94
Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Chesf	94
Quadro 16 – Despesas de pessoal	95
Quadro 17 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da Chesf	98
Quadro 18 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	150
Quadro 19 – Despesas com publicidade	154

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACL	Mercado Livre
ACR	Mercado Regulado
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGO	Assembleia Geral Ordinária
AGU	Advocacia Geral da União
AHE	Aproveitamento Hidroelétrico
Ana	Agência Nacional de Águas
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível
APP	Área de Preservação Permanente
ATR	Autorizações para Transporte de Resíduos
ASV	Autorização de Supressão de Vegetação Nativa
BB	Banco do Brasil
BD	Plano de Benefícios
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BS	Plano Saldado de Benefícios
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CA	Conselho de Administração
CBH	Comitê de Bacias Hidrográficas
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CD	Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida,
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CEF	Caixa Econômica Federal
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Cesp	Companhia Energética de São Paulo
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CF	Conselho Fiscal
CGU	Controladoria Geral da União
CIGRÉ-BR	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COAM	Centro de Operação de Análises e Manutenção de Óleos
COOS	Centro de Operação do Sistema
Copel	Companhia Paranaense de Energia
Cotipo	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos Organizacionais
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CT	Contrato
CTNE	Contrato de Natureza Exploração
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DD	Decisão de Diretoria
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

DL	Deliberação do Conselho de Administração
DLAP	Meta para a Disponibilidade de Geração
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra a Seca
DOU	Diário Oficial da União
DO	Disponibilidade Operacional
DREQ	Duração Equivalente de Interrupção
DRO	Despacho de Requerimento de Outorga
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EMP	Exame médico periódico
ENES	Energia Interrompida
EPE	Empresa de Planejamento Energético
Fachesf	Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social
FEN	Fundo de Energia do Nordeste
FIA/USP	Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo
FREQ	Frequência Equivalente de Interrupção
Funai	Fundação Nacional do Índio
GEF	sistema Gestão Econômico-Financeira
HNAS	Hospital Nair Alves de Souza
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
<i>IFRS</i>	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IN	Instrução Normativa
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO	International Organization for Standardization
LAN	Redes locais
LI	Licença de Instalação
LO	Licenças de Operação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LT	Linha de transmissão

MC	Ministério das Comunicações
MCPSE	Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia
NBR	Norma Brasileira
NEIC-RB	Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica
NYSE	Bolsa de Valores de Nova Iorque
OE	Objetivo Estratégico
OHSAS	Occupational Health and Safety Assessments Series
OLA	Órgãos Licenciadores Ambientais
OSS	Sistema de Suporte a Operação
OTN	Sistema de Transporte Óptico
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PBA	Projeto básico ambiental
PDE	Plano Decenal de Energia
P&D+I	Pesquisa e Desenvolvimento + Inovação
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC	Plano de Educação Corporativa
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMAL	Parque de Materiais de Abreu e Lima
PMI	Programa de Modernização de Instalações
PNE	Plano Nacional de Energia
PP	Plano de Providências Permanente
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RAP	Receita Anual Permitida
RBSE	Rede Básica do Sistema Existente
REDH	Relatório de Disponibilidade Hídrica
RHSin	Sistema Integrado de Recursos Humanos
RLO	Renovações de Licença de Operação
ROL	Receita Operacional Líquida
SAGE	Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia
SAN	Sistema de Avanço de Nível
SAP	Software, Applications and Products
SCON	Sistema de Contabilidade
SE	Subestação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGMS	Sistema de Gestão da Manutenção de Subestações
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão

SIGA	Sistema Integrado de Gestão de Ativos
SIN	Sistema Interligado Nacional
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SOX	Lei Sarbanes-Oxley
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas Estadual
TCU	Tribunal de Contas da União
TGAT	Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho
TFAT	Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho
UHE	Usina hidroelétrica
UNISE	Universidade do Sistema Eletrobras
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco
UTE	Usina termoelétrica
UTR	Unidades Terminais Remotas

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1 - Resolução Normativa RN-01/2013 OI-73.

Anexo 2 - Regulamento próprio aprovado por Decisão de Diretoria Executiva da Companhia em 23.04.2012.

Anexo 3 – Relatório de Auditoria Independente da Fachesf

## 1. APRESENTAÇÃO

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf elaborou o Relatório de Gestão referente ao exercício 2016, de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa 154/2016, da Portaria - TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

O Relatório está organizado em 01 seção com 8 capítulos e 1 seção de Relatórios, Pareceres e Declarações com 6 capítulos, além de 3 anexos.

O Relatório de Gestão de 2016, segundo a portaria TCU nº 59/2017, de 17 de janeiro de 2017, obedece à estrutura de conteúdos definida no e-Contas, bem como às orientações de elaboração contidas no referido sistema.

O ano de 2016 foi de dificuldades para Chesf. Com uma extensa carteira de obras para entregar, enfrentou significativa redução da disponibilidade de caixa, devido a bloqueios judiciais em suas contas de R\$ 491,1 milhões, referentes ao processo conhecido como Fator K.

A insuficiência de caixa associada à pequena margem EBITDA dificultou significativamente a captação de recursos junto aos bancos, conforme previsto no Plano de Negócios, comprometendo o pagamento aos fornecedores com a consequente paralisação da implantação de 80 empreendimentos.

Neste exercício, a Aneel homologou o montante de R\$ 5,09 bilhões, com data base de 31.12.2012, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, existentes em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. Os valores homologados e contabilizados no resultado do exercício não representam imediata entrada de recursos financeiros no caixa da Companhia. De acordo com a Portaria MME nº 120/2016, o efetivo recebimento dessas receitas dar-se-á a partir de julho de 2017, em valores mensais, durante oito anos. Em decorrência deste fato, a Companhia apurou um lucro de R\$ 3.985,4 milhões.

Reduzindo custos, otimizando despesas e com o apoio do Ministério de Minas e Energia e da *holding* Eletrobras, a Chesf conseguiu fechar 2016 com a entrega de um conjunto de obras prioritárias, realizando melhorias em subestações, além de ter participado de empreendimentos de geração e transmissão, corporativos e em parceria com a iniciativa privada. Outro destaque do ano foi a atualização da identidade empresarial e o mapa estratégico 2017-2021.

Em continuidade ao aprimoramento das práticas de integridade no ambiente corporativo, a Chesf, criou, ainda em 2016, a Coordenadoria de Conformidade, Controle Interno e Gestão de Riscos, refletindo as ações da Eletrobras, de fortalecer seu Programa Anticorrupção. No final do ano, foi lançado o “Programa Eletrobras 5 Dimensões e, também, a segunda edição do Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, adotados pela Chesf.

O “Programa Eletrobras 5 Dimensões” representa um avanço no nível de maturidade e robustez das ações de integridade na Companhia, e faz parte do rol de atividades que as Empresas Eletrobras precisam cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como para evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou irregularidades.

A área de transmissão esteve em evidência em 2016. O sistema da Chesf foi incrementado com a energização de 429 km de linhas de transmissão, três novas subestações próprias, tendo a sua capacidade de transformação sido ampliada em 2.290 MVA. O investimento no período foi de R\$ 551,9 milhões. Com isso, a Companhia entregou 20% de todas as obras de transmissão energizadas em 2016 no Brasil, inclusive, com três empreendimentos energizados antecipadamente, em relação ao prazo estipulado pela agência reguladora: SE Arapiraca III - 2º transformador trifásico 230/69 kV, SE Lagoa Nova II - 3º TR 230/69 kV - 150 MVA e SE Currais Novos II - Substituição TR 138/69 kV - 33 MVA por TR 138/69 kV - 50 MVA.

No segmento de geração, a Companhia investiu R\$ 97,4 milhões em suas usinas hidrelétricas para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade e seguiu com as obras de implantação dos parques eólicos próprios de Casa Nova II e III, localizados no Estado da Bahia.

A Companhia também realizou investimentos em infraestrutura no montante de R\$ 32,1 milhões para manutenção de bens imóveis, veículos e equipamentos, informática e teleprocessamento. Ressalte-se ainda, que, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), a Chesf investiu R\$ 895,7 milhões em participações em empreendimentos, agregando ao Sistema Interligado Nacional (SIN), 3.194,9 MW de potência instalada, sendo 2.963,75 MW de usinas hidroelétricas e 231,15 MW de parques eólicos, além de 166 km de linhas de transmissão.

O total investido pela Chesf em empreendimentos próprios e em sociedade montou em R\$ 1.577,1 milhões.

Para fazer face ao programa de investimento do ano, a Chesf captou um total de R\$ 1.069,5 milhões em recursos contratados junto ao BNDES (R\$ 188,0 milhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 200,0 milhões) e Eletrobras (R\$ 681,5 milhões).

A escassez hídrica foi relevante para o Nordeste e para a Companhia, que opera e mantém reservatórios no Nordeste, inclusive o maior deles, o de Sobradinho, na Bahia. Desde 2013, a Chesf vem reduzindo a vazão mínima histórica do Rio São Francisco, a partir de Sobradinho. Em 2016, a Companhia continuou com restrição de vazão do São Francisco de 800 metros cúbicos por segundo. Em setembro, o Ibama autorizou a Chesf a reduzir a vazão para 700 metros cúbicos por segundo, o que foi realizado em janeiro de 2017.

Em cumprimento às condicionantes ambientais estabelecidas pelo Ibama, a Chesf realiza, entre outros, o Programa de Monitoramento do Rio São Francisco, divulgado por meio de boletins no Portal Chesf ([www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br)). Também por esse endereço na internet é possível verificar as vazões dos reservatórios mantidos pela Chesf.

Outro destaque do ano de 2016 foi a parceria firmada, através de Termo de Cooperação, com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP para o uso mútuo de infraestrutura óptica em toda região Nordeste, tendo como suporte as linhas de transmissão da Chesf.

Para a RNP, a parceria permitirá acelerar a oferta de infraestrutura avançada ótica para a educação e pesquisa, o que vai beneficiar o acesso à internet de alto desempenho para a comunidade acadêmica, incluindo centros de pesquisa, faculdades, institutos superiores, hospitais de ensino e centros de educação tecnológica, integrando a 100Gbps todo o Nordeste ao País.

Para a Chesf, o avanço na infraestrutura de telecomunicações garantirá maior confiabilidade para atendimento à operação e manutenção do seu sistema elétrico, em especial nas instalações teleassistidas, bem como às aplicações corporativas da Companhia. A Chesf disponibilizará à RNP

parte de sua infraestrutura óptica existente, que se utiliza dos cabos para-raios, tipo OPGW, para tráfego de interesse das instituições de ensino e órgãos governamentais.

Considerando as dificuldades e os principais resultados enfatizados, o ano de 2016 foi de superação e conquistas para a Companhia, sua força de trabalho e toda a sociedade. O esforço de todos os que fazem a Chesf foi de reorganização e melhorias de eficiência, alcançando os resultados esperados.

A Chesf reforça seus valores e, em especial, seu compromisso com a sociedade, permanecendo vetor do desenvolvimento regional.

## **2. VISÃO GERAL**

### **2.1 Finalidades e competências**

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, tem como principais atividades a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidrotérmica com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por 99,9% da produção total de energia em 2016, com um parque gerador com mais de 10.613,1 MW de potência instalada, sendo composto por 13 usinas hidrelétricas, supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 56,8 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicomustível.

O sistema de transmissão da Chesf é composto por 20.313,3 km de linhas em operação, sendo 5.371,9 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 14.167,8 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 773,6 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 114 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras transmissoras em que a Chesf possui ativos) e mais 14 subestações elevadoras de usinas, e ainda 9.815 km de cabos de fibras ópticas do tipo OPGW.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e de transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE).

### **2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Chesf**

A Chesf foi criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948.

É uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Atua em estrita consonância com a legislação vigente e com os atos de regulação emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

O Estatuto da Chesf é um conjunto de regras, acordadas em Assembleias pelos sócios, que disciplina as relações jurídicas e o funcionamento da Empresa.

O primeiro Estatuto foi aprovado na 1ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 15.3.1948, publicado no DOU do dia 15.4.1948. Houve alterações subsequentes e a versão vigente foi aprovada pela 166ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 28.12.2012.

Na qualidade de concessionária de serviço público de energia elétrica, a Chesf é regida por um extenso arcabouço legal e regulatório.

### **2.3. Ambiente de atuação**

Informações sobre o ambiente de atuação da Chesf, destacando:

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

A empresa atua, dentro do setor elétrico, nos segmentos de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. No segmento de geração, sua concessão corresponde a 7,0% da capacidade instalada do país em operação comercial, composta por 13 usinas hidroelétricas. A usina termelétrica de Camaçari está fora de operação comercial e encontra-se em processo de revogação de concessão. No segmento transmissão, o sistema é composto por 20.313,3 km de linhas de transmissão.

O mercado de energia elétrica brasileiro é predominantemente regulado, na proporção de 63,38%, tendo suas atividades regulamentadas pela ANEEL. A Chesf atua no mercado regulado (ACR) através da comercialização das cotas de energia elétrica direcionadas às distribuidoras. Além disso, atua no mercado livre (ACL) através de leilões de compra e venda de energia, bem como no atendimento aos consumidores industriais eletrointensivos regidos pela Lei 13.182/2015.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da Chesf

Geradoras: Furnas, Eletronorte, Engie, Cemig, Copel, CPFL, Cesp, Eletrosul  
Transmissoras: Furnas, Eletronorte, CTEEP, Eletrosul

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela Chesf em relação ao seu ambiente de atuação

No segmento de geração e transmissão, a empresa opera, mantém e transmite energia elétrica dos ativos sob sua concessão. No segmento de comercialização, a Chesf negocia energia nos ambientes regulado e livre, prioritariamente, através de leilões de energia promovidos pelo Poder Concedente, por terceiros ou por ela própria.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

Como principais ameaças, destacam-se: riscos hidrológicos; restrições ambientais; riscos regulatórios; assimetria de informações; restrições econômicas e financeiras.  
Como oportunidades, destacam-se a possibilidade de participação em novos projetos nos segmentos em que atua.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da Chesf com os principais clientes de seus produtos e serviços

A contratação de produtos e serviços é amparada no arcabouço legal pertinente ao seu negócio. A empresa preza pela transparência e ética em suas relações, orientada pelo seu Código de Ética.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

No que diz respeito aos riscos de mercado exemplifica-se o risco hidrológico (item d). Sua mitigação dá-se através da participação no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, adoção de *hedge*, operações de compra para reduzir eventuais exposições no mercado de curto prazo, operações de *Swap* entre outras operações.



## 2.4.1 Princípios organizacionais

Os princípios organizacionais orientadores da organização e da ação administrativa, definidos para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf são os seguintes:

### 2.4.1.1 Enfoque sistêmico

A ação empresarial deve ser desenvolvida de forma sistêmica, integrada e interdependente, dirigida sempre para os objetivos da Empresa e para a consecução de suas metas e diretrizes, evitando-se a atuação através de unidades estanques e isoladas. Prevalecerão sempre o sentido e o fluxo das atividades, independentemente da subordinação administrativa. A formação estrutural da Companhia decorre da necessidade de suporte administrativo e gerencial para o funcionamento adequado dos seus sistemas organizacionais.

### 2.4.1.2 Estruturação orgânica

A estrutura da Companhia é do tipo "linha e assessorias" onde o comando da autoridade deve fluir ao longo da Organização através da hierarquia funcional. A definição orgânica estabelecida visa facilitar a coordenação natural dos projetos e atividades através:

- . da formalização das unidades orgânicas;
- . da autonomia funcional dos órgãos;
- . da unidade de comando e alcance de controle gerencial; e
- . dos canais de comunicação eficazes.

A verticalização da estrutura está definida em 4 (quatro) níveis hierárquicos da seguinte forma:

-----  
Nível Estrutural Órgãos  
-----

- 1o. Superintendências
  - 2o. Departamentos, Administrações e Gerências
  - 3o. Divisões
  - 4o. Centros, Serviços e Unidades
- 

A departamentalização da Companhia foi estabelecida com base na análise funcional, segundo o princípio da divisão de trabalho, levando-se em conta a natureza/especialização das funções e o volume das atividades. As funções básicas dos diversos órgãos, aprovadas pela Diretoria Executiva, estão disponíveis no Manual de Organização da Chesf.

### 2.4.1.3 Subordinação e interrelacionamento dos órgãos

A subordinação hierárquica define-se pelo posicionamento relativo de cada órgão na estrutura da Companhia e no enunciado de suas funções básicas.

É mantido o princípio da unidade de comando, sem prejuízo das orientações intersistêmicas, visando ao perfeito funcionamento e aplicação das normas estabelecidas.

Todos os órgãos da Companhia devem manter estrita colaboração entre si, facilitando a tramitação dos documentos e prestando todas as informações necessárias sobre as atividades de sua área de atuação.

#### 2.4.1.4 Criação, transformação e extinção de órgãos

A criação, transformação e extinção de órgãos da Companhia até o nível de Superintendência dependem de atos do Conselho de Administração. Os demais níveis dependem de atos da Diretoria Executiva. A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI é responsável pelo assessoramento técnico para as mudanças organizacionais e respectivas alterações no Manual da Organização e instrumentos normativos correlatos.

A criação ou transformação de qualquer órgão deve obedecer sempre aos princípios da divisão de trabalho quanto à especialização e ao volume das atividades envolvidas. Nenhum órgão deve ser criado ou transformado sem que se destine a exercer funções diretamente inscritas nos objetivos da Companhia e ainda não atribuídas, no todo ou em parte, a outro órgão.

Os órgãos subordinados devem funcionar sempre nos limites de suas atribuições específicas e definidas pela estruturação orgânica da Companhia, sem prejuízo de suas relações intersistêmicas. Não é recomendável a qualquer órgão decompor-se em um só órgão subordinado.

A Diretoria Executiva poderá instituir Grupos Especiais de Trabalho por prazo determinado e com atribuições específicas definidas, quando se tornarem indispensáveis ao bom funcionamento da Companhia, respeitando os níveis de competência dos órgãos já institucionalizados organicamente. A realização de inquéritos, sindicâncias, licitações, recebimentos de obras regulares e estudos rotineiros, técnicos ou administrativos serão objeto de Comissões permanentes ou por prazo determinado.

#### 2.4.1.5 Agilização do processo decisório

A empresa moderna necessita de sistemas de informação e de comunicação ágeis para possibilitar tomadas de decisões eficazes. Neste sentido, deverá ser dada ênfase ao uso racional da informática e dos meios de comunicação, de modo que as informações fluam dentro da organização facilitando as ações gerenciais e operacionais. Devem ser estimulados os contatos diretos através de atalhos organizacionais, privilegiando o fluxo das atividades e permitindo a flexibilidade funcional.

#### 2.4.1.6 Delegação e exercício de autoridade

O Diretor-Presidente, assim como os demais Diretores, são responsáveis pelos atos deliberativos da Companhia e devem permanecer, tanto quanto possível, livres de funções meramente executivas e da prática de atos relativos à mecânica administrativa ou que se refiram à simples aplicação de normas estabelecidas.

O encaminhamento de documentos e outros expedientes aos Diretores ou a avocação de qualquer assunto pelos mesmos apenas deverá ocorrer:

- . quando a decisão for de sua competência;
- . quando o assunto se relacionar com atos que pessoalmente praticaram;

. quando incidir no campo das relações da Chesf com entidades externas, salvo quando se tratar de assuntos rotineiros pertinentes à sua área de atuação.

Para permitir o cumprimento destes princípios e com o fim de acelerar a tramitação administrativa, devem ser observados, no estabelecimento de rotinas de trabalho, os seguintes aspectos:

a) as chefias situadas na base da organização devem receber a maior soma possível de competências decisórias, particularmente em relação aos assuntos rotineiros;

b) a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação, deve ser a que se encontra no ponto mais próximo àquele em que o processo relativo a um determinado assunto se completa ou em que todos os meios e formalidades requeridas por uma operação se liberam;

c) a autoridade não deve excusar-se de decidir sobre assunto de sua alçada, protelando, por qualquer forma, seu pronunciamento ou encaminhado o caso à consideração superior ou de outra autoridade.

#### 2.4.1.7 Planejamento e controle

Conforme as normas da Companhia, cabe à Diretoria Executiva estabelecer os objetivos e metas da Empresa a nível global e a curto, médio e longo prazos, bem como definir os graus de prioridades atribuíveis a esses objetivos e metas, formalizando-os em documentos próprios.

Cada Diretoria deve elaborar seus planos setoriais, especificando seus projetos e atividades em decorrência dos objetivos e metas traçados pela Diretoria Executiva.

Os objetivos e metas globais e setoriais devem ser estabelecidos sempre de forma a se obter a sinergia de esforços entre os vários sistemas, interagindo e integrando todas as atividades da Companhia. Os planos são expressos financeiramente através dos orçamentos Anuais e Plurianuais aprovados pela Diretoria Executiva. As formas de cumprimento dos planos, programas e orçamentos estão definidas em normas e manuais próprios, sendo estes os principais instrumentos de planejamento e controle da gestão empresarial.

#### 2.4.1.8 Continuidade dos aprimoramentos organizacionais

Toda estrutura organizacional decorre da necessidade de se ter um suporte para o funcionamento adequado dos sistemas da Empresa.

A expansão da Companhia, as mutações do ambiente e a evolução tecnológica concorrem para uma dinâmica empresarial permanente, razão pela qual se deve estar alerta para os devidos ajustes organizacionais.

A estrutura organizacional, como referencial da cadeia de comando, deve ser flexível e adaptativa de modo a garantir o suporte adequado ao processo decisório e às ações empresariais.

A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, como órgão coordenador desta função em conjunto com os demais órgãos, deve promover o planejamento e o estudo

permanente das necessidades de adaptações estruturais na Companhia. Outro fator importante é o aprimoramento dos métodos e processos visando racionalizar a ação administrativa.

Neste sentido, todos os órgãos devem estar vigilantes para os processos de modernização e desburocratização, permitindo um fluxo mais rápido e simplificado de todos os segmentos da administração.

#### 2.4.2 Unidades estratégicas

Com base nos Objetivos Finalísticos de seu Planejamento Empresarial, a Companhia identifica as seguintes áreas, que integraram no exercício de 2016 sua estrutura organizacional, como as mais estratégicas:

**Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
SPG – Superintendência de Projetos e Construção de Geração	Planejamento, Projeto e Construção da Geração	Robson Afonso Botelho	Superintendente	02/09/2015 – Presente
SPT – Superintendência de Projeto e Construção da Transmissão	Projeto e Construção da Transmissão	Roberto Sampaio Pires Ferreira	Superintendente	14/07/2015 – Presente
SPE – Superintendência de Planejamento da Expansão da Transmissão	Planejamento da Expansão da Transmissão e Meio Ambiente	Murilo Sérgio Lucena Pinto	Superintendente	17/09/2007 – Presente
SCE – Superintendência de Comercialização de Energia Elétrica	Planejamento e gestão da comercialização de energia	Belmirando Koury Costa	Superintendente	04/04/2005 – Presente
CRG – Coordenadoria de Regulação	Gestão dos Contratos de Concessão e funções Regulatórias	João Henrique de Araújo Frankling Neto	Gerente de Coordenadoria	01/12/2015 – 02/08/2016
		Neste período ficou respondendo cumulativamente o Chefe de Gabinete da PR		03/08/2016 - Vago
SOC – Superintendência de Operação e Contratos de Transmissão de Energia	Gestão do Sistema Eletroenergético e dos Recursos Hídricos.	Ruy Barbosa Pinto Jr	Superintendente	01/12/2015 – Presente
SMN – Superintendência de Manutenção	Gestão da Manutenção dos Ativos de Geração, Transmissão e Instalações	Miguel Carlos Medina Pena	Superintendente	14/02/2013 – Presente

STC – Superintendência de Telecomunicações e Sistemas de Controle	Planejamento, Operação e Manutenção dos Sistemas de Telecomunicações e Automação de Apoio à Operação do Sistema Eletroenergético.	Fernando Antonio Maia de Madureira Beça	Superintendente	13/07/2015 – 22/05/2016
		Alvaro Tadeu de Araujo Pereira	Superintendente (Inv. Interina Cumulativa)	23/05/2016 – 31/08/2016
		Ricardo Ulisses Falcão Ferraz	Superintendente	01/09/2016 – Presente
CGP – Coordenadoria de Gestão de Participações	Coordenar o processo de gestão das participações da Chesf em sociedades de propósito específico - SPES	Bernardo Feldman Neto	Gerente de Coordenadoria	04/05/2015 – 01/03/2016
		Francisco Roberto Nunes de Souza	Gerente de Coordenadoria	02/03/2016 – Presente

As Diretorias da Companhia possuem Chefes de Gabinete que dão suporte a essas áreas visando à integração entre as mesmas para que os resultados sejam alcançados.

## 2.5 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos que retratam o negócio da Chesf são:

**Quadro 2– Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Prospecção, análise e identificação de oportunidades em negócios de Geração e Transmissão (G e T)	Prospectar, analisar e identificar novas oportunidades de negócios de geração e transmissão de acordo com as estratégias empresariais e considerando avaliações de riscos e viabilidade, visando definir o portfólio empresarial preliminar de empreendimentos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo de viabilidade</li> <li>Portfólio preliminar de G e T (contendo estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental e comercial e o posicionamento da LP e DRDH)</li> </ul>	Vide visão sistêmica	SPE, SPG, SCE, SPF

Avaliação e definição da incorporação do novo negócio de G e T	Avaliar a atratividade dos empreendimentos de geração e transmissão do portfólio preliminar, de forma a agregar novos ativos rentáveis à Empresa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratos para incorporação de energia nova (pós leilão)</li> <li>• Montantes não contratados no ACR</li> <li>• Resultado do leilão homologado (pós leilão)</li> <li>• Plano integrado do Negócio (pós leilão)</li> <li>• Contratos de Concessão de G ou T (pós leilão)</li> <li>• Acordo de Acionistas</li> <li>• Solicitação de autorização à ANEEL</li> </ul>	Vide visão sistêmica	SPE, SPG, SCE, SPF, SPT, DJU
Implantação de empreendimentos de G e T	Executar o empreendimento, em conformidade com o Plano Integrado de Negócios, otimizando o tempo e custo de implantação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Termos de Referência e Especificações Técnicas</li> <li>• Relação dos sobressalentes,</li> <li>• reserva técnica e ferramentas especiais para aquisição</li> <li>• Minutas de contratos (critérios de medição, política ambiental e condições de segurança)</li> <li>• Projeto Executivo</li> <li>• Informação para imobilização</li> <li>• Informações da implantação do empreendimento</li> <li>• Projeto <i>as-built</i> e documentos técnicos</li> <li>• Informações para o pré-operacional</li> <li>• Relatório de Comissionamento</li> <li>• Novos ativos cadastrados</li> <li>• Lista de pendências</li> <li>• LO/ASV</li> <li>• Ativos de G&amp;T disponíveis para operação comercial</li> <li>• Solicitação de intervenção para integração de novas obras</li> <li>• Custos de implantação</li> <li>• Declaração de conformidade com o agente</li> </ul>	Vide visão sistêmica	SPT, SPG
Operação e Manutenção de G e T	Maximizar a disponibilidade dos ativos de geração e funções da transmissão, atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proposta de projeto de engenharia</li> <li>• Sugestões de melhorias, modernização e reparos</li> <li>• Solicitações de manutenção da automação, proteção e telecom</li> <li>• Ocorrências</li> <li>• Contribuições para o aprimoramento da regulamentação</li> <li>• Relatórios e indicadores de gestão</li> </ul>	Vide visão sistêmica	SOC, SMN

	e economicidade.	<p>de operação e manutenção de G e T</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações de operação e manutenção</li> <li>• Relatório sobre: Energia produzida, Disponibilidades de ativos e vazões controladas</li> <li>• Necessidades de recursos de telesupervisão/controle para O&amp;M (Teleassistência)</li> <li>• Projetos, Melhorias, modernizações e reparos</li> <li>• Contratos de Transmissão</li> <li>• Relatórios Técnicos</li> <li>• Relatórios de adequabilidade de equipamentos</li> <li>• Relatórios de análise de perturbações, ocorrências, acidentes e recomendações</li> <li>• Disponibilidade de Ativos de G&amp;T para o ONS</li> <li>• Informações operacionais</li> <li>• Frequência e tensão reguladas</li> <li>• Vazão e energia</li> <li>• Solicitação de programa de intervenção</li> <li>• Acordos operativos</li> <li>• Relatórios de Estudos Elétricos/Instruções e Diagramas Pré-Operacional</li> <li>• Planos de emergência</li> <li>• Modelos computacionais de equipamentos</li> </ul>		
Gestão de comercialização de energia	<p>Apoiar a decisão de novos negócios associados à Comercialização de Energia, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Otimizar o portfólio de contratos;</li> <li>• Pesquisar, ofertar e/ou adquirir produtos;</li> <li>• Gerenciar o relacionamento com Clientes;</li> <li>• Gerenciar contratos e os processos associados à comercialização;</li> <li>• Elaborar cenários de preços, receitas e despesas associadas à comercialização;</li> <li>• Estudar a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cenários de Referência de expansão da oferta de energia (G e T)</li> <li>• Cenários de mercado alvo (de interesse)</li> <li>• Contratos com os agentes de mercado</li> <li>• Diretrizes da Comercialização</li> <li>• Liquidação da CCEE</li> <li>• Pagamentos Aprovados</li> <li>• NF-e</li> <li>• Recebimentos aprovados</li> <li>• Contratos formalizados</li> </ul>	Vide visão sistêmica	SCE

	expansão da oferta e demanda do sistema.			
Gestão de participações	Promover a prosperidade e defender o interesse da Chesf em fazer com que suas participações e negócios gerem mais e melhores resultados, bem como mitigar riscos de negócio, ambientais, regulatórios, financeiros e de compliance e conformidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Previsão de recebimento de dividendos</li> <li>• Informações de dividendos pagos</li> <li>• Informações de aporte (necessidades, previsão, realização)</li> <li>• Rentabilidade da carteira de participações e recomendações</li> <li>• Diretrizes para a Diretoria e Conselheiros</li> <li>• Análise da saúde financeira da sociedade</li> <li>• Desempenho das SPE</li> <li>• Plano de Negócio atualizado</li> </ul>	Vide visão sistêmica	CGP, SPG, SPF

Para o conjunto dos macroprocessos identificados, destacam-se, na visão sistêmica da Chesf, os elementos explicitados a seguir: público de interesse, resultados, entregas (bens e serviços), entradas, fornecedores, recursos, regras e políticas.

a) Públicos de interesse

Todos os atores envolvidos no processo, que a Chesf tem interesse, impactam, sofrem influência ou precisam manter relacionamento. Podem ser concessionárias ou autorizadas, clientes, governo, órgãos reguladores e controladores, parceiros, empregados e outros.

Principais Relacionamentos	
AGENTES DE GOVERNO	AGENTES REGULADORES, FISCALIZADORES E DE CONTROLE
• MME (CNPE,*, CMSE**)	• ANEEL
• MPOG	• ANA
• Receita Federal	• ANP
• Receitas Estaduais	• ANATEL
• Receitas Municipais	• CVM
• Estados e municípios	• IBAMA
• Legislativo	• IPHAN
• Judiciário	• FUNAI
• MMA	• INCRA
• MI	• Órgãos ambientais estaduais e municipais
• MC	• TCU
<b>AGENTES DE PLANEJAMENTO</b>	• TCE's
EPE	• CGU
<b>AGENTE OPERADOR DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	• AGU
	• Agências Reguladoras Estaduais
• CCEE	• DEST

<b>AGENTE OPERADOR DO SISTEMA</b>	• Ministério Público
• ONS	<b>CONCESSIONÁRIAS E PRODUTORES INDEPENDENTES</b>
<b>PARCEIROS DE NEGÓCIO</b>	• Distribuidoras
• Privados ou Públicos	• Transmissoras
• Nacionais ou Internacionais	• Geradoras
<b>SOCIEDADE</b>	• Empresas do Sistema Eletrobras
<b>EMPREGADOS</b>	<b>AGENTES DE CONSUMO</b>
<b>AGENTES DE FINANCIAMENTO</b>	• Consumidores livres
• BNDES	• Consumidores cativos (industriais)
• BNB	• Comercializadores
• CEF	<b>ACIONISTAS</b>
• BB	• Eletrobras
• Bancos privados	• Minoritários
<b>ASSOCIAÇÕES E COMITÊS</b>	<b>ENTIDADES DE P&amp;D+I</b>
• ABRAGE	• CEPEL
• ABRATE	• Universidades e Fundações
• ABRADDEE	• Outros institutos de pesquisa
• ABRACE	• Fabricantes
• ABRACEL	<b>OUTROS PÚBLICOS DE INTERESSE</b>
• ABRAGET	• Comunidades de entorno
• APINE	• Sindicatos e órgãos de classe
• APTEL	• Movimentos sociais
• ABEEólica	• FACHESF
• CIGRÉ	• Auditores independentes
• CBHs	• Polícia Federal
<b>CANAIS DE COMUNICAÇÃO</b>	• Polícias Estaduais
• Mídia Impressa (Jornais e Revistas)	• CODEVASF
• TVs	• DNOCS
• Rádios	• ONGs
• Internet	• Usuários de bacias hidrológicas
<b>EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	*Conselho Nacional de Política Energética
• TELEBRAS	**Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
• Operadoras de Telecomunicações	

## b) Resultados

As saídas são entregas e resultados da boa atuação da organização. Como entrega pode se entender o evento que simboliza a conclusão ou final da operação ou processamento de um sistema. Todo sistema produz uma ou mais saídas, que devem ser produtos ou serviços da organização. Através destas, como consequência o sistema gera resultados de suas operações para o ambiente, que representam benefícios para um ou mais públicos de interesse.

<b>Principais Benefícios</b>	
• Rentabilidade, lucratividade e dividendos	• Aumento da Receita da Chesf
• Qualidade e continuidade da energia	• Percepção de oportunidades de inovação pelas entidades de pesquisa
• Segurança para o SIN	• Reconhecimento e valorização da empresa
• Confiabilidade e Responsabilidade socioambiental	• Satisfação das partes interessadas
• Percepção de valorização e crescimento pelos empregados	• Crescimento socioeconômico e cultural da região onde atua
• Conformidade e transparência nos negócios	• Desenvolvimento de infraestrutura agregada

c) Entregas

Principais Bens e Serviços	
DIRETOS	INDIRETOS
• Ativos de geração e transmissão disponíveis para o SIN	• Projetos Básicos e Executivos
• Energia elétrica para comercialização e para sociedade	• Regularização de vazões
• Frequência e tensão reguladas	• Tributos (encargos e impostos)
• Estudos de viabilidade de projetos de geração	• Relatórios Institucionais
• Estudos de inventário do potencial energético de fontes de geração	• Patrocínio
• Serviços que agreguem valor ao negócio Chesf (reforços, ampliações, acessos, Telecom e O&M)	• Inovação tecnológica
• Contratos de compra, venda e transmissão de energia	• Serviços e infraestrutura de telecomunicações
	• Ações de sustentabilidade
	• Atendimento a condicionantes ambientais e medidas compensatórias
	• Controle de cheia
	• Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos – CFURH (Royalties)

d) Insumos

Tudo aquilo que o sistema importa ou recebe do seu ambiente exterior. O sistema recebe entradas para poder operar, processando ou transformando essas entradas em saídas. Essa pode ser constituída de um ou mais dos seguintes elementos:

- Informação: tudo o que reduz a incerteza ou aumenta o conhecimento a respeito de algo;
- Eventos: elementos disparadores, aqueles que iniciam processos;
- Componentes físicos: recursos a serem utilizados pelo sistema para produzir saídas.

Principais Insumos	
• Editais de leilões corporativos ou consorciados	• Plano Nacional de Energia - PNE
• Contratos de Concessão da Geração e da Transmissão	• Termos de referência
• Autorizações, recomendações e determinações da ANEEL	• Contratos de Serviços, Obras e Materiais
• Autorização de Modernização de Instalações (ANEEL)	• Equipamentos e materiais
• Recomendações do NOS	• Fontes energéticas
• Determinações e recomendações de Auditorias e Fiscalizações de Órgãos e Agentes controladores e fiscalizadores	• Propostas e resultados de P&D+I
• Plano de Ampliações e Reforços	• Proposta de aquisição ou venda de ativos
• Programa de Modernização das Instalações	• Revisões tarifárias
• Estudos de Planejamento da Expansão Eletroenergética	• Estudos de viabilidade de projetos de geração
• Definições de parcerias pela Eletrobras	• Estudos de inventário do potencial energético de fontes de geração
• Demanda do mercado	• Requisitos de disponibilidade, qualidade e confiabilidade
• Propostas de novos negócios de energia	• Acordos coletivos de trabalho
• Planos de Recursos Hídricos	• Relatórios de acompanhamento das SPEs
• Programa de Intervenção	• Planos de negócio de ativos (leilão, aquisição)
• DUP	• Restrições Hídricas
• Plano Decenal de Energia Elétrica - PDE	• Licenças ambientais
• Termos de liberação para operação (TLT, TLP, TLD)	

c) Fornecedores

Pessoa ou empresa que abastece algo a outra empresa ou comunidade. Responsável por providenciar o insumo necessário para um determinado fim.

Principais Fontes de Suprimento de materiais, informações, equipamentos e pessoas.	
• Empreiteiras	• Órgãos e Agentes controladores e fiscalizadores
• Universidades e entidades de pesquisa	• EPE
• Outros prestadores de serviços	• Empresas do setor de energia
• Fornecedores de equipamentos e materiais	• Fornecedores de combustíveis
• ONS	• ANEEL
• CCEE	• ANA
	• IBAMA

#### d) Políticas e Regras

Estabelecem as bases para regulação de como ou quando uma atividade ocorre e o que deve ou não acontecer.

Principais Leis, Regulamentações, Normas e Diretrizes	
• Orientações da Eletrobras	• Estatutos da Empresa e Grupo Eletrobras
• Políticas do Governo	• Políticas, manuais e normativos Chesf
• Acordos de acionistas e Estatutos das SPEs	• Regulamento ANEEL
• Código de Ética	• Legislação do Setor
• Procedimentos de Rede	• Normas técnicas
• Legislação e Regulamentação Ambiental e de Recursos Hídricos	• PNRH (Plano Nacional dos Recursos Hídricos)
• Resoluções, Portarias e Regulamento da ANATEL	• Planos do Comitê
	• Lei 8.666

#### e) Recursos

Itens controlados pela empresa como resultado de eventos passados, aquilo que é gasto ou investido para a realização do processo. Podem ser constituídos de um ou mais dos seguintes elementos: tecnologia, pessoal e instalações.

Principais Ativos	
• A marca Chesf	• Documentações técnicas
• Pessoas com competências necessárias	• Meios de transporte
• Instalações físicas	• Recursos Financeiros
• Equipamentos e materiais	• Sistemas de informação
• Infraestrutura de TI e Telecomunicações	• Centros de Operação

## 2.6 Composição acionária do capital social

**Quadro 3 – Composição acionária do capital social**

UJ COMO INVESTIDA			
Denominação completa: COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO			
Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS		31/12/2016	31/12/2015
Governo	Tesouro Nacional	-	-
	Outras Entidades Governamentais	96,86	96,86
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	96,86	96,86
Free Float	Pessoas Físicas	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-
	% free float	0,00	0,00
Subtotal Ordinárias (%)		96,86	96,86

<b>Ações Preferenciais (%)</b>			
<b>ACIONISTAS</b>		<b>31/12/2016</b>	<b>31/10/2015</b>
<b>Governo</b>	Tesouro Nacional	0,35	0,35
	Outras Entidades Governamentais	2,73	2,73
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	<b>% Governo</b>	<b>3,08</b>	<b>3,08</b>
<b>Free Float</b>	Pessoas Físicas	0,03	0,03
	Pessoas Jurídicas	0,03	0,03
	Capital Estrangeiro	-	-
	<b>% free float</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>
<b>Subtotal Preferenciais (%)</b>		<b>3,14</b>	<b>3,14</b>
<b>Total</b>		<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## 2.7 Participação em outras sociedades

### Quadro 4 – Participação em outras sociedades

<b>COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO</b>		
<b>Ações Ordinárias (% de participação)</b>		
<b>Empresa Investida</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	12,00%
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%
ESBR Participações S.A.	20,00%	20,00%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	19,50%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
São Pedro do Lago S.A	49,00%	49,00%
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	100,00%
Baraúnas I Energética S.A	49,00%	49,00%
Mussambê Energética S.A	49,00%	49,00%
Morro Branco I Energética S.A	49,00%	49,00%
Acauã Energia S.A	99,93%	99,93%
Angical 2 Energia S.A	99,96%	99,96%
Arapapá Energia S.A	99,90%	99,90%
Caititu 2 Energia S.A	99,96%	99,96%
Caititu 3 Energia S.A	99,96%	99,96%
Carcará Energia S.A	99,96%	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A	99,96%	99,96%
Teiú 2 Energia S.A	99,95%	99,95%
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50%	24,50%
Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
Banda de Couro Energética S.A.	1,76%	49,00%
Baraúnas II Energética S.A.	1,56%	49,00%

Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	49,00%
Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	49,00%
Manaus Construtora LTDA.	19,50%	19,50%
<b>Ações Preferenciais (% de participação)</b>		
<b>Empresa Investida</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
	-	-

## 2.8 Principais eventos societários ocorridos no Exercício

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% ao Ministério da Fazenda, 0,016% à Light, e 0,059% a outros acionistas. Tal composição permanece sem modificações relevantes desde 2012.

No que tange a participação da Chesf em outras sociedades, podemos destacar que nos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPE) em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Em 2014, a Companhia adquiriu o controle das SPE dos Complexos Eólicos Pindaí I e II, quais sejam, Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititú 2 Energia S.A., Caititú 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A., Teiú 2 Energia S.A., Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Em 2015 a Companhia adquiriu o controle da SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A. (Complexo Eólico Pindaí III), também mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento. Ainda em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., faltando apenas a aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para a conclusão da operação. A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início do mesmo, tendo, no entanto, permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Em 2016, a acionista Brennand Energia S.A. em cumprimento ao estabelecido no acordo de acionistas das SPE Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A., realizou o capital subscrito e não integralizado pela Chesf, ficando assim diluída a participação acionária da Companhia nas referidas SPE. Após a diluição em 04/04/2016, a participação passou a ser conforme descrito no quadro abaixo:

Controladas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Complexo Eólico Pindaí III			
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%	49,00%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A	100,00%	100,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé III			
Banda de Couro Energética S.A.	1,76%	49,00%	49,00%
Baraúnas II Energética S.A.	1,56%	49,00%	49,00%

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 1.477,6 milhões em 2014, R\$ 1.352,5 milhões em 2015 e R\$ 895,7 milhões em 2016.

### **3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

#### **3.1. Planejamento organizacional**

O processo de planejamento empresarial na Chesf foi conduzido em 2016 pela Coordenadoria de Planejamento Empresarial, Controle Interno, Gestão de Riscos e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (CPP), criada em 2010 para assegurar a sistematização da gestão empresarial na Companhia. Nesse mesmo ano, foi elaborado o primeiro Mapa Estratégico Chesf 2010-2015, com base nas premissas estabelecidas no Plano Estratégico e no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da *holding* Eletrobras, porém adaptado à realidade e às necessidades da organização.

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão dinâmica e após mudanças na legislação foi necessário revisitar o mapa estratégico elaborado. A emissão da MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que antecipou a renovação das concessões de geração e transmissão e resultou em forte queda de receita para a Chesf, exigiu um realinhamento estratégico para que a organização pudesse enfrentar os novos desafios trazidos pelo ambiente externo.

Desde então, o planejamento empresarial da Chesf tem focado nos últimos anos na busca pelo aumento de receitas e redução de custos, de forma a se adequar às novas condições trazidas pela Lei nº 12.783/2013. No ano de 2016 foi realizada uma revisão de sua identidade organizacional e nos seus objetivos estratégicos. O objetivo foi se adaptar ainda mais ao cenário externo e às mudanças internas que deverão ser realizadas em 2017 como reestruturação e Plano Extraordinário de Desligamento.

O ano de 2016 foi marcado por desafios para o planejamento empresarial da Chesf. Inicialmente foi observada a oportunidade de revisar o mapa estratégico (identidade e objetivos estratégicos) para melhor se adequar às mudanças do ambiente externo e interno. Obtivemos ao final do ano de 2016 o mapa estratégico 2017-2021 que substituirá o mapa 2015-2019.

As principais características do ambiente que influenciaram a elaboração do planejamento empresarial foram:

- a) Reconhecimento de indenização complementar da transmissão por motivo da Lei nº 12.783/2013 que começarão a ser pagos no segundo semestre de 2017;
- b) Acompanhamento do risco hidrológico, pois as chuvas em 2016 não foram suficientes para manter as barragens em níveis elevados e o seu monitoramento e a continuidade de redução de vazão foram realizadas com frequência;
- c) Dificuldade de fluxo de caixa em virtude de bloqueio judicial que demandou que a Diretoria Executiva da Chesf tomasse diversas ações para conseguir honrar com os compromissos assumidos com os parceiros e empregados;
- d) Priorização das obras em virtude do bloqueio judicial;
- e) O Fundo de Energia do Nordeste (FEN), criado pelo Governo Federal em 2015 para compensar a redução gradativa dos contratos da Chesf com os grandes consumidores

industriais do Nordeste, representa uma grande oportunidade de investimento para a Companhia, pois os seus recursos irão financiar empreendimentos de geração e transmissão de energia, nos quais a Chesf poderá fazer parcerias com empresas privadas, com participação de até 49%;

f) Oportunidades em 2017 de venda de ativos para obtermos recursos e priorizarmos mais obras a serem executadas.

g) Crescimento da demanda por energia, o que nos garante sustentabilidade no longo prazo;

h) Previsão de revisão tarifária em 2018 que se realizado com êxito poderá gerar mais caixa para a organização.

O novo mapa estratégico, que entrará em vigor apenas em 2017, está alinhado com o PDNG da *holding* e reforçará a busca pela eficiência operacional e financeira e em preparar as pessoas para as mudanças de estrutura organizacional e de redução de quadro. Ainda, é ressaltado como valor a Segurança e a Inovação e Empreendedorismo. Esses dois últimos pontos ajudarão a reforçar a sustentabilidade organizacional.

### 3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Mapa Estratégico 2015-2019 manteve-se vigente durante todo o ano de 2016. O mesmo apresentou quatro objetivos finalísticos ligados à expansão de receita através da geração, comercialização e transmissão de energia, além da eficiência na operação e manutenção dos ativos, e mais dois objetivos de gestão, relacionados à redução de custos e despesas e à gestão de pessoas. Segue abaixo a transcrição dos objetivos estratégicos:

OE 1: Aumentar a Receita com a Expansão e Revitalização da Geração;

OE 2: Aumentar a Receita com a Comercialização;

OE 3: Aumentar a Receita com a Expansão e Revitalização da Transmissão;

OE 4: Minimizar as Perdas de Receita através da Eficiência e Qualidade na Operação e Manutenção dos Ativos;

OE 5: Reduzir Custos e Despesas (Custeio e Investimento);

OE 6: Aperfeiçoar Práticas de Gestão de Pessoas.

### 3.1.2 Estágio de implementação do planejamento

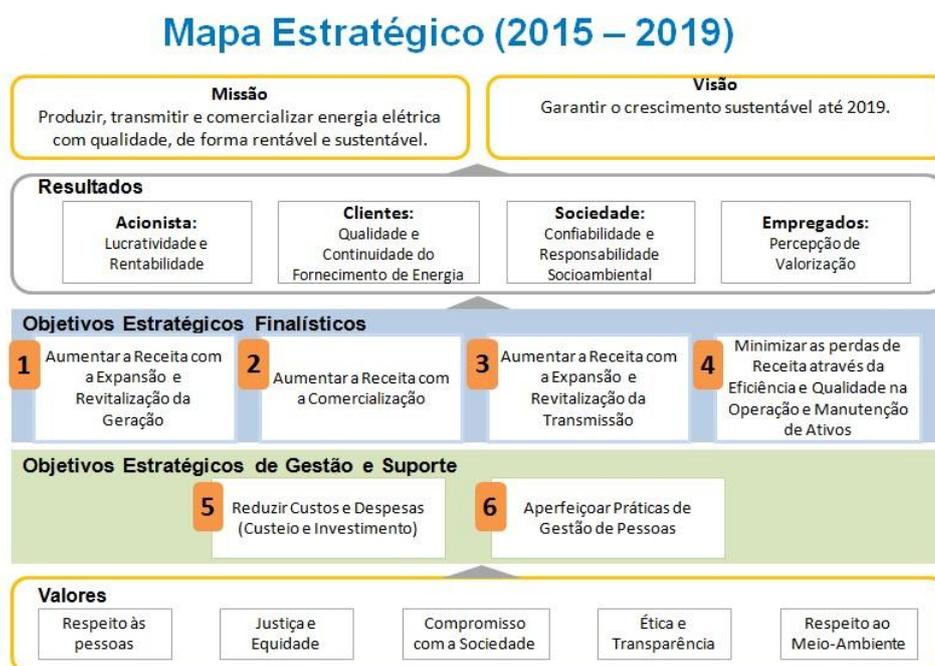
O Planejamento Empresarial da Chesf está em um estágio de maturidade, considerando que desde 2010 há uma área específica para cuidar desse processo e que anualmente há atualizações, ajustes e monitoramento. Há participação intensa da Diretoria, dos responsáveis pelos objetivos estratégicos e dos gestores do primeiro nível hierárquico, com foco no desempenho dos indicadores de cada Objetivo Estratégico, possibilitando a adoção de ações corretivas sempre que são encontrados desvios entre os resultados previstos e realizados.

As reuniões de monitoramento são transmitidas pela intranet para os empregados, contribuindo para aumentar o envolvimento de todos os empregados em relação aos principais desafios enfrentados pela Chesf e os resultados alcançados.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em estratégias, medidas, ações e respectivos produtos, envolvendo, assim, as diversas áreas da Companhia que contribuem para o alcance dos objetivos.

### 3.1.3 Vinculação dos planos da Chesf com as competências institucionais e outros planos

O planejamento estratégico da Chesf está alinhado com seu estatuto social, com sua missão e seus valores, e com as diretrizes e plano estratégico da *holding* Eletrobras. Abaixo apresentamos a representação gráfica do mapa estratégico 2015-2019.



Apresentamos também o novo mapa que entrará em vigência entre 2017-2021 e que foi elaborado durante todo o ano de 2016.



### 3.2 Desempenho Orçamentário

A Chesf, por ser uma empresa estatal federal com recursos próprios, não utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por tratar-se de um sistema que processa e controla a execução orçamentária e financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta Federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União, tendo apenas seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA.

O valor global do Orçamento de Investimento da Chesf, aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2016 foi de R\$ 832.753.317.

Para adequação ao real cronograma de execução do plano de obras da Chesf, o Orçamento de Investimento sofreu suplementação, aprovado na Lei nº 13.380, de 20/12/2016, ficando o valor global em R\$ 999.729.896.

As ações constantes na LOA 2016, de responsabilidade da Chesf, foram:

- *Ação: 12OR – Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova no Estado da Bahia*
- *Ação: 146A – Implantação de Parques de Geração de Energia Eólica na Região Nordeste*
- *Ação: 14NB – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste*

- Ação: 14NC – Implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos, e de LT associada, no Estado de Pernambuco
- Ação: 14ND – Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) de 1.749 MW para 2.749 MW no Estado da Bahia
- Ação: 15BE – Implantação de Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 11ZY – Implantação das Subestações Suape II (500/230 kV - 600 MVA) com seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA) com seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) C1 e C2 (PE)
- Ação: 5107 – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 4476 - Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 2D61 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 2D63 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
- Ação: 3390 – Irrigação de Lotes na área do Reassentamento, com 20.599 ha na Usina de Itaparica (BA)
- Ação: 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
- Ação: 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos na Região Nordeste
- Ação: 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento na Região Nordeste

### 3.2.1 Execução descentralizada com transferência de recursos

**Quadro 5 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	1	1	1	114.384.501,31	125.631.588,46	81.964.695,03
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
...	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>114.384.501,31</b>	<b>125.631.588,46</b>	<b>81.964.695,03</b>

Fonte: GEF - Gestão Econômico Financeira (PROD)

**Quadro 6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela Chesf nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.**

Unidade Concedente					
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) (em R\$ 1,00)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	-
		Montante Repassado	0	0	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0	-
		Montante Repassado	879.794,39	0	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	-
		Montante Repassado	0	0	-

Fonte: GEF - Gestão Econômico Financeira (PROD)

**Quadro 7 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse	...	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	-	
	Quantidade reprovada	0	0	-	
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	-	
	Montante repassado (R\$)	0	0	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	-	
	Montante repassado (R\$)	0	0	-	

Fonte: GEF - Gestão Econômico Financeira (PROD)

**Quadro 8 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0

**Análise Crítica**

Informações sobre a execução descentralizada com transferência de recursos:

- a) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente: para o ano de 2016 não foram identificadas situações de inadimplência aos instrumentos questionados, não tendo, por conseguinte, medidas a serem tomadas.
- b) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios: não houve oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos exercícios por este relatório demonstrados.
- c) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios: em 2016 a Chesf não recebeu prestação de contas para análise.
- d) Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto: durante o ano de 2016 perduraram vigentes cinco convênios, sobre os quais, dois foram concluídos, restando pendente a apresentação das respectivas prestações de contas finais.
- e) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados: a Companhia conta com núcleo de trabalho criado com objetivo de gerenciar as transferências da Chesf, agindo também como consultivo para áreas externas, que segue a legislação vigente, os instrumentos normativos e instrução interna. Esta determina procedimentos quanto ao acompanhamento da evolução das metas e dos objetivos pretendidos nos instrumentos de transferência, contemplando o registro do planejamento da fiscalização e o seu diligenciamento (inspeção “in loco”).

### 3.2.1.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Na Chesf, o tratamento, a análise e o posicionamento sobre as contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados, se dão no âmbito da unidade organizacional com competência normativamente destinada para tal, podendo a referida unidade ser aquela responsável pela gestão dos processos que ensejam as transferências dos recursos, ou não, conforme cada caso. Adicionalmente, o órgão de controle interno (Auditoria Interna) executa seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), no qual estão previstas atividades relacionadas a análises de prestações de contas apresentadas pelos recebedores dos recursos.

### 3.2.2. Informações sobre a realização das receitas

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica. As receitas da atividade de geração derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação à Receita de Transmissão, a Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão n.º 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

Em 2016, a Companhia apresentou aumento da receita operacional bruta de 197,4% em comparação ao exercício de 2015, passando de R\$ 4.498,2 milhões para R\$ 13.376,7 milhões. Contribuíram para essa variação positiva, o aumento da receita de suprimento de energia elétrica de R\$ 54,5 milhões e o aumento da receita financeira de R\$ 9.454,8 milhões, decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria n.º 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei n.º 12.783/2013. Os valores homologados e contabilizados no resultado do exercício não representam imediata entrada de recursos financeiros no caixa da Companhia. De acordo com a Portaria MME n.º 120/2016, o efetivo recebimento dessas receitas se dará a partir de julho de 2017.



### 3.2.3. Informação sobre a execução da despesa

**Quadro 9 – Despesas de Modalidade de Contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa Realizada	
	2015	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	641.846.842,00	572.984.908,00
a) Convite	121.464,00	320.066,00
b) Tomada de Preço	13.234.935,00	3.509.206,00
c) Concorrência	144.552.070,00	185.770.555,00
d) Pregão	483.938.373,00	383.385.081,00
e) Concurso	-	-
f) Consulta	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	590.121.761,00	317.395.080,00
h) Dispensa	590.121.761,00	317.395.080,00
i) Inexigibilidade	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-
k) Pagamento em Folha	-	-
l) Diárias	-	-
5. Total de Despesas acima (1+2+3+4)	1.231.968.603,00	890.379.988,00
<b>6. Total das Despesas da UPC</b>	<b>1.231.968.603,00</b>	<b>890.379.988,00</b>

Registramos que nos sistemas disponíveis pela Chesf não consta separação dos valores relacionados às contratações diretas em Dispensa e Inexigibilidade, sendo portando, comunicado o somatório de ambas.

Ademais a Chesf não possui empregados terceirizados permanentes e exclusivos, ou seja, não efetua contratações de cessão de mão de obra. São contratadas empresas para prestação de

serviços por meio de licitação, para algumas atividades de natureza contínua, previstas na legislação, sendo esta a razão de não haver despesas registradas no item 4.

**Quadro 10– Despesas por grupo e elemento de despesa**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
Equipamentos	257.322.477	370.089.598	257.322.477	370.089.598			257.322.477	370.089.59
Construção Civil	114.943.579	113.487.449	114.943.579	113.487.449			114.943.579	113.487.44
Montagem Eletromecânica	32.597.002	50.240.149	32.597.002	50.240.149			32.597.002	50.240.149
Demais	335.369.819	387.627.734	335.369.819	387.627.734			335.369.819	387.627.734
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

NÃO SE APLICA “Despesas Correntes”, “Despesas de Capital – Inversões Financeiras” e “Despesas de Capital – Amortização da Dívida”. A Chesf não possui créditos registrados no SIAFI, apenas tem o seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA.

A Chesf, por ser uma empresa estatal federal com recursos próprios, não utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por tratar-se de um sistema que processa e controla a execução orçamentária e financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta Federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no

Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União, tendo apenas seu Orçamento de Investimento aprovado por LOA.

O valor global do Orçamento de Investimento da Chesf, aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA 2016, foi de R\$ 832.753.317.

Para adequação ao real cronograma de execução do plano de obras da Chesf, o Orçamento de Investimento sofreu suplementação, aprovado na Lei nº 13.380, de 20/12/2016, ficando o valor global em R\$ 999.729.896.

Os principais elementos de despesa do grupo de Investimento são: Aquisição de Equipamentos, Serviços de Construção Civil, e Serviços de Montagem Eletromecânica, devido às características próprias do negócio da Chesf: geração e transmissão de energia elétrica.

Análise Crítica:

*Ação: 12OR – Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova no Estado da Bahia*

Obra paralisada deste agosto de 2014. A empresa líder do consórcio construtor está em recuperação judicial. A Chesf rescindiu o contrato e lançou consulta ao mercado para contratação de novo fornecedor.

Em julho de 2015, a Chesf solicitou à Aneel os Despachos de Requerimento de Outorga (DRO) considerando 7 parques, totalizando 180 MW.

Em maio de 2016, foi criado pela Presidência da Chesf um Grupo de Trabalho, constituído por representantes das áreas de engenharia, financeira, suprimento, jurídica e comercial, para avaliar a viabilidade das alternativas para continuidade do empreendimento, contemplando:

- a) Modelo de Negócio: se corporativo ou SPE;
  - b) Estratégia de Implantação: parcial, total ou mesmo a descontinuidade do empreendimento.
- Prazo: até 29.03.2017.

*Ação: 146A – Implantação de Parques de Geração de Energia Eólica na Região Nordeste*

Esta ação contempla a implantação dos parques eólicos Casa Nova II (28 MW) e Casa Nova III (24 MW), no município de Casa Nova-BA, com energia comercializada no Leilão Aneel no 10/2013, A-5, com entrega prevista para início de 2018.

Em 2016, as principais realizações foram:

- Celebração em setembro de 2016 do contrato para fornecimento dos aerogeradores e obras civis dos parques eólicos Casa Nova II e III.
- Emitida ordem de início dos serviços em outubro de 2016, sendo que no final de 2016 e execução física se encontrava dentro das previsões, tendo como meta a conclusão dos empreendimentos em outubro de 2017.

*Ação: 14NB – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste*

Com relação aos aproveitamentos hidrelétricos no Rio Parnaíba, em out/2016 a Aneel encaminhou à Chesf o Ofício nº 1.178/2016-SCG/Aneel, com um posicionamento sobre o novo Relatório de Disponibilidade Hídrica (REDH), que havia sido encaminhado para análise desta agência em dez/2016, e que foi elaborado, por meio de uma empresa contratada, para possibilitar a emissão pela Agência Nacional de Águas (ANA) da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH). A emissão da DRDH é essencial para viabilizar a participação nos próximos leilões de concessão das usinas Ribeiro Gonçalves, Cachoeira, Estreito e Castelhana.

Neste ofício a Aneel informa que as estimativas e projeções de consumo hídrico total a montante das usinas, apresentadas nos estudos de disponibilidade hídrica, estão adequadas. Porém informou ser necessário elaborar para cada empreendimento, em atendimento à Lei nº 13.081/2015, previamente à emissão da DRDH, os estudos de concepção e definição de alternativas dos sistemas de transposição de desnível. Para realizar estes estudos a Chesf terá de contratar uma empresa especializada na elaboração de projetos de estruturas hidráulicas de grande porte.

Com relação ao licenciamento dos aproveitamentos, os AHE de Estreito e Cachoeira, estão com as licenças prévias (LPs) vencidas desde dezembro/2015. A licença prévia do AHE Castelhana expirou-se em novembro/2016 e a do AHE Ribeiro Gonçalves estará válida até outubro/2017. Para todos esses aproveitamentos não há possibilidade de renovação das LP, sendo portanto necessários novos estudos ambientais para a solicitação de novas licenças.

Além disso, por meio da DD 56.01/2016, de 25/10/2016, a diretoria da Chesf autorizou a formalização de acordo judicial nos autos do processo 21295-73.2011.04.02.4000, desistindo dos licenciamentos ambientais das usinas do Parnaíba, de forma que, em caso de interesse na obtenção de novas licenças prévias, estas deverão ser precedidas de novos estudos de impactos ambientais. Isto é válido para os 4 AHE do Parnaíba, quais sejam: Ribeiro Gonçalves, Cachoeira, Estreito e Castelhana.

Portanto, no momento a Chesf está analisando a situação desses empreendimentos para uma tomada de decisão quanto à continuidade dos trabalhos.

*Ação: 14NC – Implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de painéis fotovoltaicos, e de LT associada, no Estado de Pernambuco*

Não houve Implantação do Projeto de P&D da Planta Fotovoltaica da Plataforma Solar de Petrolina, pois, as atividades a partir de maio/2016 foram suspensas por decisão de diretoria, contudo, foram concluídas e realizadas as seguintes ações:

- Licitação das obras civis da Plataforma Solar de Petrolina
- Licitação da planta fotovoltaica de 2,5 MWp
- Obtenção da Licença Ambiental de Instalação
- Especificação Técnica da Planta Tecnológica de 0,5 MWp

*Ação: 14ND – Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) de 1.749 MW para 2.749 MW no Estado da Bahia*

Não houve atividades desenvolvidas nesta ação em 2016.

Estudo publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) demonstra que a ampliação dessa usina com mais em 4 unidades geradoras, com adição de 1.000 MW, para atendimento à demanda de ponta, não se mostrava viável nas condições atuais.

De qualquer forma, a Chesf continua no aguardo de uma regulamentação pela Aneel para remuneração por disponibilidade, bem como sobre o processo de outorga para a possível implantação: se por autorização direta ou via disputa Leilão.

*Ação: 15BE – Implantação de Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste*

Não houve Implantação de Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste.

Foram desenvolvidos estudos para implantação de dois Projetos de Energia Solar:

- Usina Fotovoltaica Bom Nome
- Usina Fotovoltaica Lapa Solar

As atividades desenvolvidas para a Usina Fotovoltaica Bom Nome:

- Potência prevista – 29,7 MW
- Realização de sondagem no terreno
- Levantamento topográfico
- Estudo de viabilidade comercial
- Projeto básico da subestação coletora
- Projeto básico da planta fotovoltaica
- Estudo de viabilidade financeira
- Obtenção da licença prévia

As atividades desenvolvidas para a Usina Fotovoltaica Lapa Solar:

- Potência prevista – 200 MW
- Solução das questões fundiárias
- Definição da área da reserva legal
- Projeto básico da planta fotovoltaica

*Ação: 11ZY – Implantação das Subestações Suape II (500/230 kV - 600 MVA) com seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA) com seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) C1 e C2 (PE)*

Empreendimento energizado.

*Ação: 5107 – Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste*

Obras concluídas:

LT Sobral III – Acaraú II 230 kV 04P3 energizada em vazio sobre a SE Acaraú II.  
SE Igaporã: Energizada em carga LT 04F8 - IGD/IGT 230kV às 10:31h  
SE Pindaí II Energizada em carga LT 04N1 - IGT/PND 230kV às 10:54h.  
SE Penedo: Energizado em carga os TR 04T1/T2 230/69kV 100MVA.  
Energizada LT 04F9 - IGD/IGT 230kV as 15:45h  
SE Igaporã III - Entrada em operação 1º ATR 05T1 750MVA  
SE Pólo 230/69 KV – 100 MVA  
SE Mirueira 230kV/69kV – 300 MVA  
SE Tauá II – Compensador Estático 230 kV -40/+90 MVAR

Obras em andamento:

Nova SE Extremoz  
SE Maceió 230kV/69kV – 200 MVA  
SE Poções II 230kV/138 kV – 300 MVA  
SE Nossa Senhora do Socorro 230kV/69kV – 300 MVA  
LT 230 Extremoz/João Câmara - 82 km  
LT 230 KV Igaporã/Bom Jesus da Lapa - 115 km  
SE Igaporã II 230/69 kV - 300 MVA;

A principal razão para a não a realização física e financeira das obras previstas para a expansão da transmissão foi a dificuldade de caixa ocorridas durante o ano de 2016. Das obras em andamento, 82% chegaram a ser paralisadas durante o ano de 2016.

Entre as demais razões para a não realização do investimento previsto foram: os atrasos nos licenciamentos ambientais, os problemas na liberação fundiária e o baixo desempenho apresentado pelas empresas contratadas.

*Ação: 4476 - Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste*

Com vistas a manter o sistema de geração hidrelétrica com níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento à demanda, de modo a cumprir os contratos de venda de energia firmados, destacam-se as seguintes realizações nas usinas em operação do Sistema Chesf:

- Implantação dos sistemas digitais nas Usinas Paulo Afonso I, II e III:  
Usina II: Concluídos todos os serviços e eliminadas as pendências. O processo encontra-se na fase de encerramento do contrato.
- Implantação dos sistemas digitais na Usina Boa Esperança:  
Concluídos os trabalhos na subestação e tomada d'água;  
Conclusão da modernização dos serviços auxiliares elétricos.
- Projeto para implantação dos sistemas digitais na Usina Sobradinho: este processo, já com o escopo revisado, obteve o aval da Diretoria para o prosseguimento em outubro de 2015. A atualização dos preços (visto que o Projeto Básico é de 2012) foi finalizada em maio/2016, estando todo o processo, a partir de então, pronto para o envio à área de contratação, dependendo apenas de uma decisão da diretoria plena para o início do processo.
- Projeto para implantação dos sistemas digitais na Usina Paulo Afonso IV: em outubro de 2015 foi definido que a elaboração do Projeto Básico seria feita internamente na Chesf. O

projeto foi desenvolvido no decorrer de todo o ano de 2016 e está com a previsão de conclusão para abril de 2017.

- Projeto para implantação dos sistemas digitais na Usina Xingó: a elaboração do Projeto Básico foi finalizada em julho/2015. O processo aguarda definição estratégica da Diretoria para iniciar o processo de contratação da execução dos serviços.

Foram executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Geração em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, bem como a substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

Principais serviços executados:

- Conclusão das melhorias nas instalações civis nas barragens e casa de força das usinas Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales e Luiz Gonzaga, para Lei de Segurança de Barragens e a recomendações da Aneel-SFG;
- Substituição do disjuntor do gerador (acionamento a ar comprimido por acionamento a SF6) da máquina 6 da UHE Luiz Gonzaga;
- Conclusão da implantação de grupo gerador de emergência na UHE Sobradinho para dotá-la de meios de participar da recomposição fluente do SEP depois de ocorrências sistêmicas.

Principais bens adquiridos:

- Porta escovas para a UHE Sobradinho adquiridos para substituir os atuais que estão obsoletos e provocando saída de máquina;
- Fornecimento de dois bancos de bateria para a UHE Paulo Afonso II, adquiridos para substituir os atuais que estão em fim de vida útil e não oferecem o nível de segurança que o Sistema requer;
- Fornecimento de dois bancos de bateria para a UHE Boa Esperança, adquiridos para substituir os atuais que estão em fim de vida útil e não oferecem o nível de segurança que o Sistema requer;
- Motocompressores para o sistema de regulação de velocidade da usina de Pedra.

*Ação: 2D61 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste*

Obras Concluídas:

SE Lagoa Nova - 2º TR 230/69 kV - 150 MVA

SE Bongi - 3º TR 230/13,8 kV - 40 MVA

SE Piripiri - 1º Banco de capacitores 230 kV - 30 MVAr

LT 230 kV Ribeirão / Recife II C1 - Recapacitação

SE Santa Rita II - Instalação do 3º Transf. Trifásico 230/69 kV - 150 MVA e conexões associadas.

SE Milagres - 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV, 3x200 MVA

SE Mossoró II - 4º TR 230/69 kV - 100 MVA

LT 230 kV Banabuiú / Mossoró II C2 - Lançamento do 2º circuito

SE Igarorã II - Instalação do 3º transformador 230/69 kV - 150 MVA e conexões associadas.

SE Ibiapina II 230/69 kV - 200 MVA, seccionamento de 11 km em LT 230 kV CD e adequações nas EL's 230 kV da SE Piripiri e SE Sobral II.

SE Itabaianinha - Substituição do TR-1 230/69 kV, de 33 MVA, por outro de 100 MVA

SE Arapiraca III - 2º transformador trifásico 230/69 kV, de 100 MVA, e conexões.

SE Ribeirão - 4º Transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA  
SE São João do Piauí - CT e IB 500 kV  
SE Lagoa Nova II - 3º TR 230/69 kV - 150 MVA

A principal razão para a não realização física e financeira das obras previstas para a expansão da transmissão foi a dificuldade de caixa ocorridas durante o ano de 2016. Das obras em andamento, 76% chegaram a ser paralisadas durante o ano de 2016.

Entre as demais razões para a não realização do investimento previsto destacamos o baixo desempenho apresentado pelas empresas contratadas.

*Ação: 2D63 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste*

Foram executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Transmissão em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, bem como a substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

Os principais serviços executados foram:

- Substituição por proteção digital de sistemas de proteção analógicos de transformadores de 500KV;
- Ampliação dos recursos de supervisão e controle possibilitando a teleassistência de instalações;
- Implantação do sistema de acesso remoto a dispositivos de proteção e controle (VITAL);
- Adequação da supervisão do sistema de transmissão aos requisitos dos Procedimentos de Rede;
- Ampliação do sistema de regulação automática de tensão de transformadores (SART);
- Substituição dos servidores do nível 2 do sistema de controle das instalações;
- Conclusão do processo de implantação do sistema de Transporte Óptico (OTN/SDH), em substituição a equipamentos e sistemas em final de vida útil;
- Implantação de Redes Locais (LAN) através de infraestrutura de redes wireless e cabeamento estruturado, bem como novos Switches operacionais;
- Conclusão da Implantação do Sistema de Suporte a Operação (OSS) de telecomunicações;
- Substituição de bancos de baterias em final de vida útil em sistemas de telecomunicações;
- Substituição de cabos para-raios em linhas de transmissão de 230 e 500 KV;
- Substituição de sistemas DC de baterias e retificadores de subestações por final de vida útil;
- Substituição de disjuntores, transformadores de corrente, transformadores de potencial e para-raios, por obsolescência ou final de vida útil;
- Aquisição e instalação de isoladores de porcelana e armários com contatos auxiliares em chaves seccionadoras;
- Aquisição de transformadores, grupos geradores de emergência, retificadores, transformadores de corrente e potencial, para a reserva técnica de suporte à manutenção;
- Revitalização de instalações civis e construção de muros de subestações;
- Reparo de transformadores de potência;
- Aquisição de isoladores poliméricos para aplicação em linhas de transmissão situadas em área de poluição;
- Revitalização de linhas de transmissão com substituição de cabos para-raios e acessórios com desgaste prematuro ou final de vida útil;

- Aquisição de estruturas metálicas de linhas de transmissão para a reserva técnica de suporte à manutenção;
- Reconstrução de estradas de acesso às estruturas de linhas de transmissão;
- Proteção Anticorrosiva em pórticos de subestação para aumentar a vida útil da instalação com eliminação da corrosão.

*Ação: 3390 – Irrigação de Lotes na área do Reassentamento, com 20.599 ha na Usina de Itaparica(BA)*

Em fevereiro/2016, foi iniciada a última etapa de obras do projeto Jusante, em Glória/BA, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. Em consequência do baixo fluxo de caixa da empresa neste ano de 2016, o cronograma de obras sofreu desaceleração, estando o término das atividades agora previsto para maio/2017.

Na esfera ambiental foi emitida em 17/06/2016 a autorização de supressão de vegetação nativa (ASV) para as obras do Projeto Jusante e para atender as condicionantes ambientais previstas nesta ASV foi iniciado o contrato com a empresa Verdal Ambiental. Foram emitidas as Licenças de Operação dos perímetros de Irrigação Brígida e Fulgêncio no estado de Pernambuco e os serviços de manutenção das áreas de Reserva Legal dos Perímetros Irrigados de Itaparica. As atividades de recomposição da Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal do Projeto Jusante foram sequenciados, visando o monitoramento das áreas quanto a eventuais usos irregulares, preservação das sinalizações e marcos demarcatório da poligonal daquelas áreas.

Quanto à desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela CHESF, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos Estados da Bahia e de Pernambuco, os processos ajuizados e sua posição atual são as seguintes:

- Proc. Nº 0004765-34.2014.4.01.3306 – Município de Rodelas/BA – Liminar Concedida. Sentença confirmou a liminar, reiterativa da assunção dos serviços. Município não cumpriu a determinação judicial. Aplicada multa ao Município de R\$ 399.000,00. A CHESF irá notificar extrajudicialmente;
- Proc. Nº 0800527-54.2014.4.05.8308 - Município de Santa Maria da Boa Vista/PE – Sentença Prolatada, Remetida ao TRF em data de 15/01/2016 para reexame necessário;
- Proc. Nº 0004769-71.2014.4.01.3306 – Município de Glória/BA – Sentença Prolatada, Município foi revel. Liminar concedida, mantida na sentença. A CHESF irá notificar extrajudicialmente;
- Proc. Nº 0800291-96.2014.4.05.8310 – Município de Tacaratu/PE – Processo em andamento. Sentença prolatada, tendo o Município protocolado apelação em data de 25/11/2016 e a Chesf apresentou contrarrazões tempestivamente.

Quanto aos municípios de Curaçá e Belém do São Francisco, a transferência dos serviços públicos foi finalizada neste ano de 2016, mediante encerramento dos Termos de Cooperação Financeira, com imediata desincubência da Chesf na administração daqueles serviços.

Sobre as questões indígenas, permanece ainda pendente a aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas por parte da Funai e também ainda não houve

posicionamento do Ministério da Justiça quanto aos recursos administrativos interpostos pela CHESF e municípios de Abaré/BA e Curaçá/BA acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que interferiria em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias do programa de reassentamento de Itaparica.

*Ação: 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis*

Conclusão da construção dos prédios dos Serviços de Recursos Humanos, Manutenção de Linhas e Manutenção de Subestações da Gerência Regional de Operação Oeste em Teresina-PI.

Em função da dificuldade financeira enfrentada pela empresa, em 2016, foram realizados apenas os investimentos na infraestrutura, imprescindíveis para assegurar a continuidade da adequada prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema Eletroenergético.

*Ação: 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos na Região Nordeste*

- Aquisição de 27 (vinte e sete) automóveis do tipo camioneta *station wagon* para atendimento as demandas de transportes dos diversos sistemas organizacionais, promovendo maior confiabilidade e disponibilidade da frota da Chesf;
- Aquisição de instrumentos de teste para suporte à manutenção de linhas de Transmissão, equipamentos de subestações, usinas e sistemas de proteção, controle e automação.

Em função da dificuldade financeira enfrentada pela empresa, em 2016, foram realizados apenas os investimentos na infraestrutura, imprescindíveis para assegurar a continuidade da adequada prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema Eletroenergético.

*Ação: 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento na Região Nordeste*

- Desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão de Ativos – SIGA;
- Aquisição de licenças da ferramenta para migração e saneamento de dados dos sistemas legados corporativas para o SAP (SOFTECH);
- Aquisição de licenças do sistema de gestão de RH, RHsin para utilização do módulo eSocial;
- Aquisição de licenciamento de uso dos componentes Carta de Manifesto de Destinatário – Mdest-e e Manifesto de Documentos Fiscais – MDF-e (SYNCHRO);
- Fornecimentos de solução de controle de versão para plataforma Natural/Adabas (3CON-CV);
- Execução de serviços de suporte manutenção corretiva e manutenção evolutiva do Sistema de Gerenciamento de Notas Fiscais -SGNF;
- Planejamento, execução e testes de softwares e auditoria de softwares desenvolvidos ou adquiridos pela Chesf;
- Fornecimento de um sistema de suporte ao processo de gestão de auditoria;
- Aquisição e implantação da nova solução de segurança – firewall de 3ª geração;
- Aquisição e implantação de solução de monitoramento da infraestrutura;
- Aquisição e implantação de novos roteadores para a infraestrutura de rede;

- Continuidade do contrato da Fábrica de Processos e requisitos em projetos como Solução Sistêmica para o Gestão Empresarial da Chesf (SIGEM), Gestão de Continuidade dos Serviços de TI;
- Licenciamento Microsoft Corporativo (Office);
- Contratação de solução de segurança da camada cliente;
- Contratações referentes aos softwares de uso específico, tais como: Scriptcase, Auxílio NFE, Contract Web
- Aquisição de Unidades Terminais Remotas (UTR) para substituição de unidades por obsolescência ou final de vida útil;
- Ampliação de desenvolvimento do Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (SAGE) SAGE;
- Substituição dos Vídeo Wall dos Centros de Controle de Operação;
- Substituição de servidores para os Centros de Controle de Operação;
- Aquisição de amplificadores ópticos em final de vida útil;
- Aquisição de bancos de baterias em final de vida útil para substituição em sistemas de telecomunicações;
- Aquisição de componentes do sistema de telefonia.

### **3.3 Desempenho operacional**

Apresentamos abaixo os principais resultados de cada Objetivo Estratégico (OE) que foi monitorado em 2016 no Mapa Estratégico 2015-2019.

OE 1: Aumentar a receita com a expansão e revitalização da geração

Esse Objetivo foi impactado negativamente no ano de 2016 por questão de fluxo de caixa da empresa. Entretanto várias melhorias foram priorizadas em detrimento de outras para que a Chesf pudesse honrar com os compromissos acordados, tais como o investimento de R\$ 31,8 milhões nas usinas hidrelétricas, para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda.

OE 2: Aumentar a receita com a comercialização

Os resultados da comercialização foram positivos, as negociações no mercado livre foram importantes para o momento econômico financeiro que a Chesf enfrentou. Registra-se que em 2016, as vendas corresponderam ao montante de 53.808 GWh, distribuídos entre 23 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 47.079 GWh (87%) foram comercializados no regime de cotas enquanto que 6.729 GWh (13%) ficaram fora do regime de cotas. Referente à parcela fora do regime de cotas, o total da energia foi destinado aos consumidores industriais livres, consumidores industriais cativos e aos comercializadores. Já as compras de energia totalizaram 1.727 GWh, fazendo parte da estratégia de comercialização da Empresa

OE 3: Aumentar a receita com a expansão e revitalização da transmissão

A entrega de empreendimentos de transmissão em 2016 aumentou da capacidade de transformação do sistema Chesf. No entanto, esse objetivo sofreu o mesmo impacto do OE 01 havendo necessidade de priorizar obras frente à dificuldade financeira.

Ao final do ano de 2016, o Sistema de Transmissão da Chesf teve ampliação, quando foram implantados 264,2 km de linhas de transmissão, além de 03 novas Subestações, com a ampliação da capacidade de transformação em 2.290 MVA. Foi incorporado também ao sistema da Chesf o seccionamento das LTs Angelim-II-Pau Ferro, Recife II-Pau Ferro, C1 (164,8 km), transferido pela IE Guarunhuns.

OE 4: Minimizar as perdas de receita através da eficiência e qualidade na operação e manutenção dos ativos

O conjunto de indicadores desse Objetivo reflete a eficiência na operação dos ativos. Os indicadores mais representativos são apresentados e analisados no item 3.4 a seguir.

OE 5: Reduzir custos e despesas (custeio e investimento)

Desde a Lei nº 12.783/2013, esse objetivo estratégico se tornou destaque na organização, desde a Lei nº 12.783/2013, mas especificamente no ano de 2016 ele apresentou ainda mais relevância. Uma vez que houve uma decisão judicial que bloqueou os valores financeiros da Chesf vários contratos tiveram que ser suspensos ou encerrados. Além disso, foi realizado um forte acompanhamento nas contas de pessoal.

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 6.251,3 milhões no exercício de 2016, apresentando um aumento de R\$ 1.579,0 milhões (33,8%) em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu basicamente do aumento da provisão para *impairment* no montante de R\$ 1.854,6 milhões e da Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 278,6 milhões em relação ao exercício de 2015. Quando excluimos dessa análise as provisões mencionadas, constatamos que houve uma redução dos custos e despesas operacionais no montante de R\$ 554,2 milhões em relação a 2015.

A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +8,8%, no período de 2012 a 2016.

OE 6: Aperfeiçoar práticas de gestão de pessoas.

O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Estratégico como seu principal norteador, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais. O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 1,4 milhões. O investimento médio por empregado foi de R\$ 317,91. A redução foi de 64,6% em relação a 2015.

Comentários:

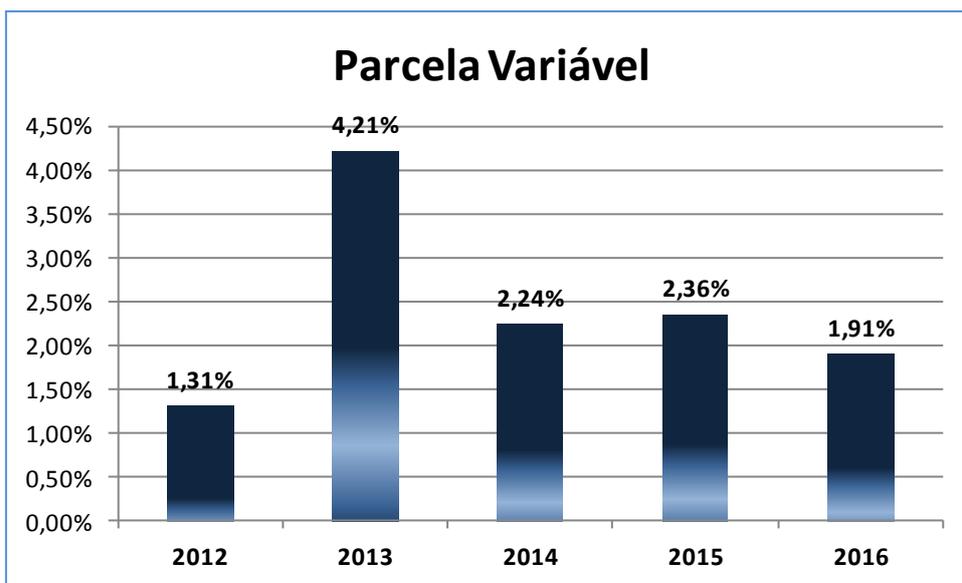
Além dos indicadores estabelecidos e acompanhados no Planejamento Empresarial Chesf, a Companhia também monitora um conjunto de indicadores operacionais, financeiros e socioambientais definidos no CMDE (Contrato de Metas de Desempenho Empresarial), firmado com a *holding*. Dentre os treze indicadores acompanhados, oito apresentaram resultados dentro da meta, três tiveram desvio de até 5% em relação à meta estabelecida, um apresentou desvio em relação à meta superior a 5% e um não foi avaliado em 2016 por ser um indicador bianual. Vale ressaltar que as metas financeiras obtiveram resultados dentro da meta por uma questão de apropriação contábil de reconhecimento de indenização complementar que começará a ser paga efetivamente em julho de 2017.

### 3.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

#### 3.4.1 Indicadores de Operação

##### 3.4.1.1 Parcela Variável – PV

Indica o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Chesf, conforme legislação ANEEL.



a) Utilidade: avaliar a redução de receita da transmissão associada às indisponibilidades das Funções de Transmissão.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:  $PV = \frac{\text{Descontos por Indisponibilidade das Funções de Transmissão}}{\text{Receita Anual Permitida da Transmissão}}$ .

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros Regionais de Operação, com consistência e validação realizadas de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

f) Resultado do indicador no exercício:  $PV = 1,91\%$  em 2016. O índice observado em 2016 representa um dos melhores resultados observados no período de 2012 a 2016, ficando abaixo da meta limite de 5% estabelecida para o ano de 2016. Salienta-se que a alteração na regulamentação, suspendeu os descontos de PV no 2º semestre de 2016.

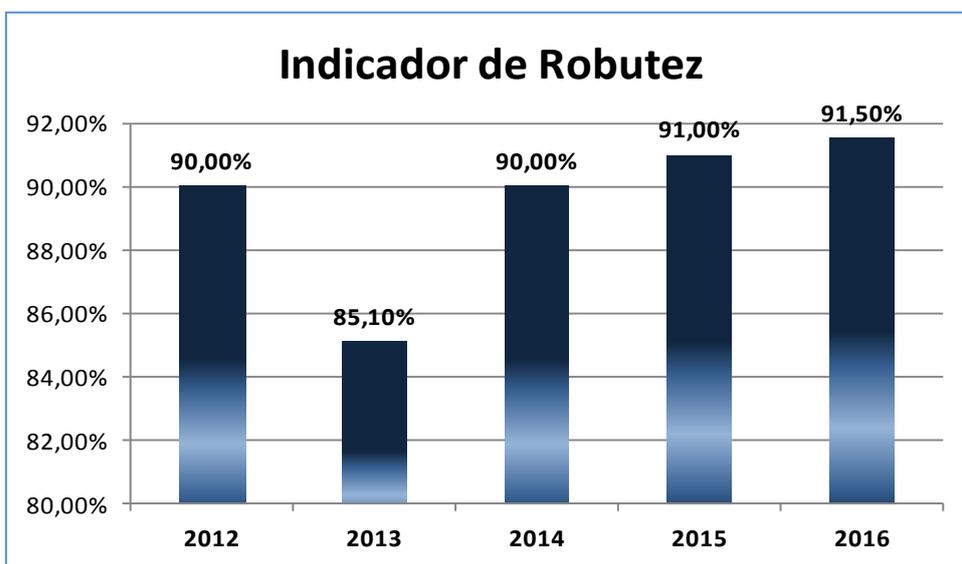
g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: os desligamentos intempestivos foram os que mais impactaram neste indicador em 2016.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: a análise de cada ocorrência é efetuada sistematicamente de modo a implementar ações para bloquear as causas e evitar a sua repetição. Dentre as ações no sentido de bloquear as principais causas das ocorrências de maior severidade e de assegurar a melhoria contínua de desempenho, destacam-se:

- Inspeções aéreas e terrestres nas linhas de transmissão, visando reduzir os desligamentos por vandalismo;
- Controle de poluição dos isolamentos das linhas de transmissão e subestações;
- Uso de técnicas preditivas, como a gascromatografia do óleo isolante dos transformadores e as inspeções termográficas em linhas de transmissão e subestações;
- Implantação de sistemas de supervisão, oscilografia e qualimetria;
- Modernização dos sistemas de proteção, mediante implantação de cadeias de proteção digitais;
- Utilização de sistema automatizado (VITAL), possibilitando acesso e coleta remota de registros de perturbações de dispositivos de proteção e agilização de análise;
- Modernização de Centros de Controle, especialmente ampliando o nível de controlabilidade e observabilidade das instalações permitindo melhor desempenho;

#### 3.4.1.2 Indicador de Robustez do Sistema – IRS

Avalia a capacidade da Rede Básica da Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga).



a) Utilidade: avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:  $IRS = \frac{\text{n}^\circ \text{ de perturbações sem corte de carga}}{\text{número total de perturbações envolvendo o Sistema Chesf}}$ .

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros e Serviços Regionais de Operação, com consistência e validação realizadas de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

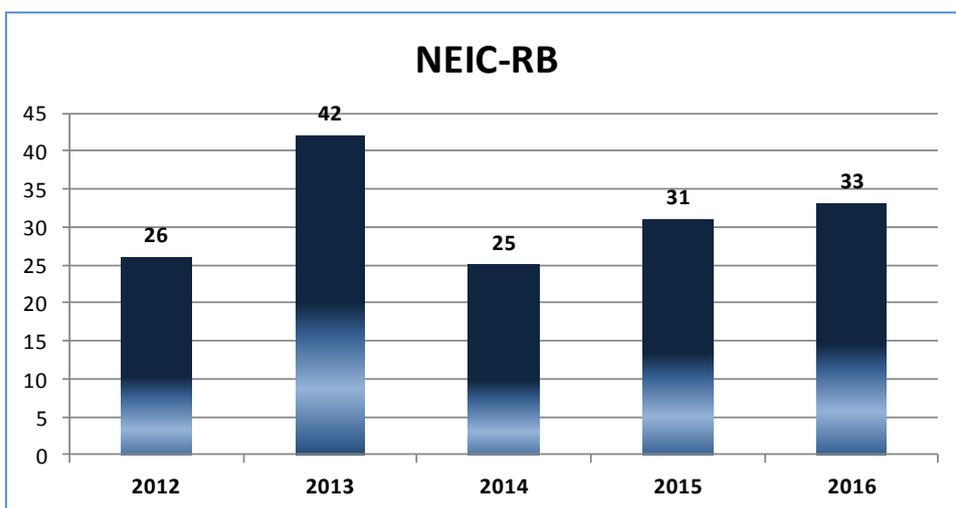
f) Resultado do indicador no exercício:  $IRS = 91,50\%$  em 2016. O índice observado em 2016 é o melhor do histórico 2012-2016, ficando acima da meta limite de 90% estabelecida para o ano de 2016.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: os desligamentos causados por meio ambiente foram os que mais impactaram neste indicador em 2016.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: as medidas mencionadas para o indicador PV valem, também, para este indicador.

### 3.4.1.3 Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica – NEIC-RB

Corresponde ao número de desligamentos intempestivos com origem na Rede Básica que ocasionam qualquer interrupção de carga no Sistema Chesf.



a) Utilidade: avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:  $NEIC-RB = \text{n}^\circ \text{ de perturbações na Rede Básica com corte de carga}$ .

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros e Serviços Regionais de Operação, com consistência e validação realizadas de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão).

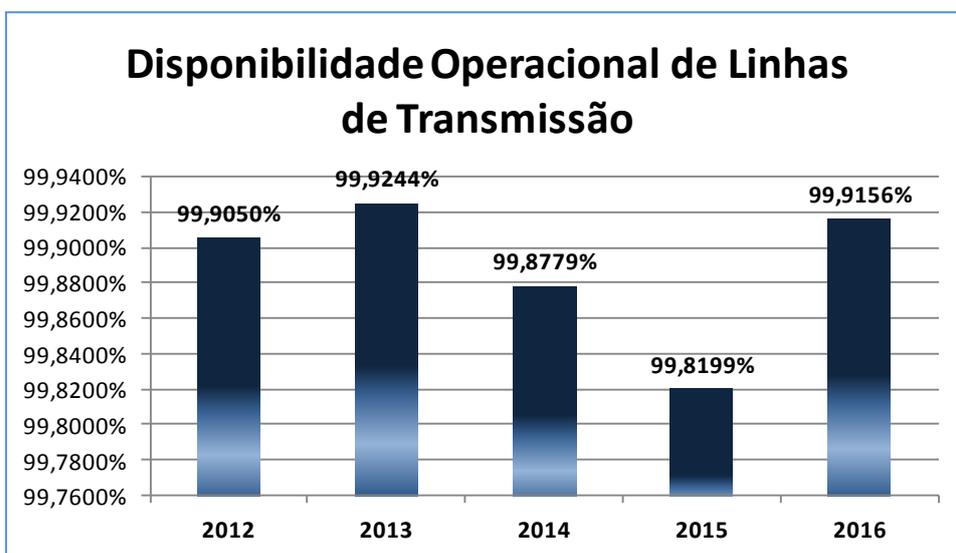
f) Resultado do indicador no exercício: NEIC-RB = 33 eventos registrados em 2016. O índice observado em 2016 aproxima-se da média do histórico 2012-2016, ficando acima da meta limite de 32 eventos estabelecida para o ano de 2016.

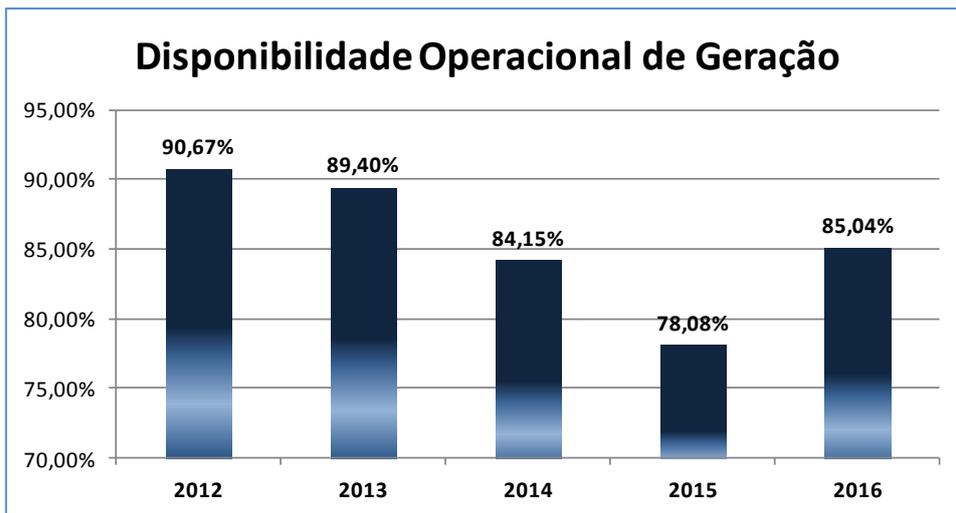
g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: os desligamentos causados por falhas em equipamentos/acessórios foram os que mais impactaram neste indicador em 2016.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: as medidas mencionadas para o indicador PV valem, também, para este indicador.

#### 3.4.1.4 Disponibilidade Operacional – DO

É a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando – desempenhando sua função – ou pronto para operar.





a) Utilidade: avaliar o desempenho da gestão da qualidade operacional e subsidiar ações gerenciais para melhoria dos processos de operação e de manutenção.

b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.

c) Fórmula de cálculo:

i) DO Linha de Transmissão – DISP. LT

$$DISP.LT(\%) = \frac{\sum_{i=1}^N \left( \frac{EXTLT_i}{100} Hd_i \right)}{\sum_{i=1}^N \left( \frac{EXTLT_i}{100} Hp_i \right)} \times 100(\%)$$

Onde:

*EXTLT<sub>i</sub>* – Extensão total do circuito da Linha de Transmissão *i* (km);

*Hd<sub>i</sub>* – Número de horas disponíveis do circuito da Linha de Transmissão *i*;

*Hp<sub>i</sub>* – Número de horas de existência do circuito da Linha de Transmissão *i*, no período considerado;

*i* - Contador do número de circuitos;

*N*- Número Total de circuitos de linhas de transmissão.

ii) DO Geração - DLAP

$$DLAP(\%) = \frac{\sum Pi \cdot HDi}{HP \cdot \sum Pi} \cdot 100$$

onde,

*P<sub>i</sub>* – potência nominal da unidade *i*;

*HD<sub>i</sub>* – quantidade de horas em que a unidade *i* esteve disponível para a Operação (independentemente de estar operando ou não), durante o período considerado (os 12 meses anteriores ao da referência);

*HP* – quantidade de horas do período considerado (8.760 horas).

d) Método de aferição: registro de eventos realizado de forma descentralizada pelos Centros e Serviços Regionais de Operação, com consistência e validação realizados de forma centralizada na Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão)

e Departamento de Manutenção da Geração (para Unidade Geradora). Processamento de dados e informações realizado através de aplicativo computacional.

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Gestão da Qualidade da Operação (para o Sistema de Transmissão) e Departamento de Manutenção da Geração (para Unidade Geradora).

f) Resultado do indicador no exercício:

i) DISP. LT = 99,916%, superior à meta de 99,620% .

ii) DLAP = 85,04%, inferior à meta de 86,61%.

A meta para a Disponibilidade de LT (DISP. LT) de 99,620% foi estabelecida tomando como base os resultados históricos obtidos para as empresas Eletrobras.

A meta para a Disponibilidade de Geração (DLAP) de 86,61% foi estabelecida tomando como base os valores contratados.

#### 3.4.1.5 Comentários:

O resultado em 2016 para o indicador de Parcela Variável – PV foi o melhor dos últimos 3 anos. Como fato relevante em 2016, houve a implantação da resolução normativa Nº 729 da ANEEL, estabelecendo novas regras de apuração da parcela variável. Devido à necessidade de adaptação às regras da nova resolução ANEEL, em julho, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS comunicou a todos agentes de transmissão a suspensão da apuração dos eventos referentes ao período de julho a dezembro e, conseqüentemente, os descontos de parcela variável ocorridos nesse período, devendo os mesmos ser processados em 2017.

O indicador referente ao Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica (NEIC-RB), apresentou uma pequena elevação em relação ao valor observado no ano de 2015. Destaca-se que até outubro de 2016, registrava-se o melhor resultado do histórico, sendo a referida elevação impactada por ocorrências nos meses de novembro e dezembro de 2016.

O indicador de Robustez apresentou o melhor resultado dos últimos 5 anos, mantendo a tendência contínua de melhora dos últimos anos. Este resultado indica uma evolução do Sistema Chesf (Rede Básica), no que diz respeito a ocorrências envolvendo interrupção do fornecimento de energia elétrica.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou um valor que refletiu o bom desempenho no serviço prestado, com pequena variação em relação aos anos anteriores.

O Indicador de Disponibilidade Operacional de Geração, apresentou uma melhora significativa em 2016, em relação a 2015, revertendo uma sequência de redução ocorrida nos últimos 2 anos.

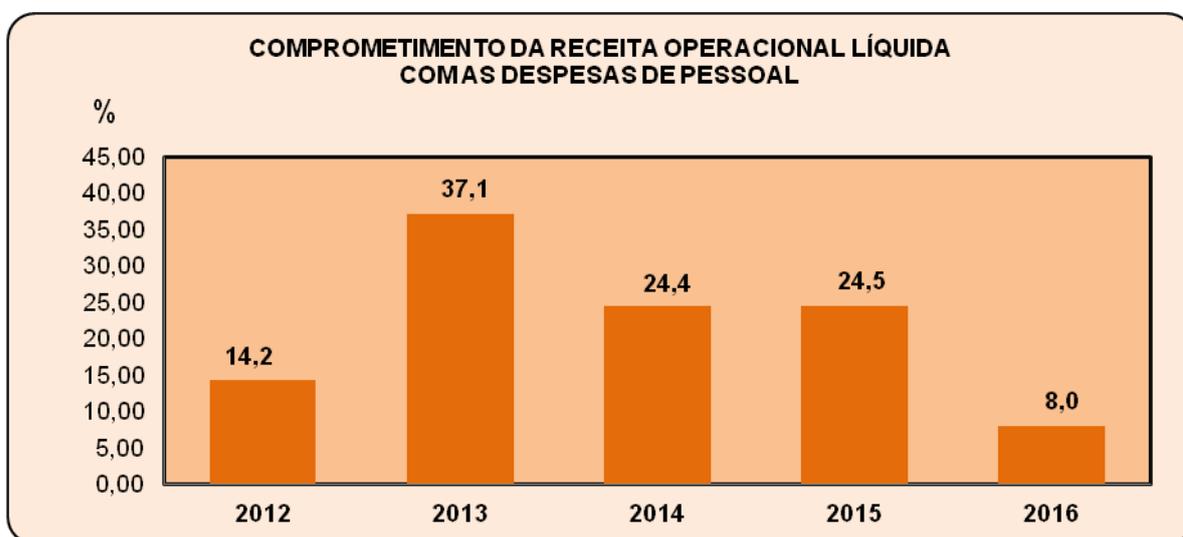
Descatam-se as seguintes realizações do ano de 2016 que contribuíram para a melhoria do desempenho operacional.

- Manteve a Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, nas grandezas elétricas tensão, corrente, resistência, potência e energia, com a finalidade de proporcionar a calibração/certificação dos padrões de serviço, utilizados na manutenção dos sistemas de proteção, medição e automação;
- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2008 em todos os processos dos seus 28 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação.
- O segmento Manutenção da Geração manteve a certificação ISO 9001:2008 dos serviços de manutenção eletromecânica das usinas Sobradinho, Xingó e Itaparica, e obteve a mesma certificação para o serviço de manutenção eletromecânica das usinas Paulo Afonso I, II e III.
- O segmento Manutenção de Subestações conquistou certificação única e integrada no Sistema de Gestão de todo o seu sistema organizacional, contemplando a ISO 9001:2008 e a ISO 14001:2004.

### 3.4.2. Indicadores da administração

#### 3.4.2.1 Comprometimento da ROL com as despesas de pessoal

Indica a parcela da receita líquida da Companhia destinada aos gastos com os empregados.



a) Utilidade: acompanhar o percentual do comprometimento da Receita Operacional Líquida com relação às Despesas com Pessoal.

b) Fórmula de cálculo:  $(\text{Despesas com Pessoal} / \text{Receita Operacional líquida}) \times 100$

c) Método de aferição: Sistema de Contabilidade - SCON.

e) Área responsável pela medição: Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 8% diminuição de 16,5 ponto percentual em relação ao resultado do ano anterior (24,5 %).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: aumento da receita operacional líquida (+234,9%) e aumento das despesas com pessoal (+9,4%).

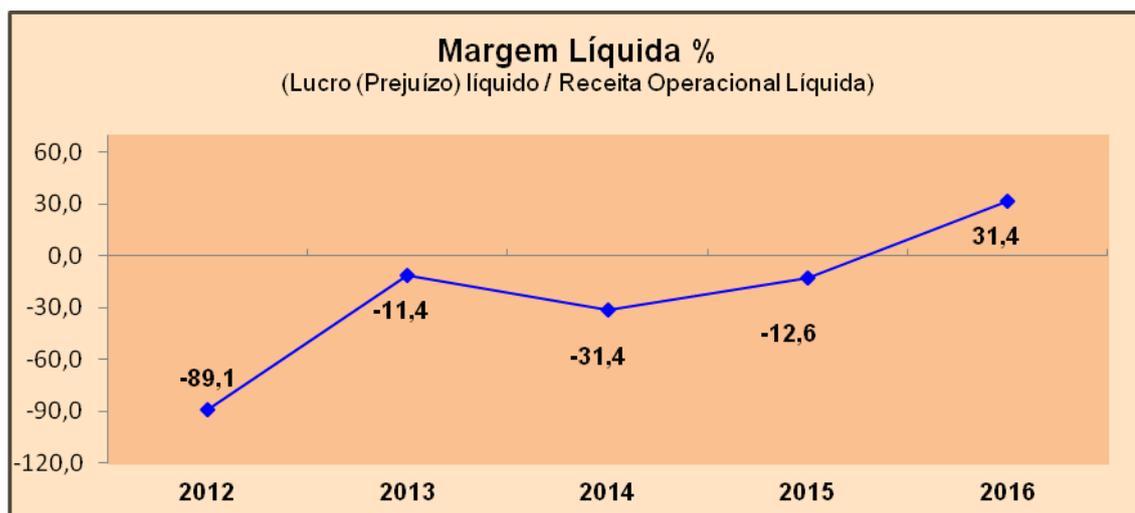
h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica

### 3.4.3 Indicadores econômico-financeiros

#### 3.4.3.1 Margem líquida

Este indicador tem por objetivo medir a eficiência dos negócios da Empresa e é determinado pela relação entre o lucro (prejuízo) líquido e as receitas operacionais líquidas.

Segue abaixo o comportamento desse indicador, ao longo dos últimos cinco anos:



a) Utilidade: acompanhar o percentual de lucratividade sobre as vendas.

b) Tipo: eficiência.

c) Fórmula de cálculo:  $(\text{Lucro (Prejuízo) líquido do exercício} \div \text{Vendas líquidas}) \times 100$

d) Método de aferição: Sistema de Contabilidade - SCON.

e) Área responsável pela medição: Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 31,4. Aumento de 44,0 pontos percentuais em relação ao resultado do ano anterior (-12,6).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: a Companhia registrou no exercício de 2016 um lucro de R\$ 3.985,3 milhões,

contra um prejuízo de R\$ 475,9 milhões em 2015, representando um aumento de R\$ 4.461,2 milhões. Este resultado é principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, conforme descrito no item 3.2.2. Aumento da receita operacional líquida (+234,9%)

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

### 3.4.3.2 Giro sobre o ativo operacional líquido

Este indicador determina o número de vezes que o ativo girou (produtividade) em relação às receitas geradas, sendo representado pela relação entre a Receita Operacional Líquida e o Ativo Operacional Líquido. Segue abaixo o comportamento desse indicador, ao longo dos últimos cinco anos:



Cálculo do Ativo Operacional Líquido:

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo Total	17.714.255	17.134.253	14.951.056	14.851.336	23.024.826
(-) Passivo Circulante	-1.021.650	-1.386.507	-1.375.672	-1.250.548	-1.967.459
(-) Passivo Não Circulante	-5.021.146	-4.441.831	-4.051.564	-4.752.456	-8.475.501
(+) Empréstimos e Financiamentos (CP)	71.017	60.192	250.414	298.038	926.973
(+) Empréstimos e Financiamentos (LP)	398.087	791.819	957.153	1.152.608	1.277.036

	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo Operacional Líquido	12.140.563	12.157.926	10.731.387	10.298.978	14.785.875
Vendas Líquidas	5.996.028	4.098.483	3.563.435	3.788.932	12.688.453
Giro do Ativo Operacional	0,494	0,337	0,332	0,368	0,858

a) Utilidade: acompanhar o número de vezes que o ativo girou em relação às vendas realizadas.

b) Tipo: eficiência.

c) Fórmula de cálculo: Receita Operacional Líquida ÷ Ativo Operacional Líquido

d) Método de aferição: Sistema de Contabilidade - SCON;

e) Área responsável pela medição: Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 0,858 vezes. Aumento de 0,49 pontos em relação ao ano anterior (0,368 vezes em 2015).

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: aumento da receita operacional líquida (+234,9%) e aumento do Ativo operacional líquido (+43,6%)

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

#### 3.4.3.3 Alavancagem financeira

Este indicador visa mostrar o índice de participação do Capital de Terceiros no financiamento do Ativo Operacional e reflete a estratégia financeira adotada pela Companhia. Segue abaixo o comportamento desse indicador, ao longo dos últimos cinco anos:



- a) Utilidade: medir a participação do Capital de Terceiros na estrutura de capital da Empresa.
- b) Tipo: eficiência dos recursos aplicados.
- c) Fórmula de cálculo:  $(\text{Ativo Operacional} \div \text{Patrimônio Líquido})$
- d) Método de aferição: Sistema de Contabilidade - SCON;
- e) Área responsável pela medição: Diretoria Econômico-Financeira.
- f) Resultado do indicador no exercício: 1,175 vezes. Aumento de 0,011 pontos percentuais em relação ao ano anterior (1,164 vezes em 2015).
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: aumento do ativo operacional líquido (+43,6%) e aumento do patrimônio líquido (+42,2%),
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

#### 3.4.3.4 Retorno do patrimônio líquido

Este indicador determina o retorno do capital do acionista e reflete o resultado das estratégias adotadas pela Companhia nas áreas operacional, de financiamento e de investimento. Seu valor é função do produto dos determinantes, Margem Líquida, Giro do Ativo Operacional e Alavancagem Financeira.



a) Utilidade: medir o retorno propiciado pela Companhia ao capital investido pelos acionistas.

b) Tipo: eficiência.

c) Fórmula de cálculo: Margem x Giro x Alavancagem.

d) Método de aferição: Sistema de Contabilidade - SCON

e) Área responsável pela medição: Diretoria Econômico-Financeira.

f) Resultado do indicador no exercício: 31,7% . Aumento de 37,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior (- 5,4%).

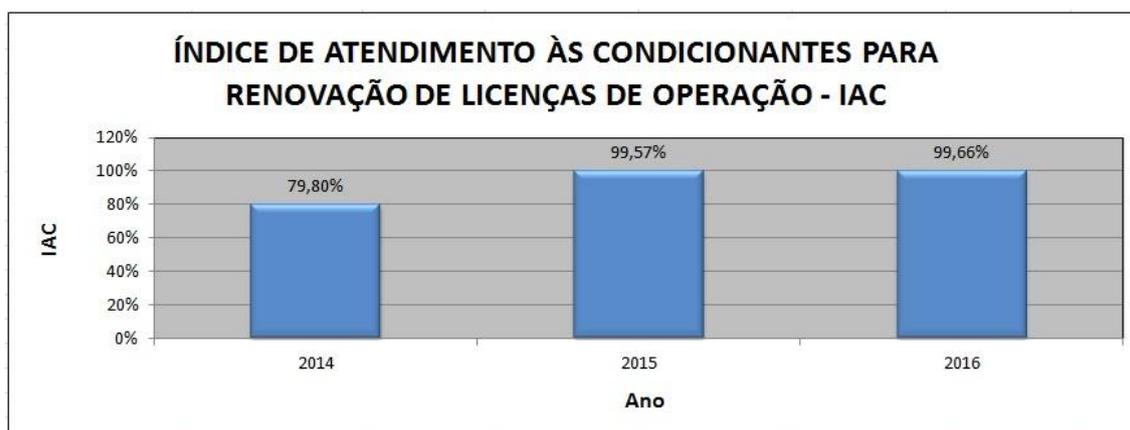
g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: aumento do ativo operacional líquido (+43,6%), aumento do patrimônio líquido (+42,2%) e aumento do endividamento bruto, que inclui os juros e o principal da dívida com Eletrobras e instituições financeiras.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

### 3.4.4 Indicador ambiental

#### 3.4.4.1 Atendimento às condicionantes para Renovação de Licenças de Operação - RLO

Indica o percentual de condicionantes atendidas referentes às Renovações de Licença de Operação – RLO solicitadas e/ou obtidas em relação ao número total de condicionantes contidas nas Licenças de Operação com renovação solicitada e/ou obtida no ano de 2016. Este indicador passou a compor o Relatório de Gestão da Chesf, a partir do ano de 2007, em atendimento ao item 2.1.1 do Acórdão no 120/2007 do Tribunal de Contas da União - TCU.



a) Utilidade: este indicador é usado para acompanhar o desempenho da Chesf na execução das ações ambientais estabelecidas pelos Órgãos Licenciadores Ambientais – OLA nas Licenças de Operação – LO dos empreendimentos.

b) Tipo de indicador: é um indicador de eficácia, demonstrando o atendimento, pela Chesf, a uma conformidade legal resultante do processo de Licenciamento Ambiental dos empreendimentos em operação, considerando os prazos de vigência das Licenças de Operação – LO emitidas pelos Órgãos Licenciadores Ambientais – OLA e os prazos para o atendimento às respectivas condicionantes.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{IAC} = \frac{\text{CA}}{\text{TC}} \times 100$$

onde,

IAC = Índice de Atendimento às Condicionantes no ano.

CA = Número de condicionantes atendidas referentes às Renovações de Licença de Operação – RLO solicitadas e/ou obtidas no ano.

TC = Número total de condicionantes contidas nas Licenças de Operação com renovação solicitada e/ou obtida no ano.

d) Método de aferição: as informações referentes ao atendimento às condicionantes são registradas periodicamente no Sistema de Informações por técnicos responsáveis pelos respectivos empreendimentos atribuídos à Divisão de Meio Ambiente de Geração, à Divisão de Meio Ambiente de Transmissão e à Divisão de Meio Ambiente de Apoio a Gestão. Este sistema permite a emissão de consultas e relatórios com informações do processo de licenciamento ambiental e a situação de cada condicionante.

e) Área responsável pelo indicador: Departamento de Meio Ambiente.

f) Resultado do indicador no exercício: IAC = 99,66 %

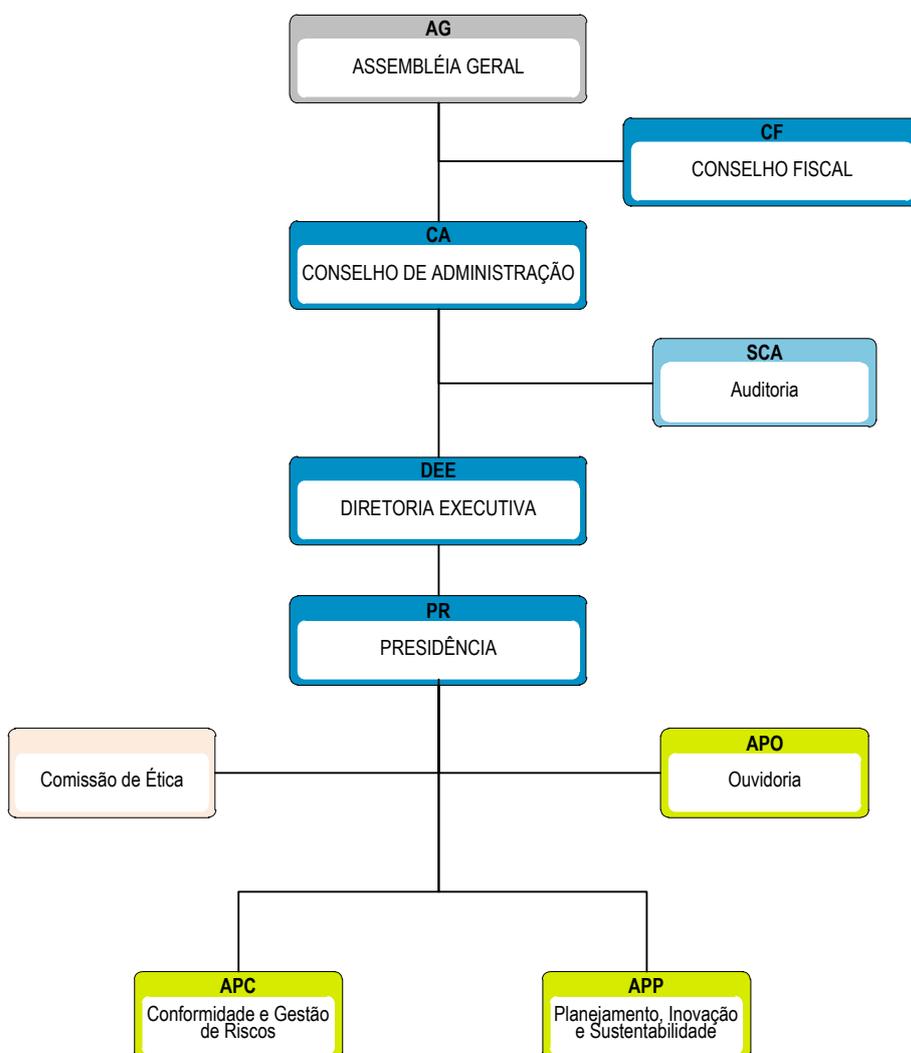
g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: a Chesf busca a melhoria contínua do seu Sistema de Gestão Ambiental, entretanto, é importante que seja considerada a existência de variáveis que interferem no processo de gestão ambiental, como aquelas relacionadas as dificuldades enfrentadas junto aos Órgãos Licenciadores Ambientais (OLA) quanto à discussão e obtenção de respostas referentes às ações e prazos das condicionantes de cada Licença de Operação (LO). Este contexto de dificuldades pode ocasionar atrasos nos processos iniciais das ações necessárias ao atendimento destas condicionantes ambientais.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: a Chesf obteve para este indicador valores próximos a 100%, os quais indicam que o processo encontra-se sob controle.

## 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### 4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da Chesf está representada na seguinte figura:



O mais alto órgão da estrutura de governança é a Assembleia Geral de Acionistas, cujas principais funções são:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

- deliberar sobre:
  - a) alienação de ações do seu capital social ou de suas controladas;
  - b) abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria;
  - c) venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe;
  - d) emissão de debêntures conversíveis em ações;
  - e) operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; e
  - f) reforma do Estatuto Social; dentre outras.

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, órgãos colegiados de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Chesf, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. Reúne-se mensalmente e extraordinariamente mediante a convocação do Presidente do Conselho.

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Chesf. Reúne-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente mediante a convocação do Diretor-Presidente.

Os atos de gestão administrativa são fiscalizados pela Auditoria Interna, pelo Conselho Fiscal e pelos órgãos de controle externos Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União – TCU.

O Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização de atos de gestão, dispõe de Regimento Interno que norteia seu funcionamento. Reúne-se mensalmente e extraordinariamente mediante a convocação do Presidente do Conselho.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja e executa as atividades de auditoria interna na empresa com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade e a adequação dos controles internos e do cumprimento das normas, regulamentos e da legislação, associados às suas operações.

A Ouvidoria é um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, dando suporte à melhoria contínua dos processos de trabalho e a busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

A Chesf tem em sua estrutura uma área de Planejamento e Sustentabilidade Empresarial. No que se refere à sustentabilidade, tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental.

Por sua vez, o Planejamento Empresarial dá suporte à governança. No processo de planejamento empresarial é realizada análise do ambiente externo, tanto com suas oportunidades como com suas ameaças e é definido um mapa estratégico, que é desdobrado em medidas e ações, cuja realização é mensurada e acompanhada por meio de indicadores pela alta gestão da Companhia.

A Chesf possui uma área de Conformidade e Gestão de Riscos que segue os princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e visa desenvolver uma visão integrada dos principais eventos de riscos aos quais a empresa está exposta e definir em conjunto com as áreas de negócios as ações de tratamento para mitigação desses riscos.

A empresa tem Comissão de Ética instituída desde 2001 que tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, por meio de ações educativas e a apuração de denúncias de infração ética.

Para atender à determinação da Lei das Estatais nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, foi instituída pela *holding* a Comissão Interna Transitória de Elegibilidade – CITE com escopo de atuação na Eletrobras e em suas empresas controladas.

#### **4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais**

A Lei das Estatais nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, versa sobre o estatuto jurídico das estatais e é dividida em dois grandes grupos de normas: a) transparência e governança; e b) licitações e contratos.

A adequação das empresas do Grupo Eletrobras às determinações dessa legislação está sendo liderada pela  *Holding* e envolve alterações significativas nos estatutos sociais, nas práticas de governança sobre sociedades de propósito específico em que as empresas possuem participação acionária e nos processos de aquisição de bens e serviços.

A Chesf já atende às determinações relativas ao regime societário, visto ser uma sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei nº 6.404/1976 e possuir registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Por determinação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, por meio do ofício circular nº 839/2016-MP, o prazo para a completa adaptação dos estatutos sociais das empresas do Grupo Eletrobras é novembro/2017.

No que se refere ao prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria das empresas do Grupo Eletrobras, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária – AGE para aprovação da alteração do Estatuto Social, agendada para abril/2017.

Ainda, foi instituída, dentro do prazo legal, a Comissão Interna Transitória de Elegibilidade – CITE na Eletrobras, com escopo de atuação na  *holding* e em suas empresas controladas.

A Chesf indicou representantes para participar junto à Eletrobras das ações necessárias às adequações à nova legislação.

#### **4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados**

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são exclusivamente de nacionalidade brasileira.

O Conselho de Administração é integrado por até seis membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **4.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico**

A Eletrobras lançou em dezembro de 2015, aprovada pela Resolução da DEE nº 645, de 01.12.2015, a Política de Representantes em Sociedades de Propósito Específico (SPE), com o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes para seleção, indicação, avaliação e capacitação para atuação de representantes em órgãos de governança em Sociedades de Propósito Específico (SPE), de cujo capital social a Eletrobras e/ou suas empresas participam, de forma majoritária ou minoritária, visando à defesa dos interesses dos acionistas.

As diretrizes contidas nesse documento são:

a) Seleção:

- definição da natureza dos critérios técnicos a serem observados no processo de seleção dos representantes,
- critérios necessários e/ou desejáveis para a seleção dos representantes
- situações de impedimentos e restrições à atuação dos representantes
- especificação do limite máximo de número de conselhos de SPE em que um mesmo representante pode atuar

b) Indicação

- considera-se a complexidade da Sociedade, o estágio de planejamento, construção e operação bem como o bom desempenho do indicado em outras funções;

- as indicações dos representantes para Conselho de Administração e Diretoria, são de responsabilidade da Administração, aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras (Art. 25, Inciso XVIII, Estatuto Social);

- as indicações dos representantes da Chesf para Conselho Fiscal são de responsabilidade da Administração, aprovada pela Diretoria Executiva da Eletrobras;

- regras sobre os limites de remuneração e/ou vantagens no exercício dessas funções

- prazo máximo de participação e recondução de seus representantes

c) Elementos que permitem a avaliação de desempenho

- mecanismos de controle e acompanhamento do desempenho dos representantes em SPE

d) Capacitação

- assuntos que deverão ser priorizados para a formação dos representantes

- forma e casos de assistência jurídica a ser prestada a seus representantes

Além disso, a Política define as responsabilidades dos representantes em SPE.

### 4.3.1 Representantes da Chesf na diretoria de SPE

Nome do Empreendimento	% Participação da Chesf	Tipo	Nome do Diretor	Vaga	Responsável pela Indicação	Período de Mandato	Término do Mandado
Norte Energia S.A (UHE Belo Monte)	15,00%	Geração Hidrelétrica	Wellington Lopes Ferreira	Diretor	Chesf	2 anos	31/05/2017
Companhia Energética Sinop S.A (UHE Sinop)	24,50%	Geração Hidrelétrica	Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor	Chesf	3 anos	10/09/2019
Chapada do Piauí I Holding S.A. (Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.)	49,00%	Geração Eólica	Marcos de Barros Bezerra	Diretor	Chesf	3 anos	02/12/2017
Chapada do Piauí II Holding S.A. (Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.; Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.)	49,00%	Geração Eólica	Marcos de Barros Bezerra	Diretor	Chesf	3 anos	04/05/2019
Complexo Eólico Sento Sé I (Pedra Branca S.A.; São Pedro do Lago S.A.; Sete Gameleiras S.A.)	49,00%	Geração Eólica	José Antêmio Alves Arruda	Diretor	Chesf	2 anos	28/04/2018
Complexo Eólico Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A.; Morro Branco I Energética S.A.; Mussambê Energética S.A.)	49,00%	Geração Eólica	José Antêmio Alves Arruda	Diretor	Chesf	2 anos	03/12/2018
Complexo Eólico Sento Sé III (Banda de Couro Energética S.A.; Baraúnas II Energética S.A.)	1,67%	Geração Eólica	José Antêmio Alves Arruda	Diretor	Chesf	2 anos	19/03/2017
Holding Eólica Serra das Vacas S.A. (Eólica Serra das Vacas I S.A.; Eólica Serra das Vacas II S.A.; Eólica Serra das Vacas III S.A.; Eólica Serra das Vacas IV S.A.)	49,00%	Geração Eólica	Janaína Cabral Angelim	Diretor	Chesf	3 anos	31/08/2018
Vamcruz I Participações S.A (Usina de Energia Eólica Junco I S.A.; Usina de Energia Eólica Junco II S.A.; Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.; Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.)	49,00%	Geração Eólica	Júlio César de Arruda Câmara Cabral	Diretor	Chesf	1 ano	07/07/2017
Complexo Eólico Pindai I (Acauã Energia S.A.; Angical 2 Energia S.A.; Arapapá Energia S.A.; Calitú 2 Energia S.A.; Calitú 3 Energia S.A.; Carcará Energia S.A.; Corrupião 3 Energia S.A.; Teiú 2 Energia S.A.)	99,95%	Geração Eólica	Álvaro Rodrigues Fernandes	Diretor	Chesf	1 ano	13/11/2017
			Evandro Gastão Wanderley	Diretor	Chesf	1 ano	13/11/2017
Complexo Eólico Pindai II (Coqueirinho 2 Energia S.A.; Papagaio Energia S.A)	99,97%	Geração Eólica	Álvaro Rodrigues Fernandes	Diretor	Chesf	1 ano	02/02/2017
			Evandro Gastão Wanderley	Diretor	Chesf	1 ano	02/02/2017
Complexo Eólico Pindai III (Tamandá Mirim II Energia S.A.)	83,01%	Geração Eólica	Álvaro Rodrigues Fernandes	Diretor	Chesf	1 ano	02/02/2017
			Evandro Gastão Wanderley	Diretor	Chesf	1 ano	02/02/2017
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN	49,00%	Transmissão	José Ivan Pereira Filho	Diretor	Chesf	3 anos	07/07/2017
			José Vieira de Almeida Neto	Diretor	Chesf	3 anos	07/07/2017
Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. - STN	49,00%	Transmissão	Márcio Augusto Buarque Fontana	Diretor	Chesf	3 anos	30/04/2019
Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG	49,00%	Transmissão	Bernardo Feldman Neto	Diretor	Chesf	3 anos	30/04/2017
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	49,00%	Transmissão	Benedito José Pontes Parente	Diretor	Chesf	3 anos	30/04/2018

### 4.4. Atuação da unidade de Auditoria Interna

#### a) Estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A unidade de Auditoria Interna da Chesf integra a estrutura administrativa da Presidência da Companhia, e suas funções básicas, durante o exercício de 2016, estavam previstas na Resolução Normativa RN-01/2013 OI-73 (Anexo I). Além disso, a Auditoria Interna possui Regulamento próprio aprovado por Decisão de Diretoria Executiva da Companhia em 23.04.2012 (Anexo II). Embora ligada à estrutura administrativa da Presidência, a Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração da Chesf.

#### b) Elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

O Regulamento da Auditoria Interna da Chesf possui elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade, tais como: o Art. 2º estabelece que a unidade de Auditoria Interna seja vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade

com o disposto no Art. 15, § 3º do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002 e, mais recentemente, com o Art. 9º, §3º, Inciso I da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016. A designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna da Chesf devem ser submetidas, pela Diretoria Executiva, à aprovação do Conselho de Administração e, posteriormente, à aprovação da Controladoria-Geral da União (CGU), em cumprimento ao disposto no Art. 15, § 5º, do Decreto nº 3.591/2000 e no Art.1º da Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014. Além disso, o Art. 10 do Regulamento estabelece que os integrantes da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser negado acesso, sob qualquer pretexto, a processos, documentos ou informações, devendo os mesmos ser tratados de forma confidencial e ser utilizados tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realizam.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A unidade de Auditoria Interna da Chesf localiza-se no escritório da Sede da Companhia, em Recife/PE, não havendo subunidades descentralizadas de auditoria interna. Os trabalhos de auditoria planejados e realizados durante o exercício compreendem em sua maioria atividades desenvolvidas no próprio escritório da Sede, em virtude da concentração de despesas e processos nesse escritório. Contudo, periodicamente, são planejados trabalhos a serem realizados nos 5 (cinco) escritórios regionais da Companhia, que possuem instalações físicas em outros Estados. Também são planejados, periodicamente, trabalhos na Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf).

d) Estrutura, escolha do titular e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da Chesf

Durante o exercício de 2016, a estrutura da Auditoria Interna da Chesf foi composta por um Gerente, uma secretária, dois Assessores e um corpo técnico de nove auditores internos com formações profissionais diversificadas. Ao final do exercício de 2016 havia 13 (treze) empregados no quadro de pessoal da Auditoria Interna.

A designação do titular da Auditoria Interna da Chesf deve ser submetida, pela Diretoria Executiva (colegiado dos Diretores), à aprovação do Conselho de Administração e, em seguida, à aprovação da Controladoria Geral da União (CGU), conforme definido pelo Art. 15, § 5º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, e, mais recentemente, de acordo com as orientações da Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

A Auditoria Interna da Chesf, vinculada ao Conselho de Administração, está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, e tem por finalidade básica avaliar a eficácia da gestão, dos controles e das práticas administrativas, observando a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, e orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os controles e as operações da Companhia.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Durante o exercício de 2016 todos os Relatórios de Auditoria foram encaminhados ao Diretor-Presidente da Chesf para conhecimento e envio às Diretorias das áreas envolvidas nos trabalhos e/ou à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf), quando foi o caso, com prazo de resposta de 30 dias contados do recebimento, para manifestar seu posicionamento sobre as recomendações sugeridas. As providências informadas pelas áreas envolvidas são certificadas em futuros trabalhos de auditoria sobre o mesmo tema.

O inteiro teor dos Relatórios de Auditoria é também entregue aos Conselhos de Administração e Fiscal. Ainda, mensalmente, nas reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, são apresentadas sínteses dos Relatórios de Auditoria, em cumprimento ao art. 13 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015.

f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência e ao Conselho de Administração sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

A situação de atendimento às recomendações emitidas pelos Relatórios de Auditoria é apresentada pelo Gerente da Auditoria Interna nas reuniões mensais dos Conselhos de Administração e Fiscal, em cumprimento ao art. 17, § 1º, da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015. Na hipótese de riscos elevados decorrentes de eventuais recomendações da Auditoria Interna não implementadas pelas áreas responsáveis, as Diretorias envolvidas e os Conselhos de Administração e Fiscal serão comunicados sobre a situação específica. No exercício de 2016 não houve registro da falta de implementação de recomendações ou de outros aspectos relevantes, observados em trabalhos de auditoria, que necessitassem dessa comunicação.

g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No exercício de 2016 não houve modificação na estrutura organizacional da Auditoria Interna. Também não houve reposicionamento na estrutura organizacional da Companhia.

#### **4.5 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos**

Em 2016, foi instaurada uma Comissão de Sindicância para apurar irregularidade cometida por empregado em recibos de prestação de contas de despesas com utilização de táxi.

Os trabalhos dessa Comissão foram encerrados no mesmo exercício, resultando no desligamento por justa causa do empregado envolvido.

A mencionada Comissão foi devidamente registrada no sistema CGU-PAD, que vem sendo utilizado a partir de 2014.

#### **4.6 Gestão de riscos e controles internos**

O processo de gestão de riscos na Chesf segue os princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e visa desenvolver uma visão integrada dos principais eventos de riscos aos quais a Companhia está exposta e definir em conjunto com as áreas de negócios as ações de tratamento para mitigação desses riscos. A metodologia, adotada em alinhamento com a *holding*, abrange as etapas de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos de diversas naturezas, e tem o objetivo de dar suporte na tomada de decisões empresariais. A priorização dos riscos a serem analisados e monitorados é realizada pelo Comitê de Riscos da Companhia, formalmente instituído com representantes de todas as Diretorias, tomando como base a relação completa de riscos identificados na Matriz de Riscos da Companhia, aprovada em Diretoria.

Adicionalmente às atividades de gestão de riscos, o ambiente de controles internos da Chesf também é monitorado por meio do processo de Certificação SOX, realizado anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, necessária para que a Eletrobras mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), além de contribuir para o aprimoramento dos processos, ao verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da Companhia e identificar pontos de melhoria. A Certificação SOX envolve as etapas de revisão anual da documentação referente aos processos de negócios e de governança previamente definidos no escopo, e os testes de eficácia dos controles internos, realizados tanto pela administração, sob responsabilidade da Auditoria Interna da Chesf, quanto pelo auditor independente.

É importante ressaltar, ainda, que o ambiente de controles da Companhia é fortalecido por uma série de processos e iniciativas que representam boas práticas de governança corporativa, como a existência de um código de ética e de uma Comissão de Ética formalizada, que zela pelo cumprimento e pela divulgação dos compromissos e valores contidos no código, um canal de denúncias coordenado pela Ouvidoria da Empresa, a instauração de Comissões de Sindicância no caso de identificação de eventual ocorrência de fraudes e desvios envolvendo empregados, e um Programa de Integridade (*Compliance*), que envolve diversas ações e procedimentos para amadurecimento das práticas de integridade corporativa. Adicionalmente, o monitoramento do Planejamento Empresarial da Chesf, realizado de forma sistemática com foco nos indicadores dos objetivos estratégicos, permite o acompanhamento de desvios entre as metas e os resultados apurados.

#### **4.7 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados**

##### **4.7.1 Base normativa da remuneração**

A remuneração dos administradores da Chesf (Diretoria e Conselheiros) é fixada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia – AGO. O valor definido de forma global tem vigência de abril do ano corrente a março do ano subsequente. São

definidos também os itens que devem compor a remuneração dos dirigentes, cabendo aos Conselhos de Administração e Fiscal 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais e do 13º salário percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, aí computados apenas os valores pagos a título de honorários, excluídas as demais rubricas.

Os parâmetros de aprovação do valor global, como os percentuais de reajuste são definidos pela Eletrobras, que desde 2012, instituiu uma diferença entre honorários dos Diretores e do Diretor-Presidente, como forma de refletir a hierarquia entre os membros da Diretoria Executiva. A diferença ficou estabelecida em 6% (seis por cento). Os valores aprovados, conforme ata da AGO são submetidos ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que, através da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST emite nota técnica validando ou revisando e redefinindo os valores a serem implementados.

Dessa forma, a remuneração dos Administradores não tem nenhuma vinculação a qualquer ocorrência de evento societário, indicadores de desempenho ou plano de metas. Ressalta-se a garantia da irredutibilidade salarial para o caso de Diretor empregado da Companhia.

#### 4.7.2 Objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

#### 4.7.3 Composição da remuneração

- a) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: remuneração dos diretores, estabelecida na 68ª AGO de acionistas, compreende:
- (i) honorários mensais;
  - (ii) 13º salário;
  - (iii) despesas médicas;
  - (iv) adicional e abono pecuniário de férias;
  - (v) seguro de vida em grupo;
  - (vi) auxílio-refeição;
  - (vii) auxílio moradia;
  - (viii) ajuda de custo de transferência; e
  - (ix) participação nos lucros e/ou resultados (PLR) e contribuição à entidade previdenciária privada da qual a Empresa seja mantenedora, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado.

No ano de 2016, a SEST não autorizou o pagamento de abono pecuniário de férias e nem de PLR. Não devem ser repassados aos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente, forem concedidos aos empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho, no que se refere a abono salarial, não sendo, ainda, considerados para estes fins quaisquer outros aumentos, como, por exemplo, mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração de empregados.

A remuneração dos conselheiros é definida como 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais e do 13º salário percebidos pela Diretoria Executiva.

- b) A proporção de cada elemento na remuneração total: não existe proporção fixa. Em 2016, as verbas de honorários da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal representaram 85,07% da remuneração total.
- c) A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração: a remuneração dos administradores da Chesf (Diretores e Conselheiros) é fixada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia – AGO e o reajuste é definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.
- d) As razões que justificam a composição da remuneração: a composição da remuneração dos Diretores e Conselheiros segue a mesma estrutura adotada para os empregados da Companhia.

4.7.4 Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração de Diretores e Conselheiros não é definida com base em indicadores de desempenho.

4.7.5 Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração de Diretores e Conselheiros não é definida com base em indicadores de desempenho.

4.7.6 Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada

A política e prática de remuneração de Diretores e Conselheiros adotadas estão compatíveis com o nível de responsabilidade associada ao negócio da Companhia e com as referências de mercado das empresas de energia.

4.7.7 Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

4.7.8 Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

4.7.9 Plano de remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração baseado em ações

- a) termos e condições gerais: não praticado.
- b) objetivos do plano: não praticado.
- c) número máximo de ações abrangidas: não praticado.
- d) condições de aquisições de ações: não praticado.
- e) forma de liquidação: não praticado.
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão: não praticado.

4.7.10 Comentários sobre a remuneração variável

- a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.): não praticado.
- b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável: não praticado.
- c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas); não praticado.
- d) a descrição dos benefícios oferecidos: não praticado.

**Quadro 11 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal**

Valores em R\$  
1,00

<b>Conselho de Administração</b>				
<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Período de Exercício</b>		<b>Remuneração (R\$)</b>	
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Média mensal</b>	<b>Total no exercício</b>
<b>José Carlos de M. Farias</b>	-	-	4.595,75	55.149,00
<b>Altino Ventura Filho</b>	-	abril/2016	4.677,70	18.710,78
<b>Paulo Cesar Magalhães Domingues</b>	maio/2016	agosto/2016	3.894,04	15.576,14
<b>Armando Casado de Araújo</b>	-	-	4.623,97	55.476,78
<b>Virgínia Parente de Barros</b>	-	-	4.623,97	55.476,78
<b>José Hollanda C. Júnior</b>	-	abril/2016	4.677,70	18.710,78
<b>Fernando de Andrade Neves</b>	maio/2016	-	4.595,75	36.766,00
<b>Fernanda Cardoso Amado</b>	-	-	4.595,75	55.149,00
<b>Conselho Fiscal</b>				
<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Período de Exercício</b>		<b>Remuneração (R\$)</b>	
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Média Mensal</b>	<b>Total no exercício</b>
<b>Pedro Gaudêncio Castro (T)</b>	-	-	4.623,07	55.476,78
<b>Marcelo Cruz (T)</b>	-	maio/2016	4.595,75	22.978,75
<b>Leandro Giacomazzo (T)</b>	-	-	4.595,75	55.149,00
<b>Marcos Spagnol (T)</b>	junho/2016		4.595,75	32.170,25

## Quadro 12 – Síntese da remuneração dos Administradores

Valores em R\$  
1,00

<b>Identificação do Órgão</b>		
<b>Órgão:</b> Diretoria Executiva		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
<b>Número de membros:</b>	05	05
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	3.561.462,91	3.621.961,77
<i>a) salário ou pró-labore</i>	2.958.580,23	3.052.676,62
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	602.882,68	569.285,15
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	NA	NA
<i>d) outros</i>	NA	NA
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	0,00	0,00
<i>e) bônus</i>	NA	NA
<i>f) participação nos resultados</i>	0,00	0,00
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	NA	NA
<i>h) comissões</i>	NA	NA
<i>i) outros</i>	NA	NA
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	3.561.462,91	3.621.961,77
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	NA	NA
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	NA	NA
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	NA	NA

Valores em R\$ 1,00

<b>Identificação do Órgão</b>		
<b>Órgão:</b> Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
<b>Número de membros:</b>	05	06
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>311.015,26</b>	<b>310.223,37</b>
<i>a) salário ou pró-labore</i>	<b>311.015,26</b>	<b>310.223,37</b>
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	NA	NA
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	NA	NA
<i>d) outros</i>	NA	NA
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	0,00	0,00
<i>e) bônus</i>	NA	NA
<i>f) participação nos resultados</i>	0,00	0,00
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	NA	NA
<i>h) comissões</i>	NA	NA
<i>i) outros</i>	NA	NA
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>311.015,26</b>	<b>310.223,37</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	NA	NA
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	NA	NA
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	NA	NA

Valores em R\$ 1,00

<b>Identificação do Órgão</b>		
<b>Órgão:</b> Conselho Fiscal		
<b>Remuneração dos Membros</b>	<b>EXERCÍCIO</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Número de membros:</b>	03	03
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>165.774,78</b>	<b>170.705,34</b>
a) <i>salário ou pró-labore</i>	<b>165.774,78</b>	<b>170.705,34</b>
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>	NA	NA
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>	NA	NA
d) <i>outros</i>	NA	NA
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	0,00	0,00
e) <i>bônus</i>	NA	NA
f) <i>participação nos resultados</i>	0,00	0,00
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>	NA	NA
h) <i>comissões</i>	NA	NA
i) <i>outros</i>	NA	NA
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>165.774,78</b>	<b>170.705,34</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	NA	NA
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	NA	NA
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	NA	NA

#### **4.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada**

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria, KPMG Auditores Independentes, durante o exercício de 2016, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de três anos, com início dos trabalhos no exercício de 2014.

Encerrado esse período inicial de 3 anos de vigência do contrato de prestação de serviços, o Conselho de Administração da Eletrobras, através da deliberação DEL-005/2017, de 25 de janeiro de 2017, aprovou a prorrogação da validade deste contrato por mais dois anos, por meio da celebração de aditivo contratual firmado entre a Eletrobras e a KPMG.

O Conselho de Administração da Chesf, em reunião realizada no dia 23 de março de 2017, no uso de suas atribuições estatutárias, deliberou por ratificar a manutenção da KPMG Auditores Independentes para a execução dos serviços regulares e especiais de auditoria independente nos exercícios de 2017 e 2018.

No quadro abaixo, seguem informações sobre a auditoria independente contratada pela Chesf:

<b>Empresa Contratada</b>	KPMG Auditores Independentes
<b>CNPJ</b>	57.755.217/0001-29
<b>Serviço Contratado</b>	Serviços regulares e especiais de auditoria independente, compreendendo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais (CPC/CVM) e IASB/SEC, dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 e a Revisão das Informações Trimestrais (1T2014, 2T2014, 3T2014, 1T2015, 2T2015, 3T2015, 1T2016, 2T2016 e 3T2016). Inclui, também, a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID), emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON e da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley - SOX, com a emissão de relatórios requeridos, para as empresas do Sistema ELETROBRAS, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos. O aditivo contratual prevê a realização dos serviços acima citados para os anos de 2017 e 2018.
<b>Remuneração</b>	O montante de remuneração correspondente à prestação dos serviços de auditoria independente, referente ao exercício de 2016, foi de R\$ 947,6 mil.

#### 4.9. Participação acionária de membros de colegiados da Chesf

A Companhia prevê no Capítulo IV (Administração), Artº 11 - Parágrafo único do seu Estatuto Social: “É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da Administração da Chesf, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os da Diretoria Executiva, acionistas ou não”.

O quadro abaixo descreve a participação acionária dos membros do colegiado da Chesf em 31.12.2016

<b>Membros do Conselho de Administração</b>	<b>Cargo</b>	<b>Valor Mobiliário/</b>	<b>Característica do Título</b>	<b>Quantidade</b>
Armando Casado de Araújo	Membro efetivo	Ação	Preferencial	1
José Carlos de Miranda Farias	Membro efetivo	Ação	Preferencial	1
Wilson Pinto Ferreira Junior	Presidente do Conselho de Administração	Ação	Preferencial	1
Fernando de Andrade Neves	Membro efetivo	Ação	Preferencial	1
Virgínia Parente de Barros	Membro efetivo	Ação	Preferencial	1
Fernanda Cardoso Amado	Membro efetivo	Ação	Preferencial	1
<b>TOTAL</b>				<b>6</b>

## 5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 5.1 Gestão de pessoas

#### 5.1.1 Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas

##### 5.1.1.1 Índice de rotatividade de pessoal



a) Utilidade: captar a flutuação (entrada e saída) no quadro de pessoal, tendo em vista o impacto potencialmente negativo de uma rotatividade não desejada, dentro dos resultados do negócio.

b) Tipo: eficácia, o resultado do índice é um indicador para se avaliar os reflexos da movimentação de pessoal na produção, no clima organizacional, relacionamento interpessoal e suas causas determinantes.

c) Fórmula de cálculo: o índice de rotatividade de pessoal é medido pela soma de empregados admitidos e desligados (na Empresa) no período, dividido por dois e este resultado dividido pelo efetivo médio de pessoal do período.

d) Método de aferição: contabilização do quantitativo de empregados admitidos, desligados e efetivo médio no período. Dados extraídos do Sistema Integrado de Recursos Humanos - RHSin.

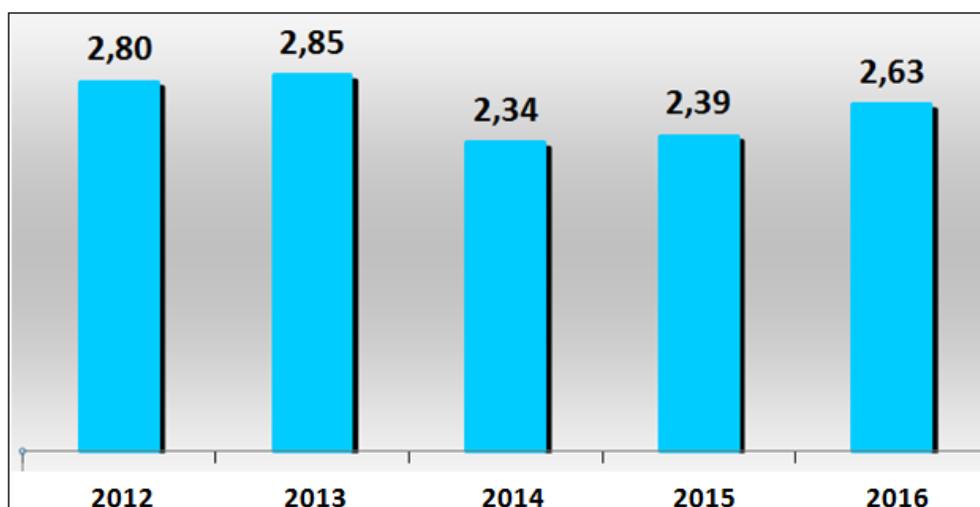
e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa/ Superintendência de Recursos Humanos/ Divisão de Planejamento de Recursos Humanos.

f) Resultado do indicador no exercício: 0,57%. Indicador com resultado satisfatório.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: o índice de turnover apresentado de 0,57% difere do aferido no ano anterior, que foi de 0,36%. Tal resultado é consequência do aumento em 2016 do quantitativo de admissões e diminuição do quantitativo de desligamentos de empregados, em cerca de 84% e 25%, respectivamente.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.

#### 5.1.1.2 Índice de absenteísmo



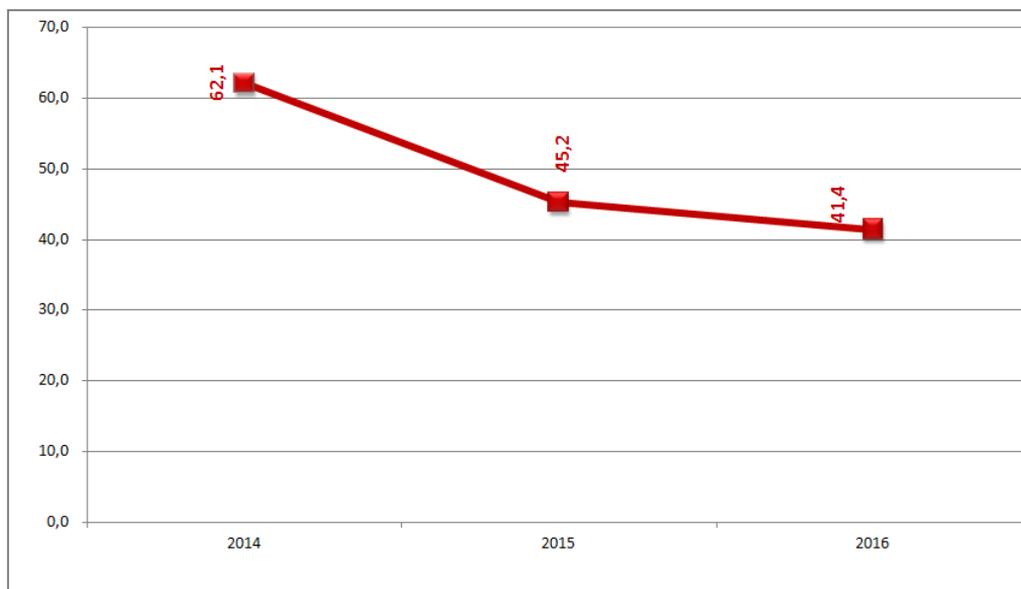
Fonte: Relatório do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

- a) Utilidade: afere a ausência dos empregados ao trabalho (%), permitindo avaliar a respectiva repercussão das ausências na realização do programa de trabalho no âmbito da Organização.
- b) Tipo: resultado do indicador “quanto menor, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre somatório de dias de ausência decorrente de faltas, justificadas ou não, de cada empregado, no período considerado e o número de empresa unidade analisada multiplicada pela média de dias úteis no mês.
- d) Método de aferição: emissão de relatórios específicos gerados pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos - RHSin – Módulo de Administração de Pessoal.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa/ Superintendência de Recursos Humanos/ Divisão de Registro e Controle de Pessoal.
- f) Resultado do indicador no exercício: 2,63. Indicador com resultado acima do limite de tolerância para o período, que foi de 2,20.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: abaixo, apresentamos os principais tipos de ocorrências que contribuíram para esse índice:

Ocorrência	% (2016)
Licença Médica	60,55
Tratamento Médico/Fisioterápico	10,69
Licença para Acompanhamento Int. Hospitalar	8,11
Convocação Justiça	6,10
Licença Eleitoral	3,98
Ausência Abonada Particular	3,53
Falta não Abonada	3,35
Outros	3,69

h) Resultado das principais medidas implementadas e/ ou a implementar para tratar causas de insucesso e seus responsáveis: o resultado deste indicador em 2016 (2,63) ficou acima do limite tolerável (2,20), com alteração de aproximadamente 10% em relação ao ano de 2015 (2,39). Neste sentido, estão sendo estudadas algumas outras formas de controle do indicador em questão. Destacamos, porém, que parte do resultado deste indicador é consequência de ausências com respaldo legal e alheias ao controle da gestão empresarial.

#### 5.1.1.3 Horas de Treinamento por Empregado – HTE

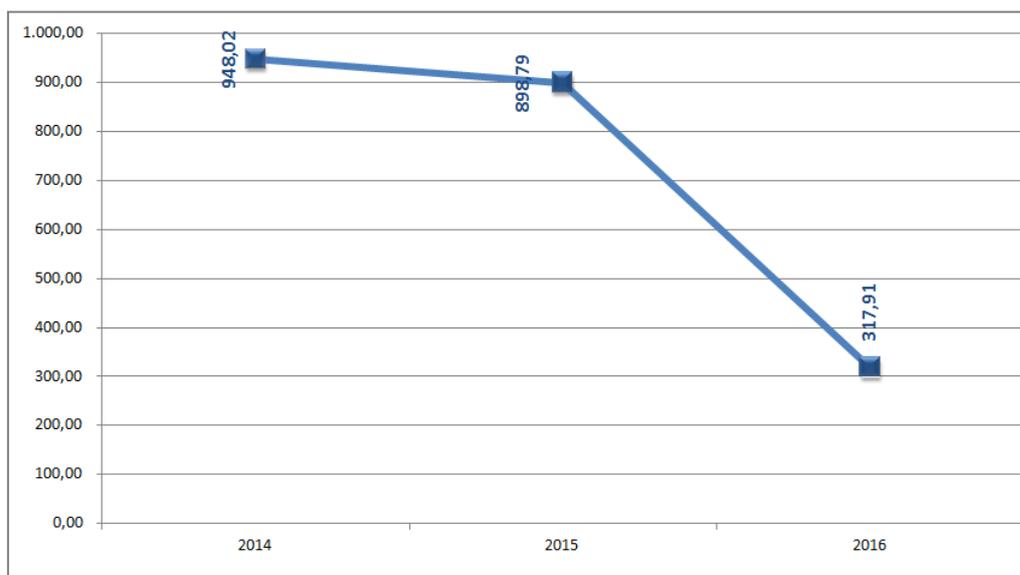


Fonte: Sistema de Gestão Chesf – Indicadores DA – 2016

a) Utilidade: acompanhar a realização dos programas/ações educacionais, sob a perspectiva do volume médio por empregado, visando à capacitação necessária ao alcance das metas organizacionais.

- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre a quantidade de horas de treinamento no período e o efetivo de empregados da Chesf.
- d) Método de aferição: contabilização das horas de treinamento pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin – Módulo de Treinamento.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos / Divisão de Educação Corporativa.
- f) Resultado do indicador no exercício: 41,39 horas. Indicador com resultado acima da sua meta (40 horas). A meta é estabelecida com base nos seguintes critérios: orçamento anual destinado ao Plano de Educação Corporativa – PEC; realização histórica; planejamento de ações educacionais do período. O quadro de pessoal de referência é do dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: em 2016, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 41,39, correspondendo a 2,16% das horas de trabalho. Quando comparado com 2015 (45,24), constata-se diminuição de valor. Isso pode ser atribuído especialmente à redução orçamentária sofrida no ano de 2016, para atendimento às diretrizes de redução de custos da Companhia. Não obstante, houve também elevação dos custos diretos e indiretos para realização de ações educacionais, devido ao processo inflacionário do período. Porém, dado o uso de soluções criativas, houve atendimento maior de empregados durante o ano de 2016 (81,15%), quando comparado a 2015 (80,79%).
- h) Descrição das principais medidas implantadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: estão em estudo outras alternativas para aumento dos resultados em educação corporativa, que diminuam os custos das ações, tais como a utilização cada vez maior de cursos mediados por tecnologia e da atuação de empregado educador.

#### 5.1.1.4 Investimento em Treinamento por Empregado – ITR

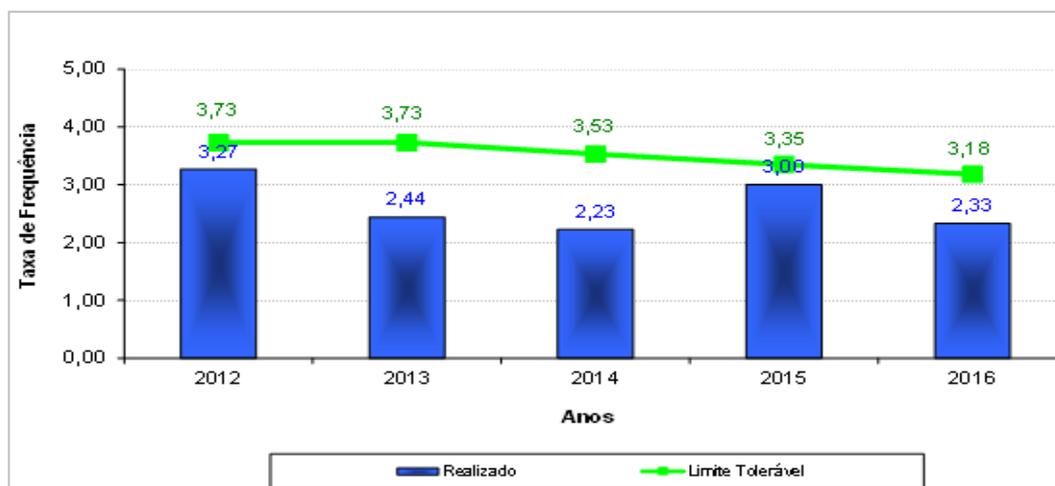


Fonte: Sistema de Gestão Chesf – Indicadores DA - 2016

- a) Utilidade: acompanhar a realização dos programas/ações educacionais, sob a perspectiva do investimento médio por empregado, visando à capacitação necessária ao alcance das metas organizacionais.
- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre a quantidade de recursos financeiros destinados a programas/ações educacionais no período e o efetivo de empregados da Chesf.
- d) Método de aferição: contabilização dos recursos financeiros pelo sistema Gestão Econômico-Financeira – GEF.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos / Divisão de Educação Corporativa.
- f) Resultado do indicador no exercício: R\$ 317,91. Indicador com resultado abaixo de sua meta (R\$ 551,27). A meta é estabelecida com base nos seguintes critérios: orçamento anual destinado ao Plano de Educação Corporativa – PEC; realização histórica; planejamento de ações educacionais do período. O quadro de pessoal de referência é o do dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: o investimento total realizado em ações educacionais passou de R\$ 4.122.739, em 2015, para R\$ 1.441.706, em 2016; enquanto o investimento médio por empregado passou de R\$ 898,79 para R\$ 317,91, representando diminuição de 64,6%. Isso pode ser atribuído especialmente à redução orçamentária sofrida no ano de 2016, para atendimento às diretrizes de redução de custos da Companhia.

- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: estão em estudo outras alternativas para aumento dos resultados em educação corporativa, que diminuem os custos das ações, tais como a utilização cada vez maior de cursos mediados por tecnologia e da atuação de empregado educador.

#### 5.1.1.5 Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento Acumulada (TFAT)



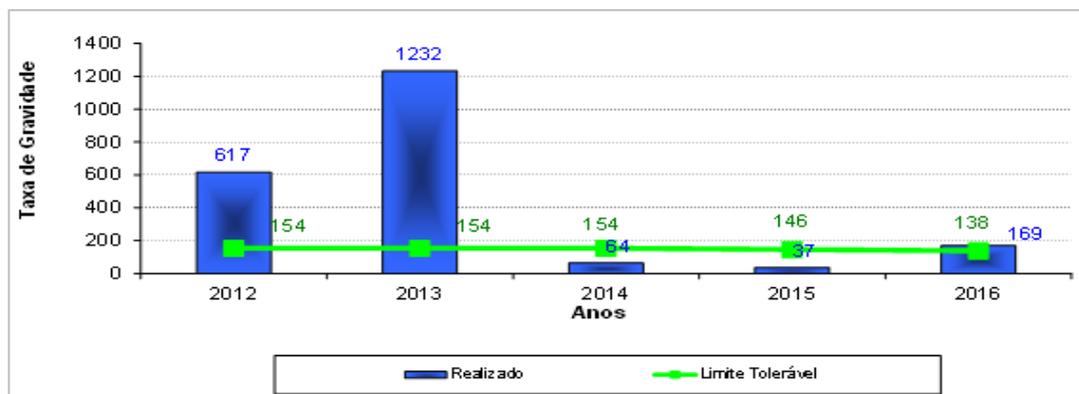
Fonte: Relatório de Descrição de Acidentes 2016 / Sistema de Gestão Empresarial Chesf 2016.

- a) Utilidade: permitir a avaliação da eficácia das ações de segurança do trabalho, contribuindo para a orientação e conscientização da importância dessas ações preventivas.
- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre o número de acidentes típicos com afastamento x 1.000.000 e a quantidade de empregados x horas em exposição ao risco no período.  $TFAT = \frac{\text{Número de Acidentes Típicos com Afastamento} * 1.000.000}{\text{Número de Horas de Exposição ao Risco}}$
- Onde: Número de Horas de Exposição ao Risco = Número de Empregados \* 167  
(167 é o número de horas médio de exposição ao risco por empregado/mês, definido pela Eletrobras)
- d) Método de aferição: registro e contabilização dos acidentes de trabalho pelo sistema informação criado e utilizado pela área de Segurança do Trabalho.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho / Divisão de Engenharia de Segurança do Trabalho.
- f) Resultado do indicador no exercício: 2,33. A TFAT fechou o ano abaixo do limite tolerável estabelecido pela Companhia (valor de 2,33 frente ao limite de 3,18). Indicador com resultado satisfatório em função das ações preventivas realizadas ao longo do ano, tais como: campanhas, inspeções, auditorias, palestras,

treinamentos, monitoramento / tratamento de acidentes e incidentes (quase acidentes), registro e controle de incidentes e não conformidades, monitoramento biopsicossocial e programa de ergonomia.

- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não se aplica.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: O resultado da TFAT em 2016 é um dos menores registrados nos últimos anos. Houve melhoria nesse indicador, em virtude das medidas preventivas adotadas pela Companhia.

#### 5.1.1.6 Taxa de Gravidade de Acidentes Típicos com Afastamento Acumulada (TGAT)



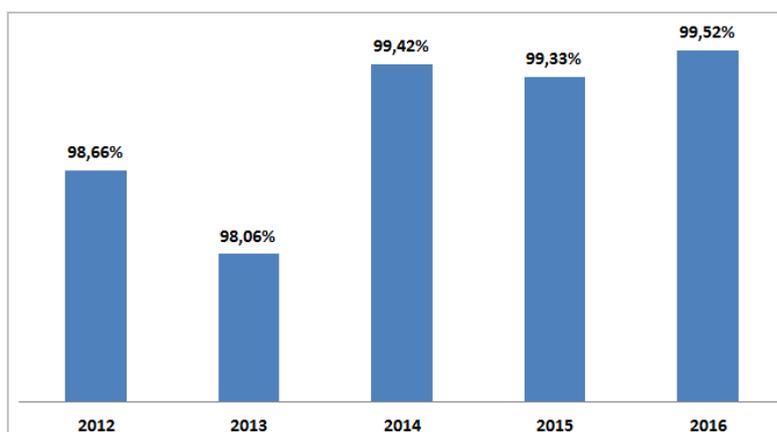
Fonte: Relatório de Descrição de Acidentes 2016 / Sistema de Gestão Empresarial Chesf 2016.

- a) Utilidade: permitir a avaliação da eficácia das ações de segurança do trabalho, contribuindo para a orientação e conscientização da importância dessas ações preventivas.
- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto menor, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação entre os dias de afastamento de acidentes típicos com afastamento x 1.000.000 e o número de horas de exposição ao risco.  

$$TGAT = \frac{\text{Número de Dias de Afastamento de Acidentes Típicos} \times 1.000.000}{\text{Número de Horas de Exposição ao Risco}}$$
 Onde: Número de Horas de Exposição ao Risco = Número de Empregados \* 167  
 (167 é o número de horas médio de exposição ao risco por empregado/mês, definido pela Eletrobras)
- d) Método de aferição: registro e contabilização dos acidentes de trabalho pelo sistema de informação criado e utilizado pela área de Segurança do Trabalho.
- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho / Divisão de Engenharia de Segurança do Trabalho.

- f) Resultado do indicador no exercício: 169. Indicador com resultado acima do estabelecido para o período (limite de 138).
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: acidente com um empregado que teve partes mutiladas de três dedos da mão esquerda.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: Diversas medidas foram tomadas para evitar reincidência do acidente mencionado, como treinamentos de segurança, proteção dos equipamentos associados e melhoria dos procedimentos de segurança, além da criação de projeto de segurança do trabalho para as atividades de manutenção em subestações. Esse projeto foi iniciado em 2016 devendo ser concluído em meados de 2017.

#### 5.1.1.7 Índice de Realização do Exame Médico Periódico – EMP



- a) Utilidade: subsidiar o acompanhamento da saúde dos empregados a partir da realização dos exames médicos periódicos, conforme as diversas especificidades das funções desempenhadas.
- b) Tipo: eficácia, sendo o resultado do indicador “quanto maior, melhor”.
- c) Fórmula de cálculo: relação percentual entre a quantidade de exames médicos periódicos concluídos no ano e o total de empregados da Companhia, subtraindo-se os admitidos há menos de um ano.
- d) Método de aferição: controle da realização dos exames médicos periódicos pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin, Módulo de Medicina do Trabalho

- e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administração / Superintendência de Recursos Humanos / Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho / Divisão de Saúde e Bem Estar no Trabalho.
- f) Resultado do indicador no exercício: 99,52%, superando a meta empresarial (99,50%).
- g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: não se aplica.
- h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e seus responsáveis: não se aplica.
- i) Política de capacitação e treinamento do pessoal
- j) O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Empresarial como seu principal norteador estratégico, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais apresentados. O valor total aplicado em Educação Corporativa no ano de 2016 foi de R\$ 1,4 milhão, face ao atendimento às diretrizes de redução de custos da Companhia. O investimento médio por empregado foi de R\$ 317,91, representando uma redução de 64,6% em relação a 2015.
- k) Apesar da redução do investimento em educação corporativa, o número de horas de treinamento por empregado em 2016 foi de 41,39, o que significa dizer que 2,16% das horas de trabalho foram dedicadas ao desenvolvimento de competências, patamar semelhante aos últimos anos. Foram computadas 636 ações educacionais, contemplando 187.724 horas e atendendo 3.680 empregados, correspondendo a 81,15% do quadro de pessoal.
- l) Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 5.226 horas em pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*, além de 8.021 horas em congressos, seminários e simpósios. Na perspectiva das ações de conformidade (Ética, *Compliance*, Conflito de Interesses, Assédio), foram capacitados 596 empregados, perfazendo um total de 2.200 horas em ações educacionais.
- m) Tais resultados foram possíveis devido ao uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferência e a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, e a maior divulgação do Plano de Educação Corporativa. Destaca-se, ainda, o fortalecimento da parceria com a Universidade do Sistema Eletrobras – UNISE, que custeou várias ações educacionais com vagas para a Chesf, inclusive com a criação do polo Recife.
- n) Em relação à Preparação Gerencial, destaca-se a ação educacional “Líder *Coach* Orientado para Resultados”, capacitando 121 gestores, entre 2015 e 2016. Ressalta-se também a ação educacional “*Coaching* Executivo: Performance e Produtividade em Ambientes de Mudança e Transição”, permitindo desenvolver novas habilidades e entender as dimensões da mudança e aumentar o protagonismo dos gestores neste

cenário. Essa ação foi realizada em parceria com a Fundação COGE – Funcoge, em caráter experimental, direcionada aos gestores de duas superintendências da Diretoria de Engenharia e Construção – DE.

- o) Com o apoio do SENAI, são realizados os cursos de NR10 Básico, NR10 Complementar, NR10 Reciclagem Integrada, Operador de Empilhadeira, Formação de Operador de Guindaste. Também existiram outras ações educacionais de cunho técnico, com foco nos negócios da companhia, como: Formação de Operadores, Aperfeiçoamento para Operador de Guindaste, Formação Técnica de Eletricistas e Analistas de Linhas de Transmissão, Curso de Regulação de Energia, Curso de Especialização em Energias Renováveis, Gerenciamento de Resíduos Químicos e Biológicos de Laboratório, Normas e Práticas da Operação de Subestações Teleassistidas, *smart grids*: O Novo Modo do Consumo de Energia, Metrologia e Técnicas de Medição e Ensaio de Alta Tensão e Formação Básica de Manutenção de Subestações, dentre outros.
- p) Ressalta-se também a realização da 2ª Tarde Literária da Chesf, que contou com a participação de 127 pessoas, entre empregados e seus dependentes. O objetivo foi incentivar o autodesenvolvimento dos empregados, por meio da leitura e da manifestação cultural e artística, contribuindo para a formação de atitude crítica e a melhoria do clima organizacional. A programação contou com palestra sobre o projeto cultural “Assombrações do Recife”, suscitando muitas emoções nos seus participantes. Houve também apresentação do Coral Chesf. Tivemos ainda autores chesfianos aposentados, exposição de editoras, com os últimos lançamentos, e Oficinas de Contação de Histórias, promovendo a integração entre família e Companhia, estimulando o hábito da leitura nos participantes.
- q) Por fim, destaca-se a realização do projeto Leitura em Canto, um espaço de incentivo à leitura na Chesf, que se destina à doação e/ou troca de livros. Seu lançamento ocorreu durante a 2ª Tarde Literária da Chesf. Estantes foram espalhadas por locais de circulação da Empresa nos quais estão disponíveis obras literárias a todos os empregados. Para a implantação do projeto, contamos com aproximadamente 200 exemplares em bom estado de conservação.

Abaixo, segue o resumo dos indicadores da Chesf:

<b>Indicadores</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Empregados treinados	3.680	3.706
Homem/hora treinados	187.724	207.512
Média/hora treinamento	41,39	45,24
Índice de empregados treinados (%)	81,15%	80,79%
Força de trabalho treinada (%)	2,16%	2,36%
Investimento total (R\$)	1.441.706	4.122.739
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	317,91	898,79

	Funções Gerenciais	Nível Superior	Nível Médio	Nível Fundamental
Hora Total Treinada	17.856	36.999	106.469	26.400
Participantes	365	940	1.859	516
Participações	1.788	3.282	6.339	1.518

Obs: Neste quadro, não estão incluídos valores correspondentes às participações de jovens aprendizes, empregados cedidos, requisitados e anistiados.

#### 5.1.2 Estrutura de pessoal

#### Quadro 13 - Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregados em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	não há	4.597	34	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	4.597	34	24
1.2.1. Empregados de carreira vinculada ao órgão	não há	4.573	31	21
1.2.2. Empregados de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Empregados de carreira em exercício provisório	não há	0	0	0
1.2.4. Empregados requisitados de outros órgãos e esferas	não há	24	3	3
<b>2. Empregados com Contratos Temporários</b>	não há	0	0	0
<b>3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública</b>	não há	0	0	0
<b>4. Total de Empregados (1+2+3)</b>	não há	4.597	34	24

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Obs.: o campo "Lotação Autorizada" foi preenchido como "não há" pelo fato de a Companhia não se enquadrar na determinação de lotação autorizada por lei para provimento de cargos.

No ano de 2016, a Companhia encerrou o exercício com uma força de trabalho de 4.597 empregados, composta por 4.573 empregados próprios e 24 requisitados. Do total de integrantes da força de trabalho, 933 são mulheres e 3.664 são homens. Vale ressaltar que do total de empregados próprios (4.573), 48 estavam cedidos a outros órgãos da Administração Pública. No mesmo ano, houve 31 admissões (23 via concurso público e 08 por decisão judicial) e 21 desligamentos.

**Quadro 14 - Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Empregados de Carreira (1.1)</b>	1.277	3.320
1.1. Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.277	3.320
1.1.2. Empregados de carreira vinculada ao órgão	1.272	3.301
1.1.3. Empregados de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Empregados de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Empregados requisitados de outros órgãos e esferas	5	19
<b>2. Empregados com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0
<b>4. Total de Empregados (1+2+3)</b>	1.277	3.320

Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

Para segregação do quadro de pessoal, o efetivo considerado para composição da Área Meio da Companhia se refere aos empregados lotados na Presidência, Diretoria Administrativa e Diretoria Econômico-Financeira, e para a Área Fim se refere aos empregados lotados na Diretoria de Engenharia e Construção e na Diretoria de Operação.

**Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Chesf**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autoriza da	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Empregados de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão	394	370	93	67
2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Empregados de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Empregados em Cargo e em Função (1+2)</b>	394	370	93	67
Fonte:				

Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin e RN-11/2003-RH 69 – Funções Gratificadas.

Justificativa: Não são computados os empregados investidos em caráter interino ou substitutos.

### 5.1.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

**Quadro 16 – Despesas do pessoal**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas *	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições **	Gratificações **	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis ***				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Empregados de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	462.383.035,52	16.306.053,72	54.021.942,83	164.286.670,67	5.059.046,03	28.038.314,46	2.152.178,03	34.227,56	1.278.259,45	733.559.728,27
	2015	423.144.805,99	14.567.000,43	50.613.012,12	178.218.197,52	5.383.199,89	21.000.230,10	1.776.415,83	29.919,38	954.087,21	695.686.868,47
<b>Empregados de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	6.487.747,94	123.542,21	52.080,60	557.163,55	0	10.016,37	0	0	0	7.230.550,67
	2015	5.529.224,40	43.353,16	53.745,36	596.473,38	113,63	8.581,74	0	0	0	6.231.491,67
<b>Empregados SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Empregados cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2016	1.035.093,98	222,08	159.441,96	638.235,57	0	122.690,45	0	0	0	1.955.684,04
	2015	833.001,86	335,48	115.764,75	547.369,76	0	98.710,16	0	0	0	1.595.182,01
<b>Empregados com contrato temporário</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Recurso Humanos – RHSin

\* .... Na coluna “Vencimentos e Vantagens Fixas” estão contemplados os valores pagos referentes aos empregados requisitados

\*\* Para fins de Retribuições e Gratificações foram utilizados como referência os conceitos previstos nos artigos 61 e 62 da Lei n. 8.112/90.

\*\*\* Os valores da coluna “Demais Despesas Variáveis” se referem aos pagamentos de complementação sobre o auxílio doença.

Os encargos da folha de pagamento não foram considerados nos números apresentados no quadro.

#### 5.1.4. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Companhia não vislumbra significativos riscos na gestão de pessoas que possam comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo. Em 2016, o quantitativo de empregados desligados representou apenas 0,46% do quadro de pessoal da Chesf e o índice de rotatividade geral foi de 0,57%, inclusive inferior à meta empresarial para esse indicador.

##### 5.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

Quanto às ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal:

a) A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:

A Chesf dispõe de regulamento e controles internos que visam atender o Art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

b) Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão:

- Sistema informatizado: Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin.

- Normativos:

- Resolução Normativa - RN-11/2003 RH-69 – Funções Gratificadas;
- Resolução Normativa – RN-17/93 RH-17 – Investidura e Exoneração de Empregados em Função Gratificada na Companhia;
- Instrução Normativa – IN-RH.01.003 – Investidura e Exoneração de Empregados em Função Gratificada na Companhia.

- Auditorias:

- Realizada pela área normativa (Divisão de Carreira e Remuneração – DACR), mensalmente; e
- Realizada pelo órgão interno de Auditoria e Controle da Companhia – AUD, de acordo com cronograma específico da área.

c) A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência:

Regulamentar, acompanhar e verificar periodicamente as investiduras e exonerações, permitindo maior eficiência sob a perspectiva de não acumulação de cargos e funções.

Além do Sistema Integrado de Recursos Humanos – RHSin, dos Normativos e das Auditorias, a Chesf, no momento da admissão do empregado, realiza a verificação na Carteira do Trabalho e Previdência Social – CTPS se há algum registro de emprego em aberto. Na hipótese positiva, é averiguada a possibilidade de compatibilidade, a exemplo de profissionais de educação e saúde. Adicionalmente, todos os empregados em processo de admissão subscrevem Termo de Responsabilidade declarando não possuírem outro vínculo de trabalho em órgão público, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Caso haja registro incompatível entre o emprego público a ser assumido na Chesf e outro existente, o candidato deverá regularizar a situação, sob pena de não ser admitido. O Termo de Responsabilidade contempla o compromisso do subscritor em comunicar à

Chesf qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para as situações de acumulação de cargos.

A Chesf dispõe de canais de comunicação, a exemplo da Ouvidoria, aptos para receber e encaminhar à apuração eventuais denúncias sobre acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

Além disso, todas as admissões e os desligamentos de empregados são registrados no Sistema de Controle de Ações de Comunicação – Sisac, do Tribunal de Contas da União – TCU.

d) No exercício de 2016 a Chesf identificou que um empregado que acumulava indevidamente o emprego público nesta sociedade de economia mista federal com cargo público no Município de Maceió – AL. Ato contínuo, a Companhia noticiou a situação nos autos de processo judicial trabalhista movido em desfavor da Chesf pelo referido empregado, e comunicou o fato ao Ministério Público de Pernambuco, que, por meio da Portaria Nº 054/2016, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de 22.12.2016, instaurou inquérito civil público para apuração dos fatos.

### 5.1.5 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

#### 5.1.5.1 Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

**Quadro 17 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade**

Unidade Contratante						
Nome: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
		(CNPJ)	Início	Fim		
2014	LOCACAO VEICULO COM OPERACAO, PARA TRANSPORTE EMPR	09.373.600/0001-70	04/07/2014	03/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE LOCACAO VEICULO COM OPERACAO E COMBUSTI	06.933.161/0001-14	23/10/2015	24/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO SEGURANCA FISICA E VIGILANCIA OSTENSIVAARM	08.644.690/0002-04	15/03/2016	15/03/2018	NA	Ativo Normal
2016	SERVICO DE SEGURANA E VIGILANCIA OSTENSIVA ARMADAE	86.960.598/0001-86	09/09/2016	09/09/2018	NA	Ativo Normal
2016	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA E DESARMADA PARA INSTA	19.923.146/0001-37	22/08/2016	22/08/2018	NA	Ativo Normal
2015	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS AERONAVES DA CHESF.	08.067.614/0001-00	03/06/2015	03/06/2017	NA	Ativo Normal
2015	SERVICO DE VIGILANCIA PARA 01 POSTO EM TURNO DE 24	50.844.182/0024-41	11/07/2015	09/07/2017	NA	Ativo Prorrogado

2015	LOCACAO DE VEICULO COM OPERACAO, PARA TRANSPORTE DE	04.980.589/0001-92	07/12/2015	05/12/2017	NA	Ativo Normal
2012	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	12.035.497/0001-62	06/08/2012	05/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SOB LINHAS DE TRANSMISSÃO D	00.400.247/0001-03	08/09/2015	07/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVICOS DE COLETA, TRIAGEM E ENTREGA DE CORRESPON	08.794.171/0001-41	01/10/2013	01/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO DE VIGILANCIA OSTENSIVA ARMADA CHESF/ALAGO	11.866.801/0001-50	21/11/2016	21/11/2018	NA	Ativo Normal
2013	SERVS.DE ROÇO,CAPINAÇÃO E REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO IN-	08.794.171/0001-41	21/11/2013	20/11/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	12.035.497/0001-62	01/11/2013	31/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	02.794.049/0001-99	09/10/2014	07/10/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE CONTÍNUO, CORREIO INTERNO E SERVIÇOS EX	08.794.171/0001-41	20/02/2015	18/02/2017	NA	Ativo Normal
2013	SERVICO DE LIMPEZA E CONSERVACAO , JARDINAGEM, ROC	12.035.497/0001-62	20/06/2013	21/08/2017	NA	Ativo Prorrogado

2014	SERVICOS DE APOIO LOGISTICO PARA SSSTR NO AMBITO DA	08.794.171/0001-41	19/05/2014	07/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE LAVAGEM, PULVERIZAÇÃO, LUBRIFICACAO	07.654.041/0001-40	13/07/2015	12/07/2017	NA	Ativo Normal
2016	LOCACAO DE DOIS VEICULOS TIPO VAN PARA O COMPLEXOD	09.069.122/0001-09	11/01/2016	09/01/2018	NA	Ativo Normal
2015	SERVIÇOS DE ACONDICIONAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAL	204594810001-05	14/12/2015	12/12/2017	NA	Ativo Normal
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE JOAIRAM/JAB	10.557.169/0001-09	02/04/2012	02/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA A SEREM EXECUTADAS E	10.702.684/0001-27	10/09/2012	28/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE MAT	10.557.169/0001-09	27/02/2013	27/02/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO NAS AREAS INTERN	24.126.948/0001-56	10/03/2014	10/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA E CONSERVACAO DAS AREAS AJARDINADAS DAS US	08.585.300/0001-91	05/05/2014	05/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	LIMPEZA E CONSERVACAO DAS INSTALACOES PREDIAIS DAG	10.557.169/0001-09	01/10/2016	17/10/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	MANUTENÇÃO CIVIL DE SUBESTAÇÕES E REPETIDORAS DA G	01.781.573/0001-62	23/03/2015	12/12/2016	NA	Ativo Prorrogado

2014	MANUTENÇÃO EM LIT´E BARRAMENTOS DE SE´S DA CHESF N	41.116.138/0001-38	16/09/2014	14/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERV.DOS PREDIOS,MOVEIS E	08.605.338/0001-89	01/12/2015	29/11/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	LOCACAO DE 01 VEICULO PARA TRANSPORTE DE FUNCIONAR	10.422.851/0001-86	15/09/2014	13/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	FORNECIMENTO DE CAFE PRETO E COM LEITE ADOCADO, EC	05.103.278/0001-08	01/09/2014	21/08/2016	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO PARA OPERACAO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AF	10.557.169/0001-09	05/09/2014	05/09/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INST	17.428.731/0170-20	16/11/2014	15/01/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVS.DE LIMPEZA,COSERVAÇÃO DE PÁTIOS,PREDIOS,MO-V	04.414.394/0001-85	16/03/2012	17/03/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA E CONSERVACAO DO PATIO DA SUBESTACAO DE BO	17.900.555/0001-92	12/01/2015	12/07/2017	NA	Ativo Normal
2012	SERVICO LIMPEZA,ASSEIO,CONSERVACAO PREDIAIS MANT.J	10.557.169/0001-09	20/08/2012	20/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	CONTRATO DE SERVIÇOS DE CNSTRUÇÃO DE PAREDE CORTAF	19.843.140/0001-50	05/12/2016	05/05/2017	NA	Ativo Normal
2015	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.	08.028.012/0001-36	01/04/2015	01/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM OPERAÇÃO_PARA TRASLADO DE	00.437.810/0001-00	11/11/2012	06/06/2017	NA	Ativo Prorrogado

	O					
2014	SERVICO LOCACAO VEICULO COM OPERACAO PARA TRANSPOR	07.446.868/0001-69	04/06/2014	03/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE LIMPEZA, CONSERVACAO E ARRUMACAO DO ALM	08.794.171/0001-41	14/03/2016	13/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE LIMPEZA E ZELADORIA DE PRÉDIO ADMINISTRA-	11.687.760/0001-35	08/04/2013	07/04/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO PARA EMPREGADOS,	08.794.171/0001-41	01/07/2015	30/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE SEGURANÇA ARMADA NA SUBESTAÇÃO DE ACARA	86.960.598/0001-86	09/01/2015	08/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE SEGURANÇA ARMADA PARA SUBESTAÇÃO TAUAI	86.960.598/0001-86	10/01/2015	09/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	VIGILANCIA DE COREMAS	15.184.327/0001-38	01/01/2016	31/12/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA EM INSTALAÇÃO DA CHES	16.505.678/0001-66	29/02/2016	28/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA EM INSTALAÇÃO DA CHES	86.960.598/0001-86	05/02/2015	04/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVIÇO DE MONITORAMENTO CFTV GRN	069790370001-90	01/12/2016	30/11/2017	NA	Ativo Normal

2013	SERVIÇO DE SUPORTE OPERACIONAL PARA GESTÃO DE TRAN	15.354.679/0001-94	06/01/2014	05/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE MANUTENCAO CIVIL ELETRICA E PREDIAL NOS	08.597.837/0001-71	18/12/2014	06/12/2018	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETRICA DO COMPLEXO SEDE D	15.279.608/0001-74	25/11/2013	25/11/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUT PREDIAL NO COMPLEXOS	15.279.608/0001-74	04/09/2015	04/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE LOC. DE VEICULO, TIPO PASSEIO, COM OPERAC	05.508.486/0001-97	18/05/2016	02/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	EXEC. DE SERV. ENG. COM. REF. A MANUT. PREVENTIVAT	40.481.822/0001-56	22/06/2015	29/06/2017	NA	Ativo Normal
2016	SERV. DE LOCAÇÃO DE VEICULO, COM OPERAÇÃO, P/ ATEN	06.933.161/0001-14	19/03/2016	08/05/2017	NA	Ativo Normal
2016	LOC. DE 02 ONIBUS RODOVIARIOS, COM OPER., COMB. ED	09.069.122/0001-09	12/03/2016	20/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERV. DE LOC. DE VEICULO C. OPER. PARA ATEND. A EM	05.508.486/0001-97	13/09/2016	09/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 26 TORRES A	41.116.138/0001-38	24/02/2015	24/02/2020	NA	Ativo Normal
2013	SERVS.DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS INST.DE USINAHI	12.939.762/0001-37	26/02/2013	26/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.VIG.OSTENSIVA E ARMADA EM 6 POSTOS FIXOS OUM	11.866.801/0001-50	03/06/2013	13/05/2017	NA	Ativo Prorrogado

2014	LOCACAO DE 01 VEICULO PARA XINGO	04.702.073/0001-86	26/01/2014	25/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇOS DE OPERACAO DE COPA COM FORNECIMENTO DECA	08.605.338/0001-89	01/12/2015	29/11/2017	NA	Ativo Normal
2012	MANUTENÇÃO DE REDE DE CABEAMENTO ESTRUTURADO DA RE	57.623.555/0001-07	01/03/2012	01/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE ATENDIMENTO A CAMADA CLIENTE DE TECNOL	19.877.300/0002-62	03/02/2014	03/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SICC	02.527.738/0001-37	07/01/2014	06/01/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVIOS DE COPA NOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS DA APA	12.939.762/0001-37	08/02/2012	07/02/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE LIMPEZA GERAL E MANUTENÇÃO DAS AREAS AJAR	12.939.762/0001-37	30/07/2013	29/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	LOCAÇÃO DE 2 VEICULOS COM OPERAÇÃO PARA TRANSPORTE	12.498.681/0001-49	01/09/2016	31/08/2017	NA	Ativo Normal
2016	LACAÇÃO DE UM ONIBUS RODOVIARIO PARA ATENDER EMPRE	12.498.681/0001-49	03/10/2016	02/10/2017	NA	Ativo Normal
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	08.794.171/0001-41	18/02/2014	17/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS REPETIDORAS DA ÁREA LEST	02.794.049/0001-99	05/05/2014	03/05/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE LIMPEZA,	10.557.169/0001-09	02/06/2014	28/05/2017	NA	Ativo

	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PEQUE					Prorrogado
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	08.794.171/0001-41	11/01/2016	09/01/2018	NA	Ativo Normal
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, JARDINS E VIAS DE A	10.557.169/0001-09	07/01/2013	30/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA NAS INSTALAÇÕES D	08.165.946/0001-10	02/11/2015	01/11/2017	NA	Ativo Normal
2016	LIMPEZA E CONSERVACAO DAS SE RECIFE II, PIRAPAMA I	24.126.948/0001-56	21/03/2016	21/03/2018	NA	Ativo Normal
2014	SERVIÇO DE COLETA DE LIXO EM ITAPARICA/USINA LUIZG	08.794.171/0001-41	08/09/2014	07/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO DE VIGILANCIA DE ESCOLTA ARMADA PARA PAULO	10.702.684/0001-27	06/02/2016	04/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE MANUTENCAO ELETRICA PREVENTIVA E CORRET	14.608.115/0001-78	17/11/2015	06/11/2017	NA	Ativo Normal
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA ELETRONICA E MONITORAMENTOD	16.330.409/0001-06	28/08/2014	28/08/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INSTALACOES DA R	13.964.649/0001-74	02/08/2014	02/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE MANUTENCAO NAS INSTALACOES HIDROSSANIT	15.279.608/0001-74	08/08/2014	08/08/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NAS INST	11.730.274/0001-52	01/09/2014	01/09/2017	NA	Ativo Prorrogado

2015	FORNECIMENTO E DISTRIBUICAO DE CAFE E CHA E REALIZ	08.605.338/0001-89	14/07/2015	14/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS SUBESTAÇÕES DE COTEMINAS	22.698.394/0001-36	01/06/2016	01/06/2018	NA	Ativo Normal
2011	SERVS.DE ROÇO,CAPINAÇÃO,DESTOCAMENTO E REMOÇÃO DEV	63.232.961/0001-41	04/10/2012	02/01/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE MANUTENCAO CIVIL DAS SUBESTACOES E STIS	17.900.555/0001-92	23/02/2015	22/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS AREAS DEGR	05.848.147/0001-50	03/11/2015	03/11/2019	NA	Ativo Normal
2013	SEVS.DE CONSERVAÇÃO DE JARDINS, INCLUINDO PODA DEEA	08.585.300/0001-91	23/09/2013	21/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	12.035.497/0001-62	01/11/2013	31/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	08.794.171/0001-41	04/11/2015	02/11/2017	NA	Ativo Normal
2015	LOCACAO DE 01 VEICULO COM OPERACAO	07.654.041/0001-40	01/06/2015	30/05/2017	NA	Ativo Normal
2015	LOCAÇÃO DE 07 VANS COM OPERACAO	13.730.698/0001-42	26/05/2015	14/01/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO ANDRE FALCÃO EAN	12.070.642/0001-46	19/10/2012	19/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE 01 POSTO DE	10.702.684/0001-27	14/12/2015	05/06/2017	NA	Ativo

	VIGILANCIA PARA ESCRITORIOD					Prorrogado
2015	SERV. DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA EM 01 POSTO	13.416.744/0001-33	05/07/2015	04/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERV. DE VIGIL. OSTENSIVA E ARMADA EM 01 POSTO NA	18.581.289/0001-45	23/03/2016	22/03/2017	NA	Ativo Normal
2016	SERV. DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES REPETI	20.459.481/0001-05	04/05/2016	03/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	LIMPEZA E CONSERV. DAS INST. DAS ESTACOES REPET. D	19.803.765/0001-98	21/09/2016	11/06/2017	NA	Ativo Normal
2016	SERV. VIGI. OSTENS. E ARM. 02 PV'S FIXOS SE'S PNDII	07.601.090/0001-15	25/12/2016	04/07/2017	NA	Ativo Normal
2015	SERV. DE VIG. OSTENS. E ARM. EM 01 POSTO FIXO LOCA	07.601.090/0001-15	26/06/2015	25/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	VIG. OSTENS, DESARM., MOTOR., EM 02 POSTOS MOVEISP.	23.341.588/0002-23	29/11/2016	27/06/2017	NA	Ativo Normal
2013	SERVICO DE MANUTENCAO, ARBORIZACAO E LIMPEZA NA US	10.557.169/0001-09	02/07/2013	02/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORTE	12.035.497/0001-62	18/04/2013	17/04/2018	NA	Ativo Prorrogado
2013	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	12.035.497/0001-62	21/08/2013	21/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	17.900.555/0001-92	09/02/2015	08/02/2019	NA	Ativo Prorrogado

	DE PE					
2015	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	08.794.171/0001-41	27/07/2015	25/07/2017	NA	Ativo Normal
2013	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA A ÁREA DA ADMIN	10.702.684/0001-27	01/02/2013	01/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	OUTSOURCING DE IMPRESSÃO.	41.057.324/0001-43	07/11/2013	07/11/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS JARDINS DO PRÉDIO SEDE D	00.400.247/0001-03	26/05/2016	26/05/2017	NA	Ativo Normal
2016	TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA EM EQUIPAMENTOS	16.831.779/0001-27	18/07/2016	11/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE LIMPEZA E CONSERVACAO NAS INSTALACOES D	17.982.462/0001-54	15/01/2015	18/07/2017	NA	Ativo Normal
2016	LIMPEZA E CONSERV. DAS INST. CHESF NA SE DE BARREI	20.459.481/0001-05	15/07/2016	14/07/2017	NA	Ativo Normal
2016	LIMPEZA E CONSERV. DAS INST. CHESF NA SE DE IGT II	63.232.961/0001-41	16/08/2016	11/02/2018	NA	Ativo Normal
2016	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS INST. CHESF NA SUBESTACA	23.912.281/0001-54	01/09/2016	27/02/2018	NA	Ativo Normal
2016	LIMPEZA E CONSERV. DAS INST. CHESF NA SE PND II EM	05.508.486/0001-97	16/08/2016	11/02/2018	NA	Ativo Normal
2014	SERV. DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS DA	05.508.486/0001-97	27/02/2014	26/02/2018	NA	Ativo Prorrogado

	GERE					
2014	CONSERV. E MANUT. DE JARDINS DA GRB, USB, CASA DEH	05.508.486/0001-97	06/03/2014	05/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE VIGILANCIA OSTENS. E ARMADA EM 1 POSTO F	07.601.090/0001-15	19/04/2015	16/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE VIG. OSTENS. E ARMADA EM 04 PV FIXOS LOCA	07.601.090/0001-15	18/06/2015	07/02/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE VIG. OSTENS. E ARM. EM 03 PV'S, SENDO: 02	07.601.090/0001-15	18/06/2015	17/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE VIG. OSTENS. E ARM. EM 02 PV'S FIXOS LOCA	13.416.744/0001-33	02/07/2015	01/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERV. DE VIG. OSTENS. E ARM. EM 03 PV'S FIXOS LOCA	13.416.744/0001-33	02/07/2015	01/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	LIMPEZA E CONSERV. DAS INST. CHESF NAS SE'S BJS, BM	12.149.819/0001-02	19/07/2016	18/07/2017	NA	Encerrado
2013	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NA USINA DA CHESF	08.666.310/0001-51	01/06/2013	31/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA	05.508.486/0001-97	01/09/2014	31/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, NAS ÁREAS INTERNAS	10.557.169/0001-09	05/08/2015	04/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, NAS ÁREAS INTER	12.035.497/0001-62	09/05/2013	08/05/2017	NA	Ativo Prorrogado

2012	VIGILÂNCIA OSTENSIVA E ARMADA A SEREM EXECUTADOS E	50.844.182/0024-41	07/10/2012	07/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PARA SPMA/PE	50.844.182/0024-41	27/11/2012	28/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PEQUENO PORTE	12.035.497/0001-62	03/09/2012	02/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PE	08.794.171/0001-41	24/03/2014	23/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2012	INSPEÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA PRÓPRIA E LOCADA DAC	12.336.643/0001-90	02/08/2012	02/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	VIGILÂNCIA OSTENSIVA E ARMADA, EM PV NAS INSTALAÇÃO	13.624.969/0001-85	05/12/2014	05/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	LIMPEZA E CONSERVACAO PREDIAL, DE AREAS AJARDINADA	10.557.169/0001-09	17/04/2015	17/04/2017	NA	Ativo Normal
2015	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DAS SUBE	20.219.442/0001-30	18/01/2016	18/01/2018	NA	Ativo Normal
2016	SERVICO DE PORTARIA NAS INSTALACOES DA CHESF/ALAGOA	12.778.433/0001-51	21/11/2016	21/11/2018	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVS.DE VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA ATENDI	50.844.182/0024-41	18/09/2012	17/03/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA E ARM	50.844.182/0024-41	01/12/2012	01/06/2017	NA	Ativo Prorrogado

2013	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO PR	03.865.304/0001-00	31/01/2013	19/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2011	TRANSPORTE DE PESSOAL EM HORÁRIO COMERCIAL PARA AC	09.373.600/0001-70	08/06/2011	08/03/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRASLADO DE OPERADORES	09.373.600/0001-70	12/03/2013	12/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVICO DE LIMPEZA, CONSERVACAO, DESOBS TRUCAO VALETA	63.232.961/0001-41	13/05/2013	13/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	MABUTENÇÃO EM SECCIONADORES	02.249.919/0001-49	03/12/2015	21/05/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇOS DE FAXINA EM BRUMADO-BA	22.822.797/0001-45	17/11/2015	10/09/2016	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇOS DE LIMPEZA ATRAVÉS DE FAXINA NAS INSTALAÇÃO	18.017.556/0001-56	15/12/2015	10/10/2016	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO DE LIMPEZA ATRAVES DE LIMPEZA NA SUBESTACAO	22.822.797/0001-45	21/09/2016	16/09/2017	NA	Ativo Normal
2016	SERVICO DE LIMPEZA ATRAVES DE FAIXINA NAS INSTALACO	18.017.556/0001-56	11/10/2016	07/08/2017	NA	Ativo Normal
2012	MANUTENCAO DOS SISTEMA DE REFRIGERACAO DA GRN	00.125.733/0001-52	01/11/2012	31/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE RECEPCIONISTA PARA AS PORTARIAS DA GRPE	04.702.073/0001-86	09/11/2015	07/11/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO DE MANUTENCAO CIVILDOS PREDIOS DO COMPLEXO	34.311.019/0001-70	03/11/2016	02/11/2018	NA	Ativo Normal

2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DAG	08.814.800/0001-58	10/11/2015	10/11/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVIÇOS DE ROÇO,CAPINAÇÃO,DESTOCAMENTO,MONUTENÇÃO E	10.557.169/0001-09	28/08/2013	28/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE ROCO, CAPINACAO, DESTOCAMENTO E REMOCAO	08.794.171/0001-41	03/10/2014	02/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇOS DE VIGINANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA CI-	10.702.684/0001-27	30/10/2012	25/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE VIG.OSTENSIVA E ARMADA EM 01 POSTO (PV),E	50.844.182/0024-41	20/11/2013	19/05/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICOS DE VIVILANCIA OSTENSIVA E ARMADA PARA FLO	42.035.097/0002-07	26/02/2015	25/02/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	EXECUCAO SERVICO DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVACAO P	12.035.497/0001-62	14/03/2016	24/05/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVICO DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVACAO, CAPINA ER	08.794.171/0001-41	24/05/2013	27/08/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE LIMPEZA, CONSERVACAO DE JARDIM E CAPINA	00.400.247/0001-03	27/02/2015	01/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO DE LIMEZA, ASSEIO,CONSERVACAO PREDIAIS,ROC	08.794.171/0001-41	29/02/2016	09/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2012	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA CLIMATIZ	07.111.745/0001-77	11/03/2013	11/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇO DE COPA PARA OS	63.232.961/0001-41	28/03/2012	30/07/2017	NA	Ativo

	PREDIOS DA GRN NAS CIDADES					Prorrogado
2012	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOALN	07.272.222/0001-02	14/11/2012	31/10/2017	NA	Ativo Prorrogado
2011	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NA IN	86.960.598/0001-86	01/11/2011	28/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2011	SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA NAS INSTALACOES DA CH	86.960.598/0001-86	01/11/2011	28/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	VIGILÂNCIA ARMADA PARA A USINA DE ARARAS, NA CIDA D	86.960.598/0001-86	01/07/2013	30/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA EM INTALAÇÕES DA CHES	86.960.598/0001-86	03/01/2016	02/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA EM INSTALAÇÃO DA CHES	86.960.598/0001-86	03/01/2016	02/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA CONSISTINDO DE 02 POS	86.960.598/0001-86	03/01/2016	02/01/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	MANUTENCAO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	14.608.115/0001-78	08/10/2014	16/09/2018	NA	Ativo Prorrogado
2015	SERVICOS DE ROCO,PODA,CAPINACAO,DESTOCAMENTO ES	08.794.171/0001-41	02/07/2015	01/07/2017	NA	Ativo Normal
2011	LIMPEZA E CONSERVACAO DE DELMIRO, PICI E CAUIPE.	23.585.979/0001-02	02/01/2012	31/12/2016	NA	Encerrado
2014	SERVIÇOS DE LIMPEZA E	10.557.169/0001-09	01/04/2014	31/03/2017	NA	Ativo

	CONSERVAÇÃO NAS ÁREAS INTERN					Prorrogado
2016	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO SUBESTAÇÕES MILAG	05.508.486/0001-97	01/04/2016	01/04/2018	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS SUBESTAÇÕES D	08.794.171/0001-41	01/04/2016	01/04/2018	NA	Ativo Prorrogado
2012	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS DA GR	12.070.642/0001-46	02/04/2012	02/07/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NAS FAIXAS DE SERVIDÃO DASL	09.022.429/0001-54	01/06/2016	31/05/2017	NA	Ativo Normal
2016	SUPORTE TECNICO A GESTAO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS	13.412.225/0001-05	03/10/2016	02/10/2018	NA	Ativo Prorrogado
2012	OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TARIFAÇÃO TELEFONICA E DE V	08.028.012/0001-36	17/09/2012	17/09/2017	NA	Ativo Prorrogado
2013	SERVS.DE ARMAZENAMENTO, DEPOSITO,CARGA, DESCARGA E	10.557.169/0001-09	17/06/2013	17/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA, ROCO E CAPINACAO DAS USINAS EM PAULO AFON	08.585.300/0001-91	12/03/2014	12/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE LIMPEZA, ROCO NAS USINAS EM PAULO AFONS	08.585.300/0001-91	12/03/2014	12/03/2018	NA	Ativo Prorrogado
2014	LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÕES DE PEQUENO PORT	14.561.349/0001-07	12/03/2014	11/03/2018	NA	Ativo Prorrogado

2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SUBESTAÇÃO SUAPE II.	10.557.169/0001-09	08/04/2013	08/04/2017	NA	Ativo Prorrogado
2016	VIGILÂNCIA OSTENSIVA ARMADA E ELETRÔNICA NAS INSTA	04.944.975/0001-29	27/01/2016	27/01/2018	NA	Ativo Normal
2016	VIGILANCIA OSTENSIVA E ARMADA NA REGIONAL SUL DA C	07.738.828/0001-90	30/03/2016	30/03/2018	NA	Ativo Normal
2011	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO A GESTÃO DE DOCUMENTOS	03.053.858/0001-02	13/09/2011	30/06/2017	NA	Ativo Prorrogado
2014	SERVICO DE MANUTENCAO CIVIL DAS USINAS DE PAULO AF	04.921.857/0001-03	03/11/2014	02/11/2018	NA	Ativo Prorrogado
2016	SERVICO DE FORNECIMENTO DE CAFE EXPRESSO E BEBIDAS	07.779.080/0001-74	01/07/2016	01/07/2018	NA	Ativo Normal

Fonte: GEF - Gestão Econômico Financeira (PROD)

### 5.1.5.2 Contratação de Estagiários

O Programa de Estágio da Chesf segue a política regulamentada em instrumentos normativos (Resolução Normativa RN-08/94 RH-25 – Estágio para Estudantes, Instruções Normativas IN-RH.03.003 – Estágio para Não Empregados da Chesf e IN-RH.03.002 – Estágio Obrigatório para Empregados da Chesf) e oferece oportunidades de aprimoramento para estudantes de nível superior e de nível técnico, empregados ou não da Empresa, proporcionando experiência prática quanto aos conhecimentos adquiridos na formação escolar.

Para a seleção dos estudantes, a Chesf contrata agente de integração para efetuar os serviços de recrutamento, seleção, pagamento e acompanhamento dos estagiários.

Quanto aos critérios para participação da seleção, é preciso ter obtido no histórico escolar média global igual ou superior a 6 (seis). Para estudantes de nível universitário é necessário estar cursando a partir do 5º período e ter disponibilidade para o estágio pelo período de 1 (um) ano. No caso dos participantes de nível técnico, são requisitos que o estudante esteja cursando a partir do 3º período e tenha disponibilidade para o estágio pelo período de 6 (seis) meses. A jornada diária é de 4 (quatro) horas e deve ser compatível com o horário escolar. Em todos os casos, é necessário que o estudante esteja matriculado e frequentando instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Os estudantes não empregados da Empresa aprovados no processo seletivo recebem uma bolsa auxílio educacional, além de auxílio-transporte e vale-alimentação.

No exercício de 2016, o Programa de Estágio foi suspenso, em função da implementação de medidas para redução de custos e despesas.

### 5.1.6 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

#### a) Identificação da entidade fechada de previdência

Nome: FACHESF Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

Razão Social: FACHESF Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social

CNPJ: 42.160.192/0001-43

- b) Visão gerencial dos valores envolvidos  
 i. Quantidade de servidores contemplados

Mês/Ano	Plano			Total de Participantes
	BD	BS	CD	
01/2016	15	1.121	4.729	4.744
02/2016	15	1.121	4.728	4.743
03/2016	15	1.121	4.726	4.741
04/2016	15	1.121	4.727	4.742
05/2016	15	1.121	4.721	4.736
06/2016	15	1.120	4.748	4.763
07/2016	15	1.120	4.746	4.761
08/2016	15	1.120	4.745	4.760
09/2016	15	1.120	4.746	4.761
10/2016	15	1.119	4.740	4.755
11/2016	15	1.119	4.746	4.761
12/2016	15	1.118	4.738	4.753

- ii. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora (valores em R\$):

DESCRIÇÃO	PLANO BD	PLANO CD	PLANO BS	SOMA
CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTE CHESF	222.182,17	72.589.600,33	-	<b>72.811.782,50</b>
CONTRIBUIÇÃO PATROCINADORA CHESF	14.136.560,19	64.792.024,86	1.786.823,58	<b>80.715.408,63</b>
CONTRATO DE PARCELAMENTO DE COMPROMISSO ATUARIAL	60.000.000,00	-	-	<b>60.000.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>74.358.742,36</b>	<b>137.381.625,19</b>	<b>1.786.823,58</b>	<b>213.527.191,13</b>

- iii. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

GRUPO	VALOR R\$
<b>A) DESCONTO NA FOLHA DOS FUNCIONÁRIOS DA CHESF</b>	<b>64.182.485,50</b>
Amortização de Empréstimos da Fachesf	28.457.737,67
Mensalidades do Plano de Saúde da Fachesf	29.396.888,71
Mensalidades do Seguro de Vida da Fachesf	6.327.859,12

<b>B) REPASSE CONFORME CONVÊNIO ENTRE CHESF E FACHESF</b>	<b>123.222.753,54</b>
Plano de Assistência Patronal da Chesf - PAP	96.749.433,19
Reembolso das despesas administrativas oriundas do Plano de Assistência Patronal da Chesf – PAP	7.172.555,24
Reembolso das despesas administrativas geradas pelos Ambulatórios Médicos da Chesf.	8.467.919,83
Participação no seguro vida dos funcionários da Chesf	10.832.845,28
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>187.405.239,04</b>

- c) Síntese da manifestação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, quando houver: a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC não emite manifestação a respeito do Balanço das Entidades.
- d) Conclusões do relatório de auditoria independente, quando houver: o Relatório dos Auditores Independentes encontra-se nos anexos.
- e) Conclusões do último estudo atuarial: a consultoria Mercer Human Resource Consulting Limitada, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios (Plano BD), do Plano Saldado de Benefícios (Plano BS) e do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida (Plano CD), administrados pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF, concluiu no “Parecer Atuarial do Encerramento do Exercício Social de 2016” que:
- O Plano BS está superavitário. O excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano frente às Provisões Matemáticas foi utilizado para a constituição da Reserva de Contingência, obedecendo ao limite de 21,32% do total das Provisões Matemáticas dos benefícios estruturados sob a forma de benefício definido.
  - O Plano BD está deficitário. Considerando que tal déficit encontra-se dentro do limite calculado previsto no Art. 28º da Resolução CGPC nº26/2008, não será necessário seu equacionamento ao longo do exercício de 2017.
  - O Plano CD está deficitário. Considerando que tal déficit encontra-se dentro do limite calculado previsto nos Arts. 28 e 28-A da Resolução CGPC nº26/2008, não será necessário seu equacionamento imediato. No entanto, para o Plano CD, recomendou-se uma análise contínua do custo tendo em vista os resultados do estudo da taxa de juros, que demonstrou um fluxo negativo do patrimônio a partir de 2035 e também das taxas de desconto garantidas aos participantes na concessão do benefício superiores às taxas de desconto utilizadas para os cálculos das provisões.

Destacam-se abaixo os resultados dos 3 (três) planos de benefícios:

	<b>Plano BS (R\$)</b>	<b>Plano BD (R\$)</b>	<b>Plano CD (R\$)</b>
Patrimônio para Cobertura do Plano	1.318.423.476,31	2.128.750.152,27	2.520.125.807,57
(-) Provisões Matemáticas	1.171.602.747,56	2.152.438.700,58	2.682.304.606,82
Benefícios Concedidos	746.199.865,61	3.327.791.218,00	820.599.808,33
Benefícios a Conceder	425.402.881,95	12.583.784,90	1.861.704.798,49
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00	1.187.936.302,32	0,00
<b>(=) (Déficit) / Superávit</b>	<b>146.820.728,75</b>	<b>(23.688.548,31)</b>	<b>(162.178.799,25)</b>

- f) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas:

No exercício de 2016 a Chesf realizou dois trabalhos de auditoria que resultaram nos Relatórios RA-AUD-20/2016 de 23/08/2016, sobre o “Plano de Assistência Patronal (PAP)” e o RA-AUD-23/2016 de 06/10/2016, sobre “Concessão e Pagamento de Benefícios”.

No trabalho de auditoria sobre “Plano de Assistência Patronal (PAP)” foi constatado que a eficiência e a eficácia dos controles internos exercidos sobre os processos de reembolso de despesas estão em conformidade com os critérios e procedimentos estabelecidos nos normativos da Chesf. Entretanto, foram evidenciadas divergências de natureza diversas em alguns reembolsos de medicamentos, despesas médico-hospitalares, óculos, armações e Lentes Corretivas. Quanto aos contratos firmados com os credenciados para a prestação dos serviços assistenciais, verificou-se que existe adequação com as determinações legais e normativas, estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Em 06/10/2016 a Fachesf apresentou um Plano de Ações com providências para cada uma das evidências apontadas pelo Relatório de Auditoria RA-AUD-20/2016, que foram consideradas satisfatórias pela Auditoria Interna.

No trabalho de auditoria sobre “Concessão e Pagamento de Benefícios”, nos exames relacionados ao cálculo e reajuste dos benefícios, foi constatado que os valores dos benefícios e seus reajustes estavam em conformidade com as determinações do Regulamento de cada Plano de benefícios. Especificamente quanto ao recálculo do benefício de pensão pela saída de beneficiário, identificou-se uma situação em que o Sistema de Pagamento de Benefícios (SGP) considerou como base de cálculo o benefício original e não o benefício reajustado, evidenciando assim a necessidade de ajustes no sistema. Nos casos analisados onde ocorreu Resgate de Reserva de Poupança ou Portabilidade foi constatada a exatidão no cálculo dos valores resgatados ou transferidos (portabilidade).

Nos casos de continuidade do pagamento de benefícios após o falecimento dos beneficiários ou pensionistas, situações que podem ocorrer em razão da anualidade do cadastramento, foi evidenciada a necessidade de medidas mais eficazes para a devolução dos valores pagos indevidamente. Foram identificados casos de retenção de benefícios em razão do insucesso no cadastramento dos beneficiários. As

medidas adotadas para localização dos beneficiários foram consideradas pouco eficazes e precisaram ser intensificadas, e, a depender do resultado, pode ser providenciado o encerramento dos benefícios, se for o caso.

Em 23/11/2016 a Fachesf apresentou um Plano de Ações com providências para cada uma das evidências apontadas pelo Relatório de Auditoria RA-AUD-23/2016, que foram consideradas satisfatórias pela Auditoria Interna.

## 5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

### 5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O cadastro e a manutenção, no SIAFI e STN/SPU, das informações sobre os bens da união utilizados pela Chesf, são de responsabilidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Tais informações são prestadas pelo órgão “Assessoria de Gestão de Bens da União”, especialmente criado pela Eletrobras com esse objetivo.

### 5.3. Gestão da tecnologia da informação

O processo de Gestão da Tecnologia da Informação na Chesf é de responsabilidade da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI e objetiva a prestação de serviços à toda Organização além de entregar valor para todos os processos organizacionais: finalísticos, de gestão e de suporte.

As ações estruturais de Governança de TI são delineadas para responder aos desafios de responsabilidade da STI, principalmente, no que se refere às auditorias do TCU, CGU, Auditoria Interna e outras entidades externas.

Em 2016, o processo de Gestão Estratégica de TI seguiu atendendo tanto aos objetivos estratégicos empresariais, quanto às necessidades específicas de clientes e também de projetos estruturadores para o segmento de TI.

#### 5.3.1 Principais sistemas de informações

No tocante aos principais sistemas de informações da Companhia é relevante divulgar:

<b>Sistema</b>	GEF – Gestão Econômico Financeiro
<b>Objetivos</b>	Gestão econômico financeira da Companhia.
<b>Principais funcionalidades</b>	Administração de contratos, requisições, tesouraria, contas a pagar, contas a receber e orçamento.
<b>Responsável técnico</b>	Luciano Arruda de Oliveira
<b>Responsável da área de negócio</b>	Alexandre Vieira Borba
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Serviço de terceiros
<b>Despesa anual com manutenção</b>	R\$ 679.650,00

<b>Sistema</b>	SCON – Sistema de Contabilidade
<b>Objetivos</b>	Gestão contábil da Companhia.
<b>Principais funcionalidades</b>	Contabilidade geral, custos e imobilização.
<b>Responsável técnico</b>	Luciano Arruda de Oliveira

<b>Responsável da área de negócio</b>	Malquiel Silva de Andrade
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Equipe própria

<b>Sistema</b>	SIGA – Sistema Integrado de Gestão de Ativos
<b>Objetivos</b>	Gestão de Ativos.
<b>Principais funcionalidades</b>	Gestão de materiais, Inspeção técnica, apoio aos processos de geração, transmissão, telecomunicações, proteção e subestações.
<b>Responsável técnico</b>	Júlio César Gonçalves Sales
<b>Responsável da área de negócio</b>	Thiago Bonifácio do Rego
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Serviço de terceiros
<b>Despesa anual com manutenção</b>	R\$ 1.384.833,00

<b>Sistema</b>	RHSin – Sistema Integrado de Recursos Humanos
<b>Objetivos</b>	Gestão dos processos relacionados aos recursos humanos.
<b>Principais funcionalidades</b>	Segurança do trabalho, cargos e salários, medicina do trabalho, treinamento, frequência e administração de pessoal.
<b>Responsável técnico</b>	José Carlos Rocha de Albuquerque
<b>Responsável da área de negócio</b>	Carlos Wiliston Alves Moreira
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Serviço de terceiros
<b>Despesa anual com manutenção</b>	R\$ 463.979,00

<b>Sistema</b>	SIAF – Sistema de Informação de Aquisição de Fornecimento
<b>Objetivos</b>	Administração dos contratos de materiais.
<b>Principais funcionalidades</b>	Administração dos contratos de materiais, inspeção de materiais, validação de materiais.
<b>Responsável técnico</b>	Rafael Luiz Leão Bandeira de Moura
<b>Responsável da área de negócio</b>	Lícia Cristiane Ulisses Buchmann
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Serviço de terceiros
<b>Despesa anual com manutenção</b>	R\$ 327.688,00

<b>Sistema</b>	SRO – Sistema de Receitas Operacionais
<b>Objetivos</b>	Gestão das Receitas Operacionais da Companhia.
<b>Principais funcionalidades</b>	Faturamento, arrecadação e envio de informações para a ANEEL (SAMP).
<b>Responsável técnico</b>	Rilter Tavares do Nascimento
<b>Responsável da área de negócio</b>	Flávio Roberto Gomes de Souza
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Equipe própria

<b>Sistema</b>	Synchro – Sistema de Tributos
<b>Objetivos</b>	Realizar a Gestão tributária da Companhia.
<b>Principais funcionalidades</b>	Emissão de documentos, cálculo do imposto, apuração do imposto, escrituração do imposto, recolhimento do imposto e geração das obrigações acessórias.
<b>Responsável técnico</b>	Márcio Henrique Andrade Gomes
<b>Responsável da área de negócio</b>	Moisés Cezar Duarte
<b>Criticidade</b>	Alta
<b>Manutenção</b>	Serviço de terceiros
<b>Despesa anual com manutenção</b>	R\$ 263.239,00

Com relação à continuidade e disponibilidade dos sistemas, informamos que foi desenvolvido um projeto para o Gerenciamento da Continuidade dos Serviços de TI – GCSTI tendo como piloto no ano de 2016 o Sistema de Tributos, Synchro, para o qual foram construídos os Planos de Administração de Crise, de Recuperação de Desastres, de Continuidade Operacional e o Plano de Comunicação.

### 5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A STI divulga as informações atinentes ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) através de peça denominada Planejamento Executivo de TI, composto pelo conjunto de projetos Clientes e Estruturadores, resultantes de processo de priorização multicritérios normatizado na Empresa. No intuito de validar o conjunto de Projetos que comporão o plano de trabalho anual da área, a STI submete o resultado do processo de priorização ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos Organizacionais da Chesf (Cotipo/Chesf).

O Cotipo/Chesf foi estabelecido em caráter permanente através de Portaria da Presidência e é composto por um membro de cada Diretoria da Chesf, e tem a coordenação do Superintendente de Tecnologia da Informação. No ano de 2016, porém não houve registro de reuniões desse Comitê.

Cabe ressaltar ainda, que o alinhamento do Planejamento Executivo da STI ao Planejamento Estratégico Institucional está garantido desde o início da concepção desse primeiro quando, no ano anterior, é submetida pela Companhia a proposta orçamentária através do Plano de Dispendios Globais (PDG). Essa correlação está descrita na Sistemática de Planejamento utilizada pela STI.

Como principais projetos do ano de 2016 temos:

<b>PROJETOS DE TI</b>	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>ALINHAMENTO COM O PLANEJ. ESTRATÉGICO</b>	<b>ALINHAMENTO COM O PLANEJ. DE TI</b>	<b>VALORES ORÇADOS</b>	<b>VALORES DESPENDIDOS</b>	<b>PRAZO DE CONCLUSÃO</b>
Atualizar a rede sem fio	Aumentar a área de cobertura, proporcionar um número maior de conexões (usuários), aumentar a performance, automatizar processo de autenticação / validação de visitantes	Projeto Estruturador de TI	Setorial DA	419.773,18	419.773,18	Fevereiro de 2016
Adquirir, instalar e Configurar o Core da Rede	Melhorar a performance da rede, diminuir o número de incidentes relativos a falhas de hardware, proporcionar o uso de novas tecnologias.	Projeto Estruturador de TI	Setorial STI	2.500.000,00	1.750.000,00	Abril de 2016
Adequação do Sistema de Gestão de Ativos – SIGA para atendimento às demandas legais previstas na Resolução Normativa N° 669/2015 ANEEL e implantação da Manifestação do Destinatário - Mdest, (Receita Federal do Brasil).	Atendimento a demanda legal da ANEEL e Receita Federal do Brasil possibilitando a Chesf ter isenção de pagamento de Parcela Variável para as manutenções informadas ao novo sistema SAM do ONS (Requisitos mínimos de manutenção).	Projeto Cliente de TI	Setorial DSI	R\$ 1.035.192 (no ano de 2016)	R\$ 201.681 (no ano de 2016)	Outubro de 2016
Atualização do Sistema de Recursos Humanos - RhSin para a versão 12, contemplando novas funcionalidades incluindo os novos módulos do projeto eSocial, conforme demanda legal do Ministério da Previdência	O atendimento no prazo legal do projeto eSocial, isentará a Chesf de penalizações e do pagamento de multas.	Projeto Cliente de TI	Setorial DA	R\$ 1.200.000 (no ano de 2016)	R\$ 322.427 (no ano de 2016)	Novembro de 2016

– MPS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.						
Ações estruturadoras pré-implantação do SAP	Apoio às ações da holding no que se refere ao ProERP, tais como: revisão da especificação técnica para contratação da consultoria de implantação; contribuições nas notas técnicas do ProERP; participação nos workshops de alinhamento dos macroprocessos do SAP de referência (Furnas). Ações iniciais do projeto de saneamento e migração de dados (etapa de extração das informações dos sistemas legados de origem).	Projeto Estruturador de TI	Setorial STI	R\$ 30.996.529	R\$ 6.919.306	Dezembro de 2016
Revisar e Modelar os Processos de Monitoramento e Controle da Qualidade do Atendimento	Processos revisados e modelados, atendendo às recomendações do acórdão 1021/2014 do TCU, auxiliando no monitoramento dos atendimentos de TI&PO e no cumprimento de Acordos de Nível de Serviço (ANS).	Projeto Estruturador de TI	Setorial DRP	0 (Não houve custos diretos)	0 (Não houve custos diretos)	Dezembro de 2016

### 5.3.3 Pessoal de TI

O quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho da STI na Chesf é de 97 empregados. Não houve ingresso de estagiários na Empresa no ano de 2016.

**Quadro resumo do pessoal de TI**

<b>Função</b>	<b>Quantitativo de empregados</b>
Engenheiro (a)	15 (sendo 08 Engenheiros da Computação)
Auxiliar de Engenharia	01
Analista de Sistemas	46
Programador(a) de Computador	06
Operador(a) de Computador	07
Assistente de Informática	01
Técnico(a) Industrial Nível Médio	01
Administrador(a)	11
Administrativa	04
Apoio Administrativo	01
Secretária(o)	03
Analista Recursos Humanos	01

A STI, anualmente, realiza levantamento de necessidades de treinamento que embasa o planejamento das ações educativas dos macroprocessos de TI e Processos com foco na melhoria das rotinas e aquisição de novas competências exigidas pela implantação de projetos. Na Empresa existe também o Plano de Educação Corporativa – PEC que contempla as capacitações necessárias a grupos de empregados (gerentes, cursos de exigência legal etc.) e também a todos os empregados.

O total de horas de treinamento da STI, em 2016, foi de 3.290 horas e o indicador Hora de Treinamento por Empregado - HTE foi de 33,92. A meta estabelecida para o HTE na Chesf em 2016 foi de 40, e o realizado foi 41,39.

A medida que vem sendo adotada para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI na Chesf é a capacitação da equipe técnica, principalmente aquelas inseridas nos projetos. Assim, junto às aquisições realizadas, são previstos serviços de repasse de conhecimento com o objetivo de capacitar a equipe nas tecnologias adquiridas.

## Capacitações por tema realizadas no ano de 2016 para o pessoal de TI

<b>Infraestrutura e Desenvolvimento (Capacitações inseridas em projetos)</b>
Utilização da ferramenta de publicação de conteúdo do novo portal da Chesf
Curso de Administração do Moodle
Informática Data Analyst 9.6
PowerCenter 9.X: Administration
Ferramenta de Gerenciamento e Monitoramento da Rede Corporativa CA Performance Management
Ferramenta de Gerenciamento e Monitoramento da Rede Corporativa CA Application Delivery Analysis
Ferramenta de Gerenciamento e Monitoramento da Rede Corporativa CA APM For end Users
Ferramenta de Gerenciamento e Monitoramento da Rede Corporativa CA Service Operations Insight
Certificação Técnica na Plataforma de Software Intelligent Management Center IMC da Hewlett Packard
Certificação Técnica do Sistema Operacional de Switches Comware da Hewlett Packard Enterprise
<b>Segurança da Informação</b>
Congresso de Segurança da Informação, Auditoria e Governança TIC – CNASI PE
<b>Eventos</b>
Symposium ITXPO Brazil - Gartner
Amcham Business Day
Encontro Tecnologia da Informação do Setor Elétrico Brasileiro – TI Energia 2016
<b>SAP</b>
SAP Fundamentals
<b>Capacitação voltadas aos Gestores</b>
Sistemas de Gestão de Desempenho – Aspectos conceituais, diretrizes, vantagens e melhores práticas
Negociação Estratégica
Audiência Corporativa – SGD
Diálogos Gerenciais
Assédio Moral no Trabalho: Orientação Gerencial
Líder Coach Orientado para Resultados
Capacitação de Gestão de SPEs
Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho
Liderança que Inspira e Engaja
<b>Contratos</b>
Curso Riscos nas Contratações
<b>Pós-Graduação</b>
MBA em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico
MBA em Gestão Empresarial
MBA em Gerenciamento de Projetos

<b>Outros</b>
Workshop: Aprenda a Utilizar o Skype for Business (Lync)
SIPAT 2016
Estatística Básica Aplicada
Fórum do Conhecimento Chesf
Formação dos Membros da SIPAT
Gestão por Processos
Seminário Fique Alerta para a Segurança Dez
Palestra – Educação Financeira: Atitudes Inteligentes
Palestra – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Palestra – Lei de Conflito de Interesses (Nº 12.813 de 16 de maio de 2013)

#### 5.3.4 Processos de gerenciamento de serviços de TI

A partir da estruturação do processo de gerenciamento do nível de serviço, os serviços de TI ofertados pela STI passarão a contar com acordos de nível de serviço (ANS) e acordos de nível operacional (ANO) que garantam o cumprimento de propostas de valor para a área de negócio ou ao cliente.

No intuito de se avançar nesse sentido, durante o ano de 2016, foi concluído o desenvolvimento de uma metodologia de formação de acordos de nível de serviço e de acordos de nível operacional, que permeia o processo de avaliação da satisfação com o atendimento e da qualidade percebida, complementando o esforço de gerenciamento do nível de serviço.

Desde o ano de 2009, por ocasião do projeto de Certificação da SOX, uma série de processos de gerenciamento de serviços de TI vem sendo implantados. Os procedimentos, ferramentas e métodos que os regem na Empresa são formalizados a partir da publicação de instrumentos normativos associados, dentre os quais, destaca-se:

Processos de gerenciamento de serviços de TI	Descrição da infraestrutura ou método utilizado	Normativo	
AP.03 - Manutenção de soluções de automação de processos	SGM - Sistema de Gerenciamento de Mudanças	IN-OI.01.002	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
GI.04 - Gerenciamento da Configuração e Mudança da Infraestrutura	Sistema LANDESK	II-DIR.002/2009	INTERVENÇÃO NA INFRAESTRUTURA DE PRODUÇÃO
GI.07 - Gerenciamento das instalações do Data Center	Gestão de indicadores	IN-OI.04.003	ACESSO AO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SEDE
SI.05 - Gerenciamento de acesso e identidade	SGMR - Sistema de Gestão de Matrizes de Responsabilidade	IN-OI.04.001	ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CORPORATIVOS
	SCNE - Sistema de cadastro de não empregados	IN-OI.04.002	ACESSO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CHESF A PARTIR DE SUAS INSTALAÇÕES
	Ferramenta de controle de acesso da CA - Cofre de senhas	IN-OI.04.004	ACESSO PRIVILEGIADO AOS RECURSOS DE INFRAESTRUTURA DA REDE CORPORATIVA
GI.06 - Gerenciamento dos Dados Corporativos	Sistema Tivoli Storage Manager - TSM	IN-OI.04.005	GERENCIAMENTO DE CÓPIAS DE SEGURANÇA
GI.06 - Gerenciamento do desempenho e da capacidade	Aplicação da CA - SOI	II-DIR.001/2009	MONITORAÇÃO DE RECURSOS COMPUTACIONAIS CRÍTICOS
		II-STI.001/2009	GERENCIAMENTO DE INCIDENTES DA INFRAESTRUTURA CORPORATIVA DE TI
SI.02 - Gerenciamento de incidentes de segurança da informação	Gestão de indicadores - Ferramenta da Trend	II-STI.002/2009	GERENCIAMENTO DO PROCESSO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO
GI.03 - Gerenciamento da Disponibilidade dos ativos da infraestrutura	Gestão de indicadores - Gestão DA	II-DIR.017/2009	ACOMPANHAMENTO DE SLA DE FORNECEDOR DE SUPORTE TÉCNICO DA INFRAESTRUTURA CORPORATIVA DE TI

É relevante informar ainda, que como medidas adotadas para mitigar as dependências tecnológicas, tem-se:

- Inserção nos Termos de Referência (TR), para as aquisições de infraestrutura, item correspondente a treinamento específico para os empregados;
- Realização de treinamento e capacitação da equipe técnica constante;
- Contratação de serviços apenas para atividades de rotina, ou que não tenham relevância tecnológica;
- Contratação de suporte técnico especializado apenas como forma de resolver problemas mais complexos, e que demandem interação com os fabricantes de hardware ou do software.

#### **5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade**

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade

A Chesf possui sua Política Ambiental, aprovada na Chesf pela DD-46.07/2013, de 21.11.2013 e DL-451.03/2014, de 05.06.2014 e disponível no sítio eletrônico da Empresa, através do link

[http://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/StyleLibraryCanal/MeioAmbiente/politica\\_ambiental.pdf](http://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/StyleLibraryCanal/MeioAmbiente/politica_ambiental.pdf)

A Política Ambiental tem como objetivo orientar o tratamento das questões ambientais nas empresas Eletrobras em consonância com os princípios da sustentabilidade e apresenta como diretrizes gerais: Articulação Interna, Articulação Externa, Relacionamento com a Sociedade, Uso Sustentável dos Recursos Energéticos, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Gestão Ambiental.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P): atualmente a Chesf não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006: a Chesf realiza a separação de resíduos recicláveis em várias de suas unidades e disponibiliza para associações e cooperativas de catadores. A área de Responsabilidade Social Empresarial da Chesf incluiu no seu planejamento do ano de 2016 a realização de Edital de Habilitação para seleção de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis em cumprimento ao Decreto 5.490 de 25.10.2016.

d) Se as contratações realizadas pela Chesf observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente: não

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012: não

i. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;

ii. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

- iii. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);
- iv. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema: a Chesf vem realizando a coleta seletiva e a separação dos resíduos recicláveis em várias unidades organizacionais. No complexo sede disponibilizou espaço para armazenamento temporário e realizou capacitação e ações de sensibilização com a equipe de prestadores de serviço. A Chesf entende que não está incluída no rol da redação do artigo 2º do decreto 7.746/2012, que dispõe a sua aplicação na administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes. Entretanto, a Chesf possui Cartilha de Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores onde consta no seu item 6.4 diretrizes de Meio Ambiente, a qual é distribuída com os fornecedores e encontra-se disponível no site da Chesf. Adicionalmente, a Empresa tem buscado a aquisição de bens/produtos reciclados tais como Papel, Envelopes e Formulários, bem como a colocação nos editais que as empresas fornecedoras têm que recolher os cartuchos e pneus usados.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras: no tocante ao tema das compras sustentáveis, a Chesf segue avançando na adoção de critérios de sustentabilidade ambiental para as aquisições de bens e nas contratações de serviços e obras. Neste ponto, o papel da Superintendência de Suprimento é de fundamental importância, especialmente na interpretação dos permissivos administrativos e legais. No entanto, cabe aos órgãos requisitantes a proposição de condições e critérios de sustentabilidade ambiental a serem incorporadas nas Especificações Técnicas de Bens e de Serviços e Obras, bem como à Assessoria de Planejamento Empresarial, Inovação e Sustentabilidade - APP a capacitação sobre o tema, o incentivo e proposição de diretrizes gerais para a Empresa.

Atualmente, a Chesf incorpora em suas especificações técnicas, termos de referência e documentos similares critérios e condições relacionados

- (a) à destinação final de resíduos sólidos gerados em obras e serviços de engenharia;
- (b) à logística reversa de pneus, cartuchos de impressora e lâmpadas inservíveis;
- (c) ao transporte e destinação final de resíduos de poda;
- (d) ao manejo de herbicidas nas contratações de limpeza, conservação e jardinagem;
- (e) ao descarte de resíduos contaminados com ascarel, exigindo a observância das normas ambientais nas atividades de manipulação, fragmentação, descontaminação, incineração e deposição das cinzas geradas na incineração dos resíduos líquidos e sólidos não recicláveis em aterros industriais para resíduos classe I – Perigosos, inerentes a todos os resíduos de PCB (ascarel);
- (f) obtenção das Autorizações para Transporte de Resíduos – ATR, conforme Decreto Federal nº 96.044/88;
- (g) à gestão dos aspectos ambientais das obras e serviços de engenharia em linhas de transmissão e subestações de energia elétrica, que compreendem desde o manejo da camada de solo superficial correspondente à camada fértil movimentada nos serviços de terraplenagem, passando pela recuperação de áreas eventualmente degradadas pelas atividades de construção, até a exigência do fornecedor contratado proporcionar treinamento aos seus empregados sobre meio ambiente e educação ambiental.

Além disso, a Empresa somente contrata fornecedores que declarem não ter sofrido sanção restritiva de direitos decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

Apesar de não seguir formalmente ao que preceitua o Decreto 7.746/2012, a Chesf tem como compromisso o respeito pela natureza, que se traduz em ações em todos os seus campos de atuação. Em 2016, a Empresa atualizou o documento Princípios e Compromissos de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores que, em seu item 6.5 exige o atendimento a legislação ambiental vigente, devendo possuir todas as licenças, autorizações e registros ambientais necessários às suas atividades; estimula a eliminação do uso de produtos tóxicos e a redução dos poluentes e a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental ao longo da execução dos contratos, tais como, gestão de resíduos, efluentes e emissões gerados, exame do ciclo de vida de seus produtos, processos e sistemas, etc.

## **6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **6.1 Canais de acesso ao cidadão**

A Companhia conta com uma Ouvidoria, canal de comunicação entre a Chesf e seus públicos de relacionamento. As manifestações registradas são analisadas individualmente e respondidas conforme a circunstância. O objetivo é tratar a demanda e encaminhá-la para uma solução. A manifestação registrada, considerada em conjunto com outras participações, estrutura uma base de dados que subsidia a adoção de medidas, implementação de ideias, mudança de cultura organizacional e o aprimoramento dos processos da Companhia. É ferramenta para restabelecer o equilíbrio das relações, viabilizando o encaminhamento das manifestações na empresa quando os demais canais de acesso já foram esgotados.

A Ouvidoria também é responsável pela Chesf no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Guarda os meios de garantir o efetivo direito constitucional à Informação, interagindo internamente para ampliação da transparência da empresa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011.

#### Formas de Acesso

- Site: <http://www.chesf.gov.br/empresa/Pages/Ouvidoria/Ouvidoria.aspx>
- Mensagem eletrônica: [ouvidoria@chesf.gov.br](mailto:ouvidoria@chesf.gov.br)
- Telefone: 81-3229.2929 / 81-3229.3815 / 81-3229.3540
- Pessoalmente, mediante agendamento.
- Endereço para correspondência e atendimento presencial:

#### Ouvidoria da Chesf

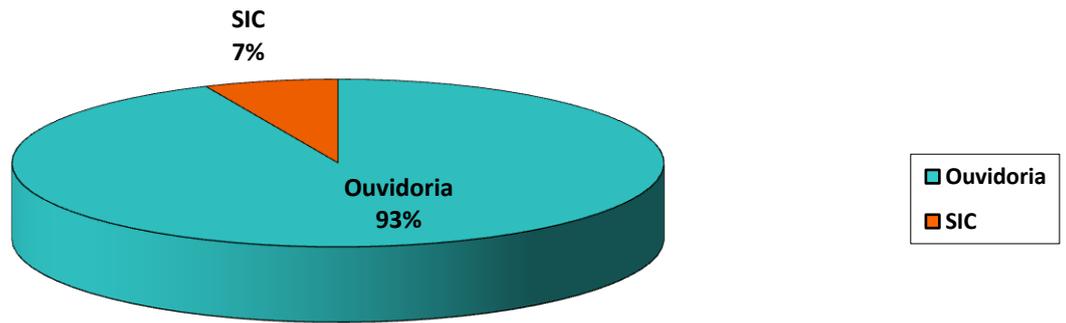
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
Rua Delmiro Gouveia, 333  
Edf. André Falcão - Bloco C - Sala 315 -  
San Martin - Recife - PE  
CEP 50.761-901

A propósito dos dados gerenciais e estatísticos, transcrevemos extrato do Relatório de Ouvidoria 2016, a saber.

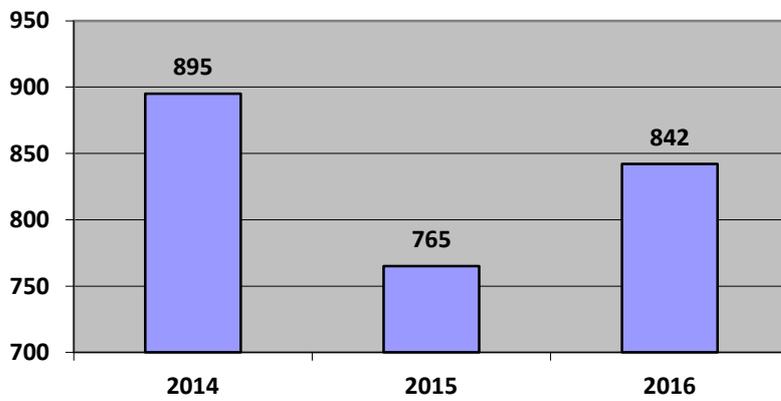
#### 6.1.1 Estatística das Manifestações

##### a) Quantitativo geral

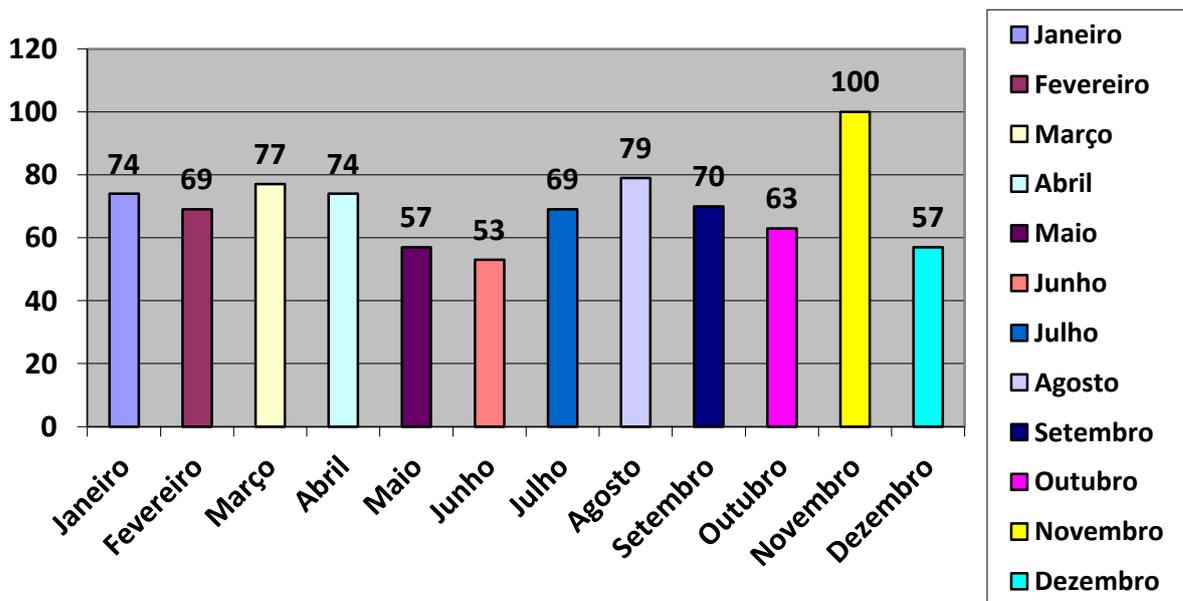
O quadro a seguir apresenta o total de 842 demandas recebidas pelos dois canais administrados pela Ouvidoria, sendo 786 manifestações postadas na Ouvidoria e 56 pedidos de informação dirigidos ao SIC.



b) Comparativo anual de manifestações registradas

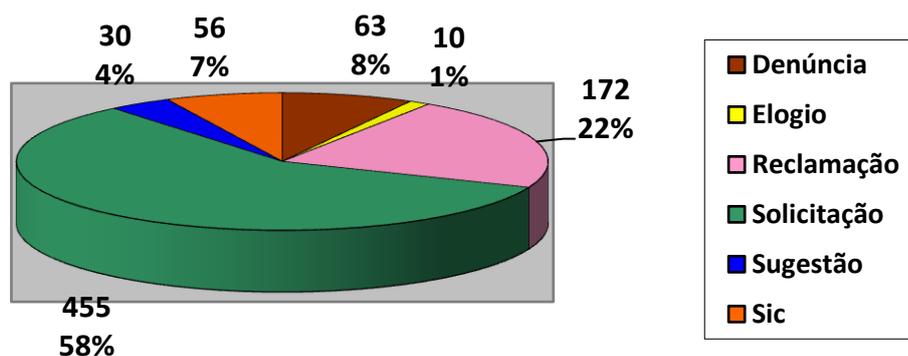


c) Comparativo mensal de manifestações registradas em 2016:



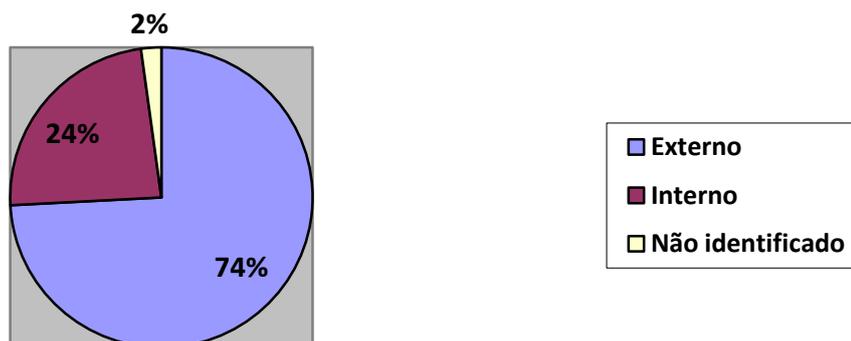
#### d) Demandas por Tipo

As demandas são classificadas como: denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão e SIC.



#### e) Demandas por Origem

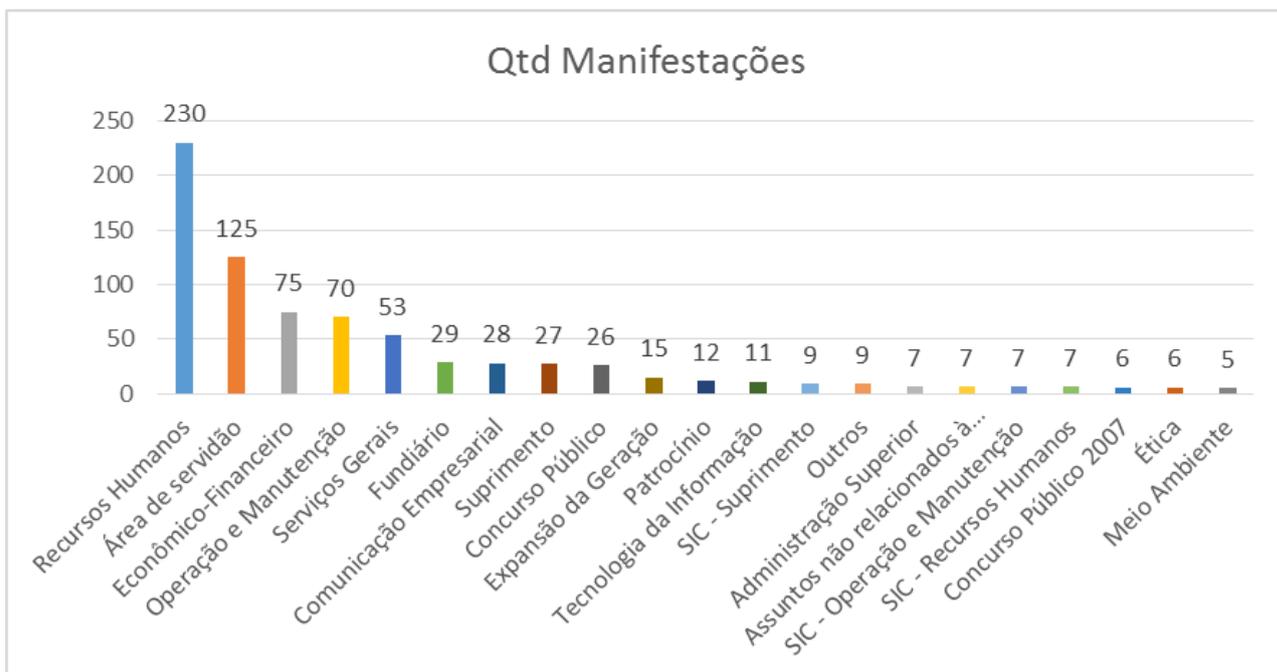
O quadro abaixo representa a origem das demandas, classificadas como internas, externas e não identificadas.



#### f) Manifestações por Assunto

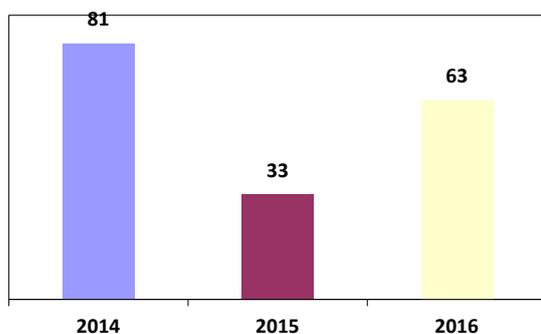
Conforme o gráfico abaixo, elenca-se os principais assuntos das manifestações feitas em 2016. A maioria das manifestações se concentram em: Recursos Humanos (29,26%), Área de Servidão (15,90%), Econômico-Financeiro (9,54%), Operação e Manutenção

(8,91%) e Serviços Gerais (6,74%). Estes assuntos representam 70,35% do total de manifestações registradas na Ouvidoria.



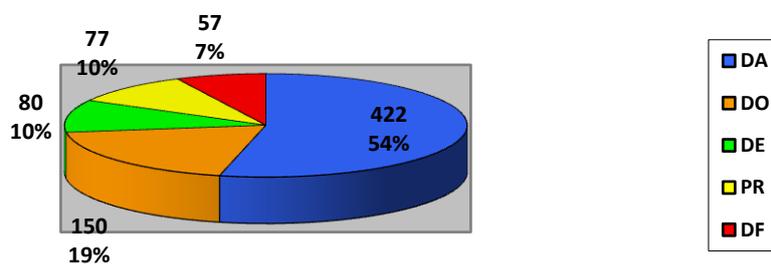
#### g) Classificadas como Denúncia

São denúncias as manifestações que comunicam eventual prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo ligado à Chesf. Em 2016, foram registradas 63 denúncias, distribuídas nos seguintes assuntos:



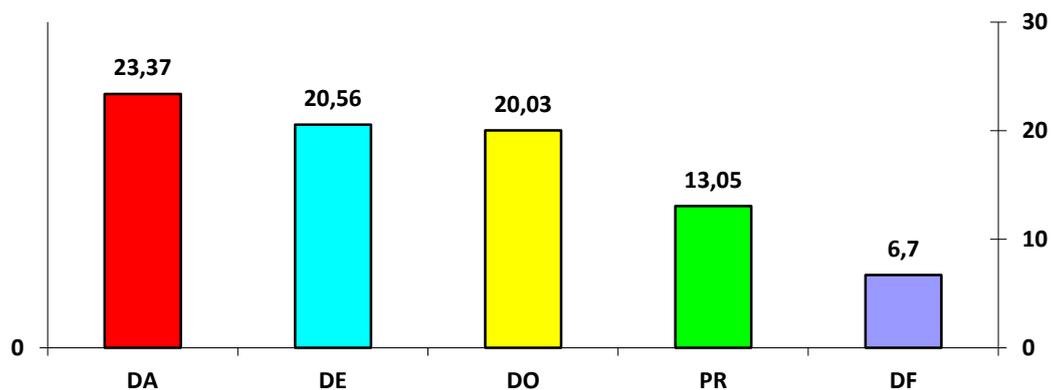
- Recursos Humanos - 37
- Serviços Gerais - 8
- Ética - 5
- Suprimento - 4
- Operação e Manutenção - 3
- Assuntos não relacionados à Chesf - 2
- Área de Servidão - 2
- SPE - Sociedade de Propósito Específico - 1
- Comunicação Empresarial - 1

## h) Manifestações por Diretoria de Destino



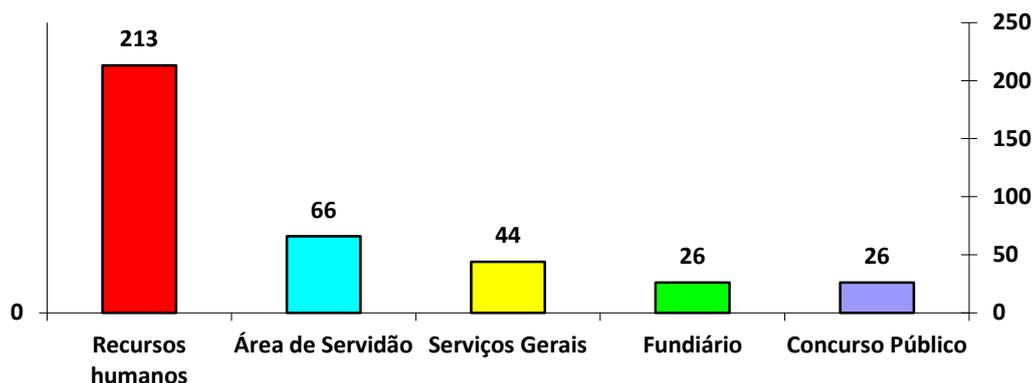
A maioria das manifestações, 54% (cinquenta e quatro por cento), tratam de assuntos relacionados à Diretoria Administrativa. A Diretoria de Operação acumula 19% (dezenove por cento) do total. Em seguida, a Diretoria de Engenharia e Construção e a Presidência, ambas com aproximadamente 10% (dez por cento) dos registros. Por fim, a Diretoria Econômico-Financeira fica com 7% (sete por cento) das demandas.

Tempo médio, em dias, para resposta por Diretoria



### h.1) Diretoria Administrativa – DA:

Os assuntos mais relevantes serão mostrados no gráfico a seguir:



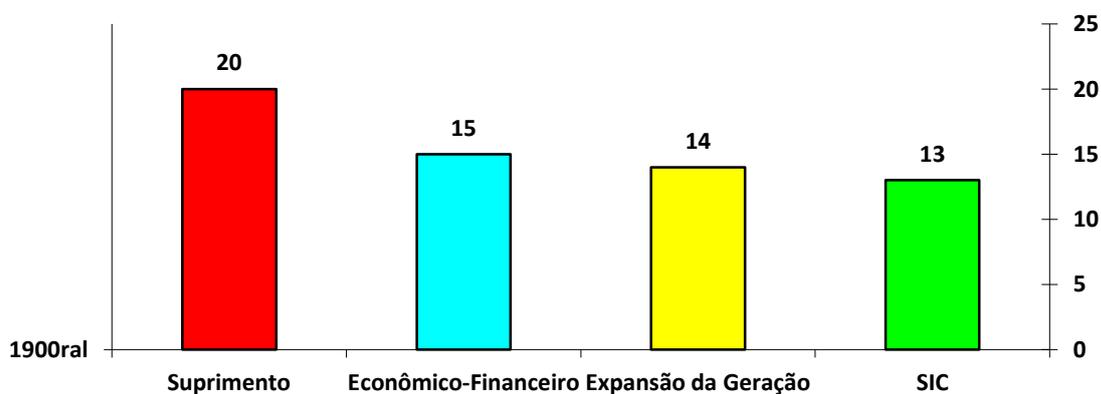
Dentre os assuntos de Recursos Humanos, destacamos: solicitações de informações sobre currículo e estágio, questionamentos sobre Concurso Público, reclamações do cancelamento do Convênio da Unimed /Aracajú, denúncias sobre a gestão do HNAS/APA, esclarecimentos sobre a alteração na lei da Licença Paternidade e solicitações do Perfil Profissiográfico Profissional (PPP).

Área de Servidão é o segundo assunto mais demandado. Em geral, o manifestante informa e solicita providências da Chesf para conter invasões e construções irregulares na faixa de servidão. Esse é um processo específico e intersetorial, que permeia, para resposta e solução, áreas da Diretoria Administrativa e da Diretoria de Operação. Observe-se que este tópico também constará dos destaques da Diretoria de Operação.

Serviços Gerais é o terceiro assunto mais demandado da Diretoria Administrativa – DA. Destaque para as questões ligadas à fiscalização dos contratos de limpeza e manutenção, bem como a dos contratos de Gestão de Viagem.

#### h.2) Diretoria de Engenharia e de Construção – DE:

As manifestações encaminhadas para análise e providências da DE versaram sobre:



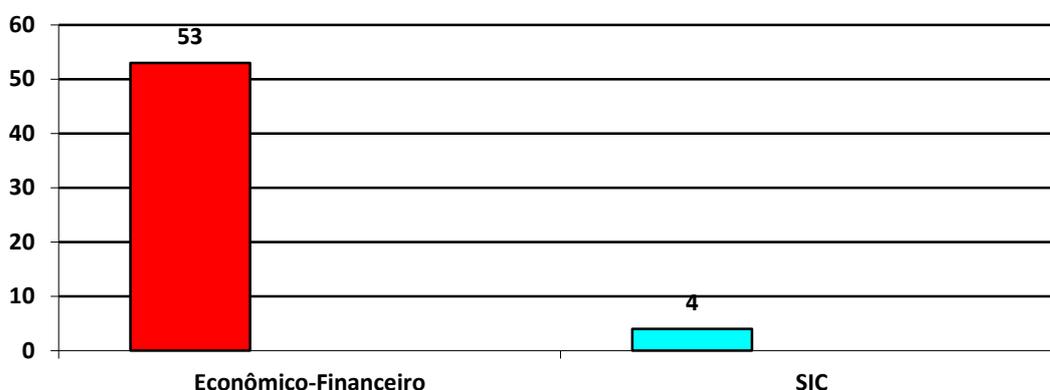
A maioria das manifestações dirigidas à Diretoria de Engenharia e Construção – DE são reclamações e solicitações de informações relativas a contratos e processos licitatórios.

Aquelas categorizadas como Econômico-financeiro tratam de atrasos em pagamentos de faturas.

Por fim, no que se refere à Expansão de Geração, a grande maioria são de informações acerca de projetos ligados à expansão ou operação das Usinas Hidrelétricas e Eólicas.

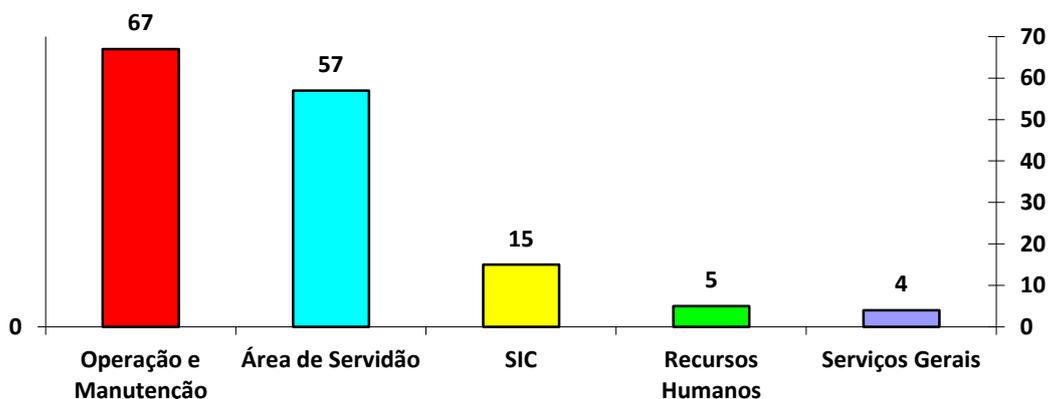
#### h.3) Diretoria Econômico-financeira – DF:

As manifestações encaminhadas para análise da DF no ano de 2016 discorreram, em sua maioria, acerca de atraso a pagamentos de faturas de contratos firmados com fornecedores.



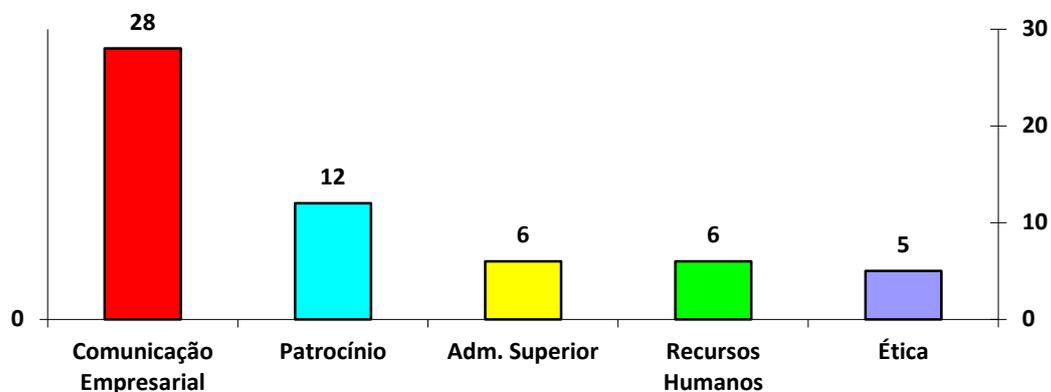
#### h.4) Diretoria de Operação - DO:

Dentre as manifestações encaminhadas à Diretoria de Operação constam solicitações de informações pluviométricas, de vazão, reclamações ou solicitação quanto ao uso correto de áreas que se encontram nas imediações das linhas de transmissão, bem assim algumas informações de invasão com construções irregulares em Área de Servidão.



#### h.5) Presidência – PR:

Os principais assuntos encaminhados à Presidência são sobre: Comunicação Empresarial - visitas técnicas às instalações da Chesf e solicitações de Patrocínio.



#### i) Consolidação das Demandas



#### j) Quantidade por situação no período 01/01/2016 a 31/12/2016

Quantidade por situação	
Situação	Quantidade
Pendente	0
Andamento	72
Resolvida	714
Cancelada	56

Em 2016 foram consolidadas 842 manifestações das quais: 714 foram resolvidas, 56 canceladas e 72 estão em andamento. Totalizando um percentual de 90,84% das manifestações do ano solucionadas.

## **6.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

Item não se aplica à Chesf. A Carta de Serviço ao Cidadão é exigida para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão, conforme previsto no artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009.

## **6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

### **6.3.1 Área de Comercialização**

A Chesf - empresa de geração e transmissão de energia elétrica - não presta serviço diretamente ao cidadão, ou seja, ao consumidor final, mas realiza pesquisa - foco comercial - para medir o nível de satisfação dos clientes que compreende os seguintes segmentos: consumidores livres, distribuidoras, comercializadoras e usuários da transmissão da Rede Básica.

A pesquisa foi realizada no ano de 2016, em conjunto com a *holding*, para medir o nível de satisfação dos clientes (Comercializadoras, Consumidores livres, Distribuidores e Usuários dos Serviços de Transmissão Conectados) com periodicidade bianual.

Os serviços prestados pela Chesf obtiveram os seguintes índices de satisfação:

- Comercializadoras: 82,0%
- Consumidores livres: 77,2%
- Distribuidoras: 84,0%
- Usuários dos Serviços de Transmissão/Conectados: 80,6%

Na média global o nível de satisfação registrou índice de 80,95%.

Assim, a Chesf vem procurando aprimorar, cada vez mais, o relacionamento com os clientes e busca desenvolver melhorias nos seus processos, serviços e produtos, visando fortalecer as relações comerciais.

### **6.3.2 Área de Operação**

A Chesf tem um sistema de pesquisa que abrange apenas as Distribuidoras. Essa pesquisa é feita anualmente através de uma reunião individual com cada Distribuidora. Uma ata é elaborada e num dos itens consta a percepção do Cliente.

Para o ano de 2016, os clientes consideraram satisfatório o serviço prestado pela Chesf.

## **6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Chesf**

### **6.4.1 Monitoramento da Lei de Acesso à Informação – LAI**

A Lei de Acesso à Informação estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, de forma organizada e centralizada, em seção específica nos sítios eletrônicos, com o objetivo de oferecer ao cidadão um padrão uniforme de acesso, que facilite a localização e obtenção das informações e se torne uma referência em transparência pública – Transparência Ativa.

A Chesf disponibiliza parte dessas informações na página da Transparência Pública e outras em seu próprio site, no link acesso à informação. Foi implementada uma política visando estabelecer competências e procedimentos operacionais, para atendimento à referida Lei na sua totalidade.

Link para página Transparência pública

<http://www3.transparencia.gov.br/index.jsp?CodigoOrgao=910813&TipoOrgao=3>

Link de acesso à informação

<http://www.chesf.gov.br/acessoinformacao/Pages/default.aspx>

Submenus de acesso:

[Institucional](#)

[Ações e Programas](#)

[Auditorias](#)

[Convênios](#)

[Despesas](#)

[Licitações e Contratos](#)

[Empregados](#)

[Agenda de Diretores](#)

[Perguntas Frequentes](#)

[Sobre a Lei de Acesso à Informação](#)

[Serviço de Informação ao Cidadão](#)

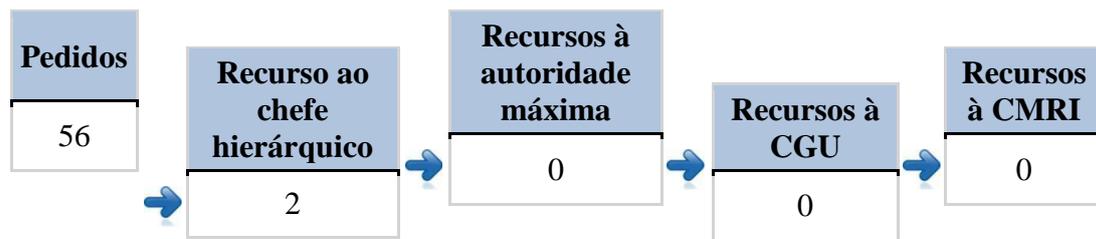
[Informações Classificadas](#)

Em relação à Transparência Passiva, a Controladoria-Geral da União – CGU, disponibiliza um sistema eletrônico web para todos os órgãos e entidades do Governo Federal, com o objetivo de permitir que qualquer pessoa física ou jurídica possa encaminhar pedidos de informações.

A Chesf implantou o referido sistema e disponibiliza o acesso em seu site, que tem por objetivo registrar e atender a todos os pedidos dos cidadãos que pretendem ter acesso a informações da empresa.

Segue quantitativo dos referidos atendimentos

Foram recebidos 56 pedidos de informações. Atendimento, no período, a 100% das manifestações, tendo como tempo médio de resposta 14 dias. Foram 4 (quatro) demandas com prazo de atendimento prorrogado.



Desse quantitativo, 100% (cem por cento) das solicitações de informação foram respondidas no prazo.

## 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1 Desempenho Financeiro no Exercício

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Chesf foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, objeto da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, cujo objetivo foi a redução dos preços da energia para os consumidores em geral, o que trouxe uma forte queda de receitas fixas de geração e transmissão; e a renovação dos contratos com consumidores industriais nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677/2015 de 22 de junho de 2015, convertida na Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015.

No ano de 2016, a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.985,3 milhões, contra um prejuízo de R\$ 475,9 milhões em 2015. Este resultado é principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2016, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 23 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

Segue nos quadros abaixo, a Análise Econômico-Financeira da Companhia, considerando alguns índices que colaborarão para analisar a situação geral da Liquidez, Endividamento e Rentabilidade.

## Análise Econômico-Financeira

Para o Balanço Patrimonial:	2012	2013	2014	2015	2016
a) Liquidez Corrente	618,8%	366,3%	281,3%	140,9%	115,5%
b) Garantia de Capitais de Terceiros	51,8%	51,6%	57,0%	67,8%	83,0%
c) Endividamento	34,1%	34,0%	36,3%	40,4%	45,4%
d) Rentabilidade dos Investimentos em Controladas e Coligadas	2,1%	2,1%	-4,1%	0,1%	7,9%
e) Imobilização do Patrimônio Líquido	31,3%	42,7%	57,5%	71,9%	55,7%

- a) **Liquidez Corrente:** O índice de Liquidez Corrente é obtido mediante a divisão do valor do Ativo Circulante, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Passivo Circulante, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, multiplicando-se o resultado obtido por cem (100), conforme a equação abaixo:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$$

- b) **Garantia de Capitais de Terceiros:** O índice de Garantia de Capitais de Terceiros é obtido mediante a divisão do valor do Passivo Exigível, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Patrimônio Líquido, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Garantia de Capitais de Terceiros} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

- c) **Endividamento:** O índice de Endividamento é obtido mediante a divisão do valor do Passivo Exigível, consignado no Balanço Patrimonial, pelo Ativo Total, também registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Exigível}}{\text{Ativo Total}}$$

- d) **Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas:** O índice de Rentabilidade dos Investimentos em Controladas/Coligadas é obtido mediante a divisão do valor do Resultado da Equivalência Patrimonial, consignado no

Balço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Investimentos em Coligadas e Controladas, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade Investimentos Controladas/Coligadas} = \frac{\text{Resultado da Equivalência Patrimonial}}{\text{Investimentos em Coligadas e Controladas}} \times 100$$

- e) Imobilização do Patrimônio Líquido: O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido é obtido mediante a divisão do valor do Ativo Permanente, consignado no Balço Patrimonial, multiplicado por cem (100), pelo total de Patrimônio Líquido, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Imobilização do PL} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Para a Demonstração do Resultado do Exercício:	2012	2013	2014	2015	2016
a) Lucratividade	-89,1%	-11,4%	-31,4%	-12,6%	31,4%
b) Rentabilidade Operacional do PL	-45,3%	-6,3%	6,3%	-6,4%	65,0%
c) Rentabilidade Final do PL	-37,5%	-4,1%	-10,7%	-5,2%	37,2%
d) Índice de Eficiência	18,3%	54,3%	37,7%	41,5%	30,6%
e) Rentabilidade do Ativo Total	-27,0%	-2,7%	-7,0%	-3,2%	21,0%

- a) Lucratividade: O índice de Lucratividade é obtido mediante a divisão do valor do Lucro Líquido do Exercício, consignado nas Demonstrações de Resultado, multiplicado por cem (100), pela Receita Operacional Líquida, também registrada no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício}}{\text{Receita Operacional Líquida}} \times 100$$

- b) Rentabilidade Operacional do PL: O índice de Rentabilidade Operacional do PL é obtido mediante a divisão do valor do Resultado Operacional, consignado na

Demonstração do Resultado, multiplicado por cem (100), pelo Patrimônio Líquido Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade Operacional do PL} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

- c) Rentabilidade Final do PL: O índice de Rentabilidade Final do PL é obtido mediante a divisão do valor do Lucro líquido, consignado na Demonstração de Resultado, multiplicado por cem (100), pelo Patrimônio Líquido Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade Final do PL} = \frac{\text{Lucro (Prejuízo) líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

- d) Índice de Eficiência: O índice de Eficiência é obtido mediante a divisão do valor das Despesas Administrativas e Gerais, consignado na Demonstração de Resultados, pelo total da Receita Operacional Bruta, registrado no mesmo demonstrativo contábil, conforme a equação abaixo:

$$\text{Índice de Eficiência} = \frac{\text{Despesas Administrativas e Gerais}}{\text{Receitas Operacionais}} \times 100$$

- e) Rentabilidade do Ativo total: O índice de Rentabilidade do Ativo total é obtido mediante a divisão do valor do Resultado do Exercício, consignado na Demonstração de Resultado, pelo Ativo Total Médio, registrado no Balanço Patrimonial, conforme a equação abaixo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo total} = \frac{\text{Resultado do Exercício}}{\text{Ativo Total Médio}} \times 100$$

## 7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<u>Geração</u>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<u>Administração central</u>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

Os bens do ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros. O tratamento contábil dos bens que compõem o ativo imobilizado está descrito na Nota Explicativa 20 das Demonstrações Financeiras.

### **7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

Não se aplica.

Este item diz respeito a órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que não é o caso da Chesf. A Companhia é uma empresa de economia mista federal, de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras que tem, de acordo com a Constituição Federal Brasileira (capítulo II, seção II, artigo 165, parágrafo 5º, inciso II), o seu Orçamento de Investimento aprovado por Lei Orçamentária Anual - LOA e o seu Orçamento Geral (por meio do Programa de Dispêndios Globais - PDG) aprovado por Decreto Federal. Como empresa do Setor Elétrico, adota Plano de Contas instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Adicionalmente, convém esclarecer que o artigo 173, §1.º, inciso II da Constituição Federal estabelece que as sociedades de economia mista, que realizarem atividades econômicas, estarão sujeitas ao regime jurídico aplicável a empresas privadas, com relação a questões civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. Nestes termos, a Companhia segue, em sua escrituração comercial, as determinações da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

### **7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas**

As Demonstrações Financeiras com as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes podem ser encontradas no link

<https://www.chesf.gov.br/relainvest/Documents/DF%20DEZ2016%20CHESF%20-%20PORTAL.pdf>

## **8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU**

No exercício de 2016 foram recebidos 27 acórdãos do TCU, sendo que apenas 5 deles continham recomendações ou determinações à Companhia, conforme quadro abaixo:

<b>Acórdão</b>	<b>Data</b>	<b>Data de Recebimento</b>	<b>TC</b>	<b>Nº de Determinações</b>	<b>Nº de Recomendações</b>
257/2016	26.01.2016	19.02.2016	034.655/2015-8	1	-
600/2016	16.03.2016	04.04.2016	023.736/2014-3	5	2
673/2016	30.03.2016	12.04.2016	001.517/2016-3	-	1
1521/2016	15.06.2016	01.07.2016	006.373/2013-5	1	-
2839/2016	03.08.2016	15.09.2016	009.562/2016-8	1	-

Todas as determinações e recomendações foram atendidas dentro de seus respectivos prazos.

A sistemática de acompanhamento ocorre conforme a seguir descrito.

Os Acórdãos são recebidos por meio de ofícios endereçados à Presidência da Companhia, que os despacha às áreas técnicas para atendimento, de acordo com suas competências, e também para a Auditoria Interna, que monitora as ações destinadas ao atendimento das recomendações e determinações constantes dos acórdãos.

Esse monitoramento é realizado por meio de sistema informatizado, no qual são cadastradas as recomendações e determinações e seus respectivos prazos.

A Auditoria Interna consolida as respostas recebidas das áreas técnicas e envia ao Gabinete da Presidência para encaminhamento ao TCU por meio de correspondência. As providências de atendimento são cadastradas no sistema e os documentos são arquivados em meio físico e digital.

Ainda quanto ao acompanhamento das deliberações do TCU, mensalmente, a Auditoria Interna apresenta nas reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia relatórios com a situação atualizada de todos os acórdãos recebidos e suas respectivas providências de atendimento.

Na execução de suas atividades a Auditoria Interna realiza a certificação do atendimento dos acórdãos do TCU.

No quadro seguinte são apresentadas as deliberações do TCU que remetem à obrigação de informar sobre o andamento das providências nos Relatório de Gestão anuais.

**Quadro 18– Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.355/2005-1	287/2011-TCU-Plenário	9.3.2	Ofício nº 221/2011-TCU/SECEX-PE	01.04.2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.3.2. passe a informar, em seus próximos Relatórios de Gestão Anuais, o andamento das pendências relativas ao Programa de Reassentamento de Itaparica, informando, para as próximas contas, em especial acerca de:</p> <p>9.3.2.1. o adimplemento de todas as obrigações assumidas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e respectivos aditivos, celebrados nos autos da Ação Civil Pública nº 1999.33.00.010342-0, encaminhando, na ocasião, o documento comprobatório desse adimplemento a ser emitido pelo Ministério Público Federal;</p> <p>9.3.2.2. o andamento do programa alternativo para reposição de áreas descartadas nos perímetros irrigados de Itaparica;</p> <p>9.3.2.3. as medidas gerenciais adotadas em face da recente aprovação e reconhecimento dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Tumbalalá, cujos limites incluem parte da área de chapada que incide parcialmente na área agricultável do Projeto de Reassentamento Pedra Branca;</p> <p>9.3.2.4. o início da execução do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.8860.00, celebrado com a Prefeitura Municipal de Abaré/BA para a operação e manutenção do sistema de distribuição de água potável nas agrovilas do Perímetro Irrigado de Pedra Branca, uma vez que, até maio/2010, os serviços não haviam sido iniciados pela Prefeitura porque as Estações de Tratamento de Água estavam sendo recuperadas pela Chesf.</p>				
Andamento das providências				
<p>Em Fevereiro/2016 foi iniciada a última etapa de obras do projeto Jusante, em Glória/BA, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. Em consequência do baixo fluxo de caixa da Companhia neste ano de 2016, o cronograma de obras sofreu desaceleração, e, posteriormente, em face dos embargos judiciais, provocados pelo Povoado de Lagoa do Onço, a obra foi suspensa, com a retomada prevista para Maio/2017.</p> <p>Na esfera ambiental foi emitida, em 17/06/2016, a autorização de supressão de vegetação nativa (ASV) para as obras do Projeto Jusante e para atender as condicionantes ambientais previstas nesta ASV foi iniciado o contrato com a empresa Verdal Ambiental. Foram emitidas as Licenças de Operação dos perímetros de Irrigação Brígida e Fulgêncio no estado de Pernambuco e os serviços de manutenção das áreas de Reserva Legal dos Perímetros Irrigados de Itaparica. As atividades de recomposição da APP (Área de Preservação Permanente) e Reserva Legal do Projeto Jusante foram sequenciados, visando ao monitoramento das áreas quanto a eventuais usos irregulares, preservação das sinalizações e marcos demarcatórios da</p>				

poligonal daquelas áreas.

Quanto à desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela CHESF, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos Estados da Bahia e de Pernambuco, os processos ajuizados e sua posição atual são os seguintes:

Proc. Nº 0004765-34.2014.4.01.3306 – Município de Rodelas/BA – Liminar Concedida. Sentença confirmou a liminar reiterativa da assunção dos serviços. Município não cumpriu a determinação judicial. Aplicada multa ao Município no valor de R\$ 399.000,00, relativo a astreintes, não sendo esse valor revertido em favor da Chesf.

Proc. Nº 0800527-54.2014.4.05.8308 - Município de Santa Maria da Boa Vista/PE – Sentença Prolatada, remetida ao TRF em 15/01/2016 para reexame necessário.

Proc. Nº 0004769-71.2014.4.01.3306 – Município de Glória/BA – Sentença Prolatada, Município foi revel. Liminar concedida, mantida na sentença. A CHESF irá notificar extrajudicialmente para cumprimento da decisão liminar.

Proc. Nº 0800291-96.2014.4.05.8310 – Município de Tacaratu/PE – Processo em andamento. Sentença prolatada, tendo o Município protocolado apelação em data de 25/11/2016 e a Chesf apresentou contrarrazões tempestivamente.

Quanto aos municípios de Curaçá e Belém do São Francisco, a transferência dos serviços públicos foi finalizada no exercício de 2016, mediante encerramento dos Termos de Cooperação Financeira, com imediata desoneração da CHESF na administração daqueles serviços.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
031.548/2011-3	6447/2014-TCU-2ª Câmara	1.8.3.2	Ofício nº 1409/2014-TCU/SECEX-SE	27.11.2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.3.2. informe, nas próximas contas, sobre a situação do débito de R\$ 126.274,95 constituído judicialmente em desfavor do Instituto Xingó.				
Andamento das providências				
Andamento do processo nº 0075176-51.2011.8.17.0001, em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca do Recife (Seção A), no qual a Chesf litiga em face do Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó – IX, para cobrar-lhe o valor histórico de R\$ 126.274,95, em consequência do descumprimento do Termo de Parceria CV-I.92.2005.0410.00:				
<ul style="list-style-type: none"><li>• Em 18/07/2016, a 16ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE (Seção A) emitiu o edital de intimação dirigida ao Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó – IX, para que este pagasse, voluntariamente, a dívida objeto da cobrança, tendo sido assinalado ao mesmo o prazo de 15 dias;</li><li>• A publicação do edital de intimação se deu no Diário de Pernambuco do dia 15/08/2016;</li></ul>				

- Decorrido o prazo estabelecido pelo juiz da causa para o cumprimento voluntário da sentença, a Chesf requereu ao Juízo, em 17/10/2016, a emissão de mandado de penhora e avaliação, requerendo ainda que: (i) a penhora recaísse sobre valores do Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó – IX depositados ou aplicados em instituição financeira através da pesquisa pelo Sistema BACEN-JUD (penhora *on line*), e (ii) fosse acrescida à dívida a multa de 10% pelo não cumprimento voluntário da sentença, conforme previsão do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil - CPC; e
- Em 21/10/2016, o requerimento foi juntado aos autos do processo e remetido ao juiz da causa para decisão, estando os autos conclusos para despacho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
025.148/2013-3	1021/2014-TCU-Plenário	9.2	Ofício 0424/2014-TCU/SECEX-PE	05.05.2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf				
Descrição da determinação/recomendação				
9.2. determinar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco que inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria TCU 175/2013.				
Andamento das providências				
As ações de Governança e Gestão da Tecnologia da Informação planejadas para o ano de 2016 sofreram impacto pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela Empresa. Ainda assim, foi possível avançar em quatro relevantes ações, quais sejam:				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de um novo ciclo da análise dos riscos de TI já associados aos processos de negócio da Companhia;</li> <li>• Realização piloto do primeiro ciclo da Gestão da Continuidade dos Serviços de TI, contemplando o serviço de TI que operacionaliza o Sistema de Tributos;</li> <li>• Treinamentos relativos às contratações de TI frente ao estabelecido pela IN – SLTI/MP 4/2010;</li> <li>• Implantação piloto de 16 acordos de nível de serviço fruto da estruturação do processo de monitoramento e controle da qualidade e do processo de avaliação da satisfação com o atendimento e da qualidade percebida pelo cliente.</li> </ul>				

## **8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno**

No exercício de 2016 não foram recebidas recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU.

No decorrer do ano foram realizadas duas auditorias pela CGU, sendo uma para avaliação do grau de maturidade do Programa de Integridade da Companhia e outra para avaliação da gestão dos recursos repassados pela Chesf à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf.

Como resultado da Auditoria de avaliação do Programa de Integridade foi recebido Relatório de Auditoria sem recomendações contendo, apenas, Sugestões de Melhoria, que não são consideradas pela CGU para inserção no Plano de Providências Permanente – PPP da Companhia.

Quanto ao trabalho realizado na Fachesf, ainda não foi recebido o Relatório de Auditoria.

A sistemática de acompanhamento das recomendações ocorre conforme descrito a seguir.

Após o encerramento dos trabalhos de auditoria, a CGU encaminha à Presidência da Chesf, por meio de ofício, o Relatório de Auditoria contendo suas constatações e recomendações, juntamente com o modelo de Plano de Providências Permanente – PPP a ser preenchido pela Companhia.

O Relatório de Auditoria e o modelo de PPP são despachados à Auditoria Interna, que os distribui às áreas responsáveis pelo preenchimento do PPP com os planos de ação elaborados para atendimento das recomendações, de acordo com suas competências.

A Auditoria Interna consolida o PPP e o encaminha ao Gabinete da Presidência para envio à CGU por meio de correspondência e cadastra as constatações, recomendações, planos de ação e respectivos prazos em sistema informatizado.

A partir deste ponto a Auditoria Interna passa a monitorar, de acordo com os prazos estabelecidos no PPP, a execução dos planos de ação elaborados pelas áreas responsáveis.

À medida que a execução dos planos de ação é concluída o sistema informatizado é atualizado com as informações pertinentes.

Os documentos relativos a esses processos são arquivados em meios físico e digital. Periodicamente, a Auditoria Interna realiza trabalho de certificação do atendimento às recomendações da CGU relativas a trabalhos realizados no(s) exercício(s) anterior(es), e emite um Relatório de Auditoria com o resultado dessa certificação.

Registra-se que no exercício de 2016 a CGU implantou o denominado Sistema “Monitor”, para acompanhamento dos Planos de Providência Permanente – PPP. Este novo Sistema trará alterações nos procedimentos de tratamento das recomendações da CGU a partir dos próximos relatórios recebidos pela Companhia.

### **8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

Em 2016, não foi instaurada comissão para tomada de contas especial. No entanto, neste exercício, foi concluído o trabalho da comissão instituída pela Portaria PR-06/2015, de 12.01.2015, que resultou no relatório de tomada de contas especial nº 001/2016.

### **8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993**

Os contratos firmados pela Chesf oriundos de processo de licitação, a luz da lei 8.666, estabelecem os prazos regulamentares, previstos no referido instrumento legal, para pagamento de seus fornecedores, nunca superiores a 30 dias;

A Chesf possui Instruções Normativas específicas para o processo de pagamentos de Notas Fiscais de fornecedores de bens e serviços, Instruções essas que contem informações necessárias para que a tramitação do documento na Companhia respeite o prazo legal de vencimento. As Notas Fiscais recebidas pela Companhia passam pelo processo de validação e são encaminhadas à área financeira 07 dias antes do vencimento (regra geral), para que a Tesouraria possa cumprir a cronologia requerida em Lei.

Ainda em respeito à determinação legal, a Chesf prioriza a contratação de pequenas empresas e adota, para tais fornecedores, prazos menores de pagamento. A Chesf executa os pagamentos a fornecedores adotando a cronologia de vencimento como critério regulamentar.

### **8.5 Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

**Quadro 19 - Despesas com publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Campanhas de publicidade interna e TV Chesf	1.573.211,00	1.573.211,00
Legal	publicações legais em jornais de grande circulação e Diários Oficiais da União e dos Estados	1.829.414,00	1.829.414,00
Mercadológica	Pesquisas	0,00	0,00
Utilidade pública	Campanhas de redução de vazão, combate a queima de cana de açúcar e vandalismo	849.963,00	849.963,00

<b>Contrato</b>	<b>Publicidade</b>	<b>Empresa Contratada</b>	<b>Valor Contratado (não reajustado)</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valores desembolsados acumulados (reajustados)</b>
CTNE922012021000	Institucional	RTM Multi Publicações	912.000,00	07/08/2017	769.873,76
CTNE922011490000	Legal	Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	12.000.000,00	16/03/2017	6.625.308,09
CTNE922013036000	Institucional e Utilidade Pública	Morya Comunicação e Propaganda Ltda.	9.576.000,00	11/02/2018	11.814.630,20

Obs: As informações na coluna " valores desembolsados" referem-se aos valores pagos das parcelas relativas aos valores contratados (básicos) somados aos reajustes até 31.12.16

a) A RTM Multi Publicações atende a Chesf através do contrato CTNE 92.2012.0210.00 realizando serviços de produção, reportagem e edição de matérias jornalísticas e vídeos institucionais, para divulgação interna e externa, sobre as atividades, ações e outras informações institucionais da empresa. Até o momento, a Multicomunicação vem superando as expectativas em um número considerável de serviços prestados e produtos finalizados.

b) A Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, através do contrato CTNE 92.2011.4900.00 realiza serviços de publicidade legal com veiculação em diversos jornais do país, vem atendendo satisfatoriamente e com agilidade na execução do contrato, correspondendo às necessidades da Companhia.

c) A Morya Comunicação e Propaganda Ltda. atende a contento à Chesf através do contrato CTNE 92.2013.0360.00 voltado à realização de serviços de Publicidade e Propaganda que tem como objeto o planejamento de comunicação e mídia, a conceituação e a criação de campanhas institucionais internas, externas e de utilidade pública, bem como, a supervisão e acompanhamento da produção de peças gráficas e compras/inserção de mídia em fornecedores e veículos contratados.



**Ministério de Minas e Energia**  
**Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras**  
**Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf**

# **Relatório de Gestão do Exercício 2016**

## **Anexos**

**Recife**  
**Mai 2017**





## Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI

Número : **RN-01/2013 OI-73**  
Sistema : **ORGANIZAÇÃO E INFORMAÇÃO**  
Sub-Sistema :  
Vigência : **24/08/2016**  
Emissão : **19/09/2016**  
Edição : **4ª**  
Aprovado : **JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS**  
Cargo : **DIRETOR-PRESIDENTE**  
Assunto : **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PRESIDÊNCIA - PR**

---

A Diretoria Executiva da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em reunião de 08 de agosto de 2016, estabeleceu atualização desta Resolução Normativa, conforme Decisão de Diretoria - DD Nº 41.05/2016 e de acordo com a Deliberação - DL nº 501.03/2016 emitida em reunião realizada em 24 de agosto de 2016, considerando a necessidade de aprimorar os modelos funcional, estrutural e organizacional da Presidência - PR, adequando-os a conjuntura atual,

### RESOLVEU

1. Criar a Coordenadoria de Conformidade, Controle Interno e Gestão de Riscos - CCR.
2. Alterar a nomenclatura da Coordenadoria de Planejamento Empresarial, Controle Interno, Gestão de Riscos e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - CPP para Coordenadoria de Planejamento Empresarial, Inovação e Sustentabilidade - CPP, transferindo as atividades de Gestão de Riscos e de Controle Interno para a Coordenadoria de Conformidade, Controle Interno e Gestão de Riscos - CCR.
3. Alterar a nomenclatura da Coordenadoria de Relações Institucionais e Sustentabilidade - CER para Coordenadoria de Relações Institucionais - CER, transferindo as atividades de Sustentabilidade para a Coordenadoria de Planejamento Empresarial, Inovação e Sustentabilidade - CPP.
4. Criar o Órgão Ouvidoria.
5. Emitir a presente Resolução Normativa com a Estrutura Organizacional da Presidência - PR devidamente atualizada, até a presente data, consubstanciada nos seguintes anexos:

- Anexo I - Funções Básicas da Presidência - PR;
  - Anexo II - Organograma da Presidência - PR.
6. Determinar que em respeito ao compromisso da Companhia com a política de equidade de gênero do Governo Federal, fica explicitado que os termos porventura utilizados nesta norma como funcionários, empregados, beneficiários e similares que estejam referidos pelo termo genérico representativo do masculino, referem-se a todo o coletivo, o que inclui mulheres e homens.
  7. Determinar que, para atendimento desta Resolução Normativa, serão garantidos direitos iguais a todos os seus empregados, sendo a Chesf contrária a qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência, etnia, raça/cor, gênero, idade, estado civil, religião, condições de saúde, orientação sexual, origem social ou regional, opinião política ou qualquer outra condição de diferença.
  8. Determinar que ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a 3ª edição de igual número emitida em 27 de abril de 2015.

\* \* \*

## ANEXO I

### FUNÇÕES BÁSICAS

#### PRESIDÊNCIA - PR

Responsável pela administração geral da Companhia.

#### AUDITORIA INTERNA - AUD

1. Superintender as atividades de auditoria interna, de modo a verificar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela Companhia;
2. Assessorar a alta administração da Chesf, no que se refere aos assuntos de auditoria e controle interno, oferecendo subsídios à administração da Companhia para tomada de decisões, através de relatórios e pareceres conclusivos;
3. Interagir com autoridades do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria-Geral da União - CGU, nos assuntos de interesse da Companhia;
4. Interagir com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Chesf para assuntos pertinentes a auditoria e controle interno.
5. Revisar e avaliar a adequação e a funcionalidade dos sistemas de controle contábeis, financeiros e operacionais, contribuindo para sua maior eficiência e eficácia;
6. Implantar as diretrizes para a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, estabelecidas pelos órgãos de controle interno e externo;
7. Superintender as ações de auditoria necessárias ao cumprimento do PAINT aprovado pela CGU e pelo Conselho de Administração da Chesf;
8. Superintender, no âmbito da Chesf, o atendimento à CGU, ao TCU e aos demais órgãos de controle;
9. Participar das ações de integração com as auditorias internas das empresas do Sistema Eletrobras.

Quanto às atividades de Planejamento, Gestão e Atendimento aos Órgãos de Controle:

10. Desenvolver e executar as atividades de planejamento, gestão da Auditoria Interna e atendimento a Órgãos de Controle;
11. Elaborar o PAINT, que definirá a programação dos trabalhos da Auditoria Interna para um determinado exercício, em conformidade com a legislação e os instrumentos normativos vigentes;
12. Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN, com as informações pertinentes ao exercício, em conformidade com a legislação e os instrumentos normativos vigentes;
13. Elaborar o Parecer de Auditoria sobre a Prestação Anual de Contas da Chesf;
14. Organizar o Processo Anual de Contas a ser apresentado à CGU, em conformidade com normas específicas emanadas do TCU e da CGU;
15. Realizar a manutenção dos procedimentos e da padronização dos documentos de Auditoria Interna;
16. Verificar a conformidade das solicitações de viagens internacionais do interesse da Chesf, em consonância com a legislação e os instrumentos normativos vigentes;
17. Realizar e acompanhar ações visando à integração de tecnologias, procedimentos, atualização profissional e capacitação dos auditores internos, com vistas, também, à uniformização técnico-profissional com as Auditorias Internas das empresas do Sistema Eletrobras;

18. Operacionalizar, no âmbito da Chesf, o atendimento à CGU, ao TCU, à Eletrobras e aos demais Órgãos de Controle, no que concerne às solicitações de informações, diligências e auditorias realizadas por tais órgãos;
19. Acompanhar o atendimento às solicitações de auditoria ou fiscalização, emitidas pelas equipes dos órgãos de controle interno e externo durante a execução dos trabalhos na Chesf, bem como prestando o apoio administrativo requerido;
20. Realizar o monitoramento das ações destinadas ao atendimento das determinações e recomendações emanadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, no âmbito da Chesf;
21. Manter acompanhamento das ações adotadas na Chesf para cumprimento das recomendações da Auditoria Interna;
22. Realizar acompanhamento da implementação das determinações contidas em Decisões de Diretoria, decorrentes de Comissões de Sindicância;
23. Sistematizar e atualizar continuamente as informações que permitam manter o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal inteirados a respeito das ações empreendidas para atendimento às solicitações, recomendações e determinações dos órgãos de Controle Interno e Externo, bem como às recomendações da Auditoria Interna;
24. Elaborar e acompanhar o orçamento da Auditoria Interna; Encaminhar bimestralmente os Relatórios de Auditoria emitidos à CGU, em atendimento às normas específicas.

Quanto às atividades de Auditoria Operacional:

25. Realizar os trabalhos de auditoria interna previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, e emitir relatórios indicando as não conformidades constatadas e as recomendações para corrigi-las;
26. Executar os testes dos controles internos chaves e dos processos significativos, mapeados para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley - SOX, de negócio e de tecnologia de informação, de forma a assegurar sua efetividade, em consonância com as orientações da Eletrobras e da Auditoria Independente;
27. Realizar trabalhos especiais de auditoria, não previstos no PAINT, determinados pela alta administração;
28. Participar de trabalhos de auditoria em empresas do Sistema Eletrobras, mediante convocação da Auditoria Interna da Holding;
29. Acompanhar a aplicação de homens-hora nos trabalhos de auditoria.

#### **OUVIDORIA - OUV**

1. Receber, analisar e responder solicitações, sugestões, elogios, reclamações, denúncias, críticas e elogios, oriundas do público interno e externo, referentes a procedimentos e ações da Companhia;
2. Encaminhar a manifestação recebida ao setor competente e manter o interessado informado sobre as providências adotadas;
3. Promover interação com os órgãos que integram a Chesf, bem assim entre eles visando o atendimento das demandas e o aperfeiçoamento dos serviços;
4. Manter canal de comunicação pessoal e interativo com o público interno e externo, aproximando a direção da Chesf ao seu público de relacionamento;
5. Com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos, sugerir ou recomendar a adoção de medidas visando o aprimoramento e a otimização das atividades e dos processos da Companhia e a manutenção dos princípios éticos empresariais;
6. Representar os interesses das partes interessadas junto à Companhia quando pertinente e necessário para apresentação de resposta adequada a questionamentos ou outras demandas;
7. Propugnar pelo aprimoramento da qualidade dos serviços prestados

- pela Chesf;
8. Buscar a satisfação do público que utiliza, direta ou indiretamente, os serviços prestados pela Companhia;
  9. Manter a Diretoria adequadamente informada sobre os indicativos de satisfação de todas as partes interessadas;
  10. Atuar como instrumento de interação entre a Chesf, o ambiente externo e o interno;
  11. Elaborar, semestralmente, ou quando solicitado, relatórios sobre as manifestações recebidas para a Diretoria da Chesf;
  12. Administrar e consolidar informações para alimentação, no Portal da Chesf, do subcanal Ouvidoria;
  13. Consolidar as informações recebidas para atendimento ao Portal da Chesf, subcanal Acesso à Informação;
  14. Consolidar as informações recebidas para atendimento à Página de Transparência Pública e enviá-las para a CGU;
  15. Consolidar as principais perguntas e respostas e demais informações para atendimento a transparência ativa e publicá-las no Portal da Chesf, subcanal Acesso à Informação.

#### **COORDENADORIA DO ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA - CBR**

1. Representar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, em Brasília, nos contatos com instituições públicas, privadas e com o público em geral, sobre assuntos de interesse da Companhia. Prestar ao Presidente e demais Diretores, assistência em todos os assuntos ligados aos Ministérios e demais órgãos Públicos sediados em Brasília;
2. Acompanhar processos de ordem administrativa de interesse da Companhia junto a Ministérios e demais órgãos da Administração Federal com sede em Brasília;
3. Acompanhar perante os Tribunais Superiores da República, inclusive o Tribunal de Contas da União, recursos de qualquer natureza de interesse da Chesf;
4. Prestar apoio e assistência aos funcionários da Companhia em atividades institucionais na Capital Federal;
5. Prover a infra-estrutura logística necessária para execução de atividades institucionais dos funcionários da Companhia quando na Capital Federal;
6. Exercer outras atividades que vierem a ser delegadas pelo Presidente, necessárias ao cumprimento de suas funções de representante da Companhia em Brasília.

#### **COORDENADORIA DE CONFORMIDADE, CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS - CCR**

Quanto às atividades de Conformidade (Compliance):

1. Assegurar o cumprimento e disseminação do Programa de Compliance;
2. Realizar revisões periódicas do Programa de Compliance, de modo a assegurar seu cumprimento no que diz respeito às leis aplicáveis e políticas das Empresas Eletrobras;
3. Adotar as providências necessárias para tratamento de denúncias de fraude/corrupção ou quaisquer informações ou alegações referentes a violações do Programa de Compliance, conforme procedimentos previstos no Manual de Compliance;
4. Responder a perguntas dos Colaboradores sobre qualquer aspecto do Programa de Compliance ou outras questões relacionadas à sua observância, e encaminhar questões não resolvidas ou sugestões de aprimoramento para a Comissão Diretiva de Compliance das Empresas Eletrobras;
5. Supervisionar e envolver-se na verificação legal (due diligence) sobre os Fornecedores, Representantes e todas as partes de qualquer joint venture, de acordos de cooperação, ou outras combinações de empresas que envolvam as Empresas Eletrobras;
6. Apresentar a política de Compliance da Empresa para os parceiros

- de joint venture e pedir que adotem registros contábeis precisos e controles internos;
7. Reportar mensalmente às instâncias de governança corporativa da companhia os casos de denúncia de violação do Programa de Compliance;
  8. Promover a cultura de integridade corporativa na Companhia;
  9. Informar tempestivamente à Auditoria Interna e à Área de Controles Internos a ocorrência de violações ao Programa de Compliance para que sejam aprimorados controles que evitem reincidência;
  10. Participar das reuniões da Comissão Diretiva de Compliance, que é coordenada pela Eletrobras com a participação de todas as empresas do grupo, para alinhamento das diretrizes e ações do Programa de Compliance;
  11. Encaminhar mensalmente ao Gerente de Compliance da Holding os casos de denúncia de violação do Programa de Compliance para efeito de reporte às instâncias de governança corporativa da Holding, bem como questões genéricas de aplicabilidade, treinamento e outras questões que tenham emergido no período;
  12. Cumprir outras obrigações relativas ao Programa de Compliance determinadas pela Comissão Diretiva de Compliance das Empresas Eletrobras.

Quanto às atividades de Controles Internos e Gestão de Riscos

13. Planejar e coordenar as atividades de controles internos e de gestão integrada de riscos, em alinhamento com a Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras;
14. Apoiar as áreas de negócios da Companhia na revisão e aprimoramento dos controles internos e na aplicação da metodologia de gestão de riscos;
15. Coordenar as atividades no âmbito do processo anual de certificação SOX, em conjunto com a Holding Eletrobras, para assegurar o atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley;
16. Coordenar o Comitê de Riscos da Chesf;
17. Propor revisões e atualizações da Política e da Matriz de Riscos, em conjunto com o Comitê de Riscos e com as Empresas Eletrobras, para aprovação pela Diretoria Executiva;
18. Propor, em conjunto com o Comitê de Riscos, a priorização dos riscos a serem analisados na Companhia, para aprovação pela Diretoria Executiva;
19. Viabilizar a análise, pelas áreas de negócios da Chesf, dos riscos priorizados pela Diretoria da Eletrobras (riscos empresariais);
20. Propor ações de melhoria de processos para redução dos riscos e monitorar o cumprimento dos planos de ação definidos junto com os gestores dos riscos;
21. Promover a cultura de controle interno e de gestão de riscos corporativos;
22. Dotar a Alta Administração da Companhia com informações estratégicas nas discussões referentes à gestão de riscos corporativos e do ambiente de controles internos da Chesf;
23. Compatibilizar as informações sobre Controles Internos e Gestão de Riscos para comunicação corporativa;
24. Representar a Chesf no Comitê de Riscos das Empresas Eletrobras.

#### **COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - CER**

Quanto às atividades de Relações Institucionais:

1. Assessorar a Presidência na formulação das políticas, planos estratégicos e diretrizes de Comunicação Empresarial da Chesf;
2. Planejar, executar, supervisionar e aprimorar ações e procedimentos técnicos de comunicação destinados a manter permanente integração da Chesf com seu público interno e externo;
3. Supervisionar as atividades de comunicação na Chesf (orientando sua descentralização), bem como desenvolver e explorar novas

- tecnologias e técnicas de comunicação, atualizando-se permanentemente;
4. Apoiar, com recursos e técnicas de comunicação e marketing, as ações administrativas e as relações empresariais da Chesf;
  5. Gerenciar e aprimorar os canais internos e externos de comunicação.
  6. Manter contatos permanentes com a mídia para divulgação de ações da Chesf, bem como cuidar da imagem institucional da Empresa nos meios de comunicação;
  7. Planejar e gerenciar a publicidade institucional, mercadológica e legal da Chesf;
  8. Elaborar e divulgar peças de comunicação de caráter interno e externo;
  9. Planejar, coordenar e executar promoções oficiais, sociais, culturais e comemorativas da Empresa;
  10. Programar e coordenar visitas às instalações da Companhia;
  11. Organizar e manter documentação relativa à história da Companhia (Memória Chesf) e arquivo de notícias divulgadas em meios externos e internos;
  12. Realizar a gestão do processo de patrocínio de acordo com a Política de Patrocínio da Chesf.

Quanto às atividades de Responsabilidade Social para a Comunidade:

13. Propor ao Comitê de Sustentabilidade critérios e procedimentos relativos à Seleção e Gestão de Projetos Sociais para a comunidade, a serem aprovados pela Diretoria Executiva;
14. Verificar a compatibilidade das propostas de projetos com os critérios aprovados pela Diretoria Executiva;
15. Gerir o orçamento de Responsabilidade Social para a comunidade considerando os critérios de distribuição definidos pelo Comitê de Sustentabilidade;
16. Orientar, monitorar e acompanhar a realização dos projetos sociais da Companhia;
17. Administrar contratos, convênios e termos de parceria de projetos para a comunidade, originados na Presidência;
18. Promover o Voluntariado.

#### **COORDENADORIA DE GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES - CGP**

1. Coordenar o processo de gestão das participações da Chesf em sociedades de propósito específico - SPEs, contemplando a formalização das SPEs; a gestão dos atos societários; o acompanhamento do desempenho das SPEs e dos planos de negócio; e a análise da carteira de participações;
2. Coordenar o processo dos atos societários das Sociedades de Propósito Específico - SPEs;
3. Instruir e encaminhar os processos de governança das SPEs de competência da PR;
4. Monitorar o desempenho físico, econômico-financeiro e operacional, consolidando informações dos planos de negócio e indicadores das SPE para acompanhamento e controle da Alta Administração;
5. Realizar análise estratégica dos resultados das participações acionárias;
6. Interagir com as SPEs e atuar na matriz de relacionamento da Coordenadoria com as demais áreas de negócio envolvidas no processo;
7. Dar suporte aos conselheiros das SPEs representantes da Chesf;
8. Manter atualizados os arquivos com os relatórios de obra e de operação, documentos financeiros, planos de negócios e documentos societários das SPEs.

#### **COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE -**

## CPP

1. Planejar, acompanhar, controlar e avaliar as ações da Coordenadoria.

Quanto às atividades de Planejamento Empresarial:

2. Assessorar, supervisionar, instrumentalizar e coordenar os processos de formulação, controle, acompanhamento e divulgação do planejamento empresarial da Chesf, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva;
3. Coordenar a definição metodológica, implantação e gestão dos indicadores do planejamento empresarial, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva;
4. Dar suporte à Diretoria Executiva da Chesf no processo de controle e acompanhamento do Planejamento Empresarial;
5. Propor e acompanhar a implantação, em conjunto com as Diretorias, de medidas que permitam promover a excelência da gestão empresarial e o alinhamento da Chesf às melhores práticas de gestão, segundo uma visão sistêmica da Companhia, com foco na realização de resultados e na aprendizagem organizacional em gestão;
6. Executar a coordenação das atividades de análise periódica do desempenho do Planejamento Empresarial da Chesf, assegurando a realização do ciclo completo do processo de gestão;
7. Promover o relacionamento com centros de excelência na área de planejamento empresarial, viabilizando o intercâmbio de informações;
8. Prover suporte técnico-metodológico no desenvolvimento das atividades relativas à promoção de estudos estratégicos;
9. Coordenar os estudos e a aplicação de Pesquisas de Satisfação dos Clientes Externos, bem como acompanhar os Planos de Ação decorrentes;
10. Representar a Companhia nos comitês vinculados ao Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobrás;
11. Manter o alinhamento estratégico dos programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica com o Planejamento Empresarial;
12. Elaborar e controlar a execução da agenda anual do processo de planejamento empresarial;
13. Monitorar os Escritórios de Projeto - PMO (Project Management Office);
14. Fazer a gestão do CMDE - Contrato de Metas de Desempenho Empresarial, reportando os resultados dos indicadores para a Eletrobras, para a alta administração da Chesf e para o público interno;
15. Elaborar e monitorar os resultados do PNG - Plano de Negócios e Gestão da Chesf, em alinhamento com o PDNG - Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras.

Quanto às atividades de Inovação:

16. Fomentar junto às diversas áreas da Companhia um ambiente inovativo, favorável à formulação e proposição de ideias, alicerçando o desenvolvimento de projetos inovadores, produzindo benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais gerando e agregando valor para a Companhia e para toda a sociedade;
17. Fazer gestões no sentido de manter o alinhamento estratégico dos Programas de Inovação Tecnológica e de Pesquisa, Desenvolvimento com o Planejamento Estratégico da Companhia, buscando o desenvolvimento dos projetos abrangendo toda a cadeia de inovação tecnológica;
18. Representar a Companhia, no tocante às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação junto à ANEEL, à Eletrobras, ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, à Associação Nacional de

- Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras - ANPEI, e outros órgãos, entidades de pesquisa e empresas do setor elétrico e tecnológico;
19. Subsidiar a Diretoria Executiva e o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na formulação das políticas e diretrizes para a Gestão da Inovação, da Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico;
  20. Assegurar o completo atendimento as diretrizes e orientações da Lei N° 9.991/2000 e outras leis afetas a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e de Propriedade Industrial e Intelectual, respondendo diretamente a Diretoria Executiva e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a outros órgãos reguladores e fiscalizadores;
  21. Atuar para o reconhecimento do empregado inovador com o apoio da Superintendência de Recursos Humanos e da Diretoria Executiva;
  22. Promover e estimular a identificação de talentos internos, identificando ideias inovadoras que gerem benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais, com o apoio do Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e dos Representantes Setoriais de P&D+I de cada Superintendência e Gerência Regional;
  23. Promover a identificação de recursos financeiros ou econômicos externos que alavanquem o desenvolvimento dos projetos inovadores;
  24. Estreitar o contato e o relacionamento com as entidades de pesquisas parceiras, buscando a identificação de novos parceiros fomentando um ambiente propício para a execução e o sucesso dos projetos inovadores;
  25. Definir a melhor estratégia e escopo de Chamadas Públicas para seleção de propostas de projetos das entidades de pesquisa do país, com ou sem fins lucrativos, em parceria ou de forma isolada, buscando atender os objetivos e benefícios descritos nas ideias priorizadas pelo Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
  26. Diligenciar as ações necessárias buscando agilizar o processo de contratação dos projetos, no âmbito da Companhia e das entidades proponentes;
  27. Definir o melhor modelo de instrumentos contratuais para execução dos projetos, com o apoio e parceria do Departamento Jurídico e da Superintendência de Suprimento;
  28. Acompanhar a execução, monitoramento, análise crítica e fiscalização dos projetos, no âmbito da Companhia, com apoio da Diretoria Executiva, do Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e dos Representantes Setoriais de P&D+I de cada Superintendência e Regional, adotando ações necessárias para o completo atendimento das leis vigentes;
  29. Coordenar o orçamento e a realização financeira atinente ao que determina a Lei N° 9.991/2000, às carteiras de projetos do CEPEL e de outras entidades eventualmente constituídas;
  30. Avaliar e classificar, juntamente com as áreas técnicas internas, os resultados decorrentes de atividades e projetos inovadores para atendimento às disposições das Leis N° 9.991/2000 e 10.973/2004, regulamentada pelos Decretos N°3.867/2001 e N° 5.563/2005, articulando com o apoio direto da Diretoria Executiva, do Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e das respectivas áreas técnicas a disseminação do conhecimento gerado e a implantação dos resultados alcançados pelos projetos;
  31. Identificar em parceria com as áreas técnicas internas necessidade de continuidade dos projetos, atuando na formatação do processo para possibilitar seu desenvolvimento;
  32. Coordenar, com o apoio e participação das áreas técnicas que desenvolveram a solução tecnológica, a identificação e mensuração do potencial de replicação interna e de exploração de mercado e da relevância para encaminhamento da tecnologia para processo de patenteamento e posterior processo de transferência ou licenciamento tecnológico;
  33. Promover as ações de transferência de tecnologia, licenciamento, industrialização e comercialização, direta ou indiretamente, mediante celebração de instrumentos contratuais e congêneres, e

- diligenciar toda e qualquer iniciativa que vise esse propósito, juntamente com o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com aprovação pela Diretoria Executiva;
34. Fazer a gestão sobre o processo de Propriedade Industrial (patente, marca, desenho industrial e direito autoral) e da transferência ou licenciamento tecnológico, sobre os resultados dos projetos, mantendo a guarda dos respectivos documentos gerados;
  35. Adotar junto ao Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPEL, todas as ações necessárias para a aprovação e acompanhamento dos projetos constituintes da Carteira de Projetos Institucionais, bem como à fiscalização da execução dos mesmos nas suas instalações, tudo em comum acordo e com o devido apoio das áreas técnicas envolvidas na Chesf, contando com o apoio do Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Representantes Setoriais de P&D+I das Superintendências e Gerências Regionais;
  36. Realizar atividades para divulgação interna e externa dos resultados alcançados pelos Programas de Inovação Tecnológica e de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia.

Quanto às atividades de Sustentabilidade Empresarial:

37. Propor políticas e diretrizes de Sustentabilidade para deliberação do Comitê de Sustentabilidade e aprovação da Diretoria Executiva;
38. Adotar e disseminar as políticas e diretrizes de Sustentabilidade da Companhia propostas pelo Comitê de Sustentabilidade e aprovadas pela Diretoria Executiva;
39. Propor forma, conteúdo e procedimentos para elaboração dos relatórios anuais da Chesf;
40. Consolidar os relatórios anuais da Chesf e questionários e pesquisas referentes à Sustentabilidade Empresarial;
41. Compatibilizar as informações para o Relatório Socioambiental do Sistema Eletrobrás;
42. Promover a cultura da Sustentabilidade na Companhia;
43. Acompanhar os Indicadores econômico-financeiros, sociais e ambientais referentes à Sustentabilidade Empresarial e propor ações de melhoria a serem submetidas ao Comitê de Sustentabilidade;
44. Acompanhar os Planos de Melhoria direcionados à Sustentabilidade;
45. Coordenar o Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Chesf;
46. Representar a Chesf no Núcleo de Coordenadores de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras;
47. Compatibilizar as informações sobre Sustentabilidade para comunicação corporativa;
48. Dar suporte à área de Planejamento Empresarial na elaboração do Planejamento Estratégico Sustentável da Chesf.

#### **COORDENADORIA DE REGULAÇÃO - CRG**

1. Promover a gestão dos contratos de concessão;
2. Integrar a função Regulação na Empresa;
3. Promover a articulação junto aos órgãos reguladores, visando a operacionalização dos processos regulatórios na Empresa;
4. Articular junto a órgãos de Estado e entidades de classe visando a obtenção de condições mais favoráveis nos processos regulatórios.
5. Assessorar, instrumentalizar e coordenar os processos de controle e acompanhamento, relativos à Regulação na Chesf, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva;
6. Acompanhar alterações na legislação regulatória que estejam tramitando no Congresso, ou em Entidades do Setor;
7. Monitorar audiências e consultas públicas e articular a participação das áreas envolvidas visando obter condições mais favoráveis à Chesf;
8. Disseminar internamente atos regulatórios de interesse da Companhia;

9. Elaborar propostas de políticas, procedimentos e ações relativas à área regulatória que tragam melhorias aos resultados empresariais;
10. Atuar na integração dos processos de reajuste e revisão tarifários;
11. Apoiar as áreas técnicas na implementação de ações que evitem perdas na RAP - Receita Anual Permitida e na RAG - Receita Anual de Geração;
12. Definir e acompanhar os Indicadores que demonstrem os reais riscos da Regulação;
13. Propor e acompanhar a implantação, em conjunto com as Diretorias, de medidas que permitam promover a melhoria dos processos para adequar-se às regras regulatórias;
14. Acompanhar, no âmbito da Chesf, os processos de fiscalização oriundos da ANEEL;
15. Acompanhar programas de prevenção e correção de não conformidades que possam ensejar multas;
16. Acompanhar processos em trâmite na ANEEL;
17. Coordenar os processos decorrentes de documentações emitidas pela ANEEL para resposta da Chesf;
18. Organizar e manter documentação relativa às tratativas e processos junto à ANEEL;
19. Promover a cultura regulatória na Companhia.

#### **SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - SCE**

1. Planejar, coordenar, articular e metodizar as ações da Empresa junto a fornecedores, Distribuidores, Comercializadores e Consumidores no que se refere à comercialização de energia;
2. Gerenciar as transações no mercado, os contratos de energia, bem como as estratégias de comercialização;
3. Gerenciar ações mercadológicas, associadas às estratégias de comercialização;
4. Subsidiar as decisões referentes à expansão da oferta de energia;
5. Fornecer as informações para subsidiar o Programa de Manutenção da Geração.

#### **DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - DCE**

1. Coordenar os estudos e cenários atinentes à expansão da geração;
2. Coordenar a elaboração dos estudos de projeção para identificar produtos e serviços demandados pelo mercado, para subsidiar a definição do mercado alvo e fornecer informações para estudos eletroenergéticos;
3. Coordenar os estudos para subsidiar a definição do mercado alvo com base nos riscos e benefícios associados ao sistema de geração da empresa;
4. Coordenar a participação e o acompanhamento dos estudos de inventário e viabilidade associados à incorporação de novas fontes de geração de interesse da Empresa;
5. Coordenar os estudos para subsidiar a definição das energias asseguradas das usinas hidrelétricas da Companhia;
6. Gerenciar a elaboração dos cenários de preços e demais parâmetros, com o objetivo de subsidiar as estratégias de comercialização da Empresa no curto, médio e longo prazos;
7. Coordenar a análise das alternativas de modalidades de oferta de energia;
8. Coordenar a avaliação dos produtos e serviços a ofertar ao mercado quanto aos diversos riscos a que estarão submetidos, bem como aos benefícios a serem auferidos;
9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

#### **DIVISÃO DE ESTUDOS ENERGÉTICOS E CENÁRIOS PARA COMERCIALIZAÇÃO - DPEC**

1. Acompanhar, analisar e elaborar estudos e cenários atinentes à expansão da geração;
2. Elaborar estudos de projeção para identificar produtos e serviços demandados pelo mercado, para subsidiar a definição do mercado alvo e fornecer informações para estudos eletroenergéticos;
3. Acompanhar e analisar o planejamento e a programação energética, com vistas a gerar informações para subsidiar as decisões de comercialização;
4. Analisar alternativas de modalidades de oferta de energia;
5. Acompanhar e participar dos estudos de inventário e viabilidade associados à incorporação de novas fontes de geração de interesse da Empresa;
6. Realizar estudos para subsidiar a definição das energias asseguradas das usinas hidrelétricas da Companhia;
7. Fornecer informações inerentes à área para subsidiar a elaboração do Plano Anual de Operação, do Programa Mensal de Operação - PMO e do Programa Diário de Geração - PDG;
8. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

#### **DIVISÃO DE ESTUDOS DE PREÇOS E RISCOS PARA COMERCIALIZAÇÃO - DPRC**

1. Elaborar cenários de preços e demais parâmetros, com o objetivo de subsidiar as estratégias de comercialização da Empresa no curto, médio e longo prazos;
2. Avaliar os produtos e serviços a ofertar ao mercado quanto aos diversos riscos a que estarão submetidos, bem como aos benefícios a serem auferidos;
3. Subsidiar a definição de mercado alvo, com base nos riscos e benefícios associados ao sistema de geração da Empresa;
4. Participar e acompanhar nos foros de desenvolvimento e atualizações de modelos computacionais ligados à área comercial, junto à CCEE, e de precificação, com o objetivo de referendar tais modelos no âmbito da Chesf;
5. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

#### **DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COMERCIAIS - DRC**

1. Coordenar a gestão dos contratos de comercialização de energia, atinentes à sua área de atuação, bem como prestar suporte técnico/operacional aos clientes;
2. Coordenar a gestão dos processos de contabilizações das transações de energia da Empresa;
3. Coordenar o registro dos dados de oferta, contratos e medições, bem como as informações, inclusive as referentes à modelagem do sistema eletroenergético da Chesf, necessárias às contabilizações centralizadas das transações de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
4. Gerenciar o acompanhamento dos contratos, os segmentos de mercado e as informações comerciais de interesse para a comercialização de energia da Empresa;
5. Gerenciar o sistema de acompanhamento dos contratos, do mercado e de informações comerciais;
6. Coordenar a atuação no mercado de tempo real, de forma a gerenciar a exposição do portfólio de contratos de energia da Empresa;
7. Coordenar a atualização do cadastro de clientes da Companhia, bem como o cadastro de medição junto à CCEE;
8. Analisar os preços de energia, os índices do mercado e das empresas para subsidiar as transações de compra e venda de energia;

9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

#### **DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA NO AMBIENTE LIVRE - DPCL**

1. Gerenciar os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre - ACL, atinentes à sua área de atuação, bem como prestar suporte técnico/comercial aos clientes;
2. Acompanhar os preços de energia, os índices do mercado e das empresas para subsidiar as transações de compra e venda de energia no ACL;
3. Gerenciar os processos de contabilizações das transações de energia da Empresa;
4. Registrar os contratos e as informações do ambiente regulado, necessárias às contabilizações centralizadas das transações de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
5. Registrar dados de oferta e medições, bem como as informações referentes à modelagem do sistema eletroenergético da Chesf;
6. Acompanhar os contratos, os segmentos de mercado e as informações comerciais de interesse para a comercialização de energia da Empresa;
7. Manter um sistema de acompanhamento dos contratos, do mercado e de informações comerciais;
8. Manter atualizado o cadastro de clientes da Companhia, bem como o cadastro de medição junto ao CCEE;
9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

#### **DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA NO AMBIENTE REGULADO - DPCR**

1. Gerenciar os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, atinentes à sua área de atuação, bem como prestar suporte técnico/comercial aos clientes;
2. Acompanhar os preços de energia, os índices do mercado e das empresas para subsidiar as transações de compra e venda de energia no ACR;
3. Gerenciar os processos de contabilizações das transações de energia da Empresa;
4. Registrar os contratos e as informações do ambiente regulado, necessárias às contabilizações centralizadas das transações de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
5. Acompanhar os contratos, os segmentos de mercado e as informações comerciais de interesse para a comercialização de energia da Empresa;
6. Manter um sistema de acompanhamento dos contratos, do mercado e de informações comerciais;
7. Atuar no mercado de tempo real, de forma a gerenciar a exposição do portfólio de contratos de energia da Empresa;
8. Manter atualizado o cadastro de clientes da Companhia, bem como o cadastro de medição junto à CCEE;
9. Acompanhar e analisar as regras e procedimentos do mercado, a legislação e a regulamentação do setor na sua área de atuação.

## ANEXO II

### ORGANOGRAMA



Obs.: AUD - Subordinada hierarquicamente ao Conselho e Administração e, administrativamente, à Presidência.

---

Responsável pelo cadastramento : Fabiana Bezerra Queiroga

Data: 27/09/2016



**REGULAMENTO DA AUDITORIA  
INTERNA DA CHESF**



## **REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF**

### **Sumário**

Capítulo I – Da Finalidade.....	2
Capítulo II – Das Competências da Auditoria Interna da Chesf.....	2
Capítulo III – Da Organização da Auditoria Interna da Chesf .....	4
Capítulo IV – Disposições Gerais.....	5



## **REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF**

### **Capítulo I**

#### **Da Finalidade**

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as competências, a organização e as diretrizes da Auditoria Interna da CHESF, visando ao desenvolvimento de suas atividades, de acordo com os normativos vigentes e, principalmente, com as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR nºs 2 e 3, ambas de 31 de dezembro de 2010.

### **Capítulo II**

#### **Das Competências da Auditoria Interna da Chesf**

Art. 2º A Auditoria Interna da Chesf, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os controles e as operações da Companhia.

Art. 3º Compete à Auditoria Interna da Chesf:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, observadas a legislação e as normas internas vigentes;

II - atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da Companhia, zelando pelo cumprimento dos objetivos, das metas estabelecidas, da legislação e das normas



## **REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF**

internas vigentes, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade das ações;

III – avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o seu adequado gerenciamento;

IV - realizar auditorias internas verificando a regularidade e a eficácia dos serviços, recomendando as providências necessárias ao seu aprimoramento;

V - avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia;

VI - recomendar às Diretorias e/ou aos seus órgãos subordinados a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos;

VII – acompanhar e avaliar o cumprimento de suas recomendações ou determinações e daquelas emanadas pelos órgãos de controle interno e externo ou por outro órgão competente;

VIII - participar das reuniões do Conselho Fiscal e, quando convocada, do Conselho de Administração, para manifestação sobre assuntos de sua área de atuação;

IX - comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, qualquer irregularidade ou ilegalidade apurada no exercício de suas atribuições;

X - acompanhar, apoiar e manter relacionamento institucional com os órgãos de controle interno e externo: Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU;

XI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Companhia e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;

XII - submeter ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma



## **REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF**

estabelecidos nos normativos vigentes, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;

XIII - submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte ao exame do Conselho Fiscal e à aprovação do Conselho de Administração, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes;

XIV - encaminhar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos nos normativos vigentes, bem como ao Conselho Fiscal e, para aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia; e

XV - encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando os resultados dos trabalhos realizados, ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo estabelecido em normativo.

Art. 4º A Auditoria Interna da Chesf se restringe à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

Parágrafo Único. Os órgãos de direção podem fazer uso da Auditoria Interna da Chesf no assessoramento relativo às decisões importantes da Companhia.

### **Capítulo III**

#### **Da Organização da Auditoria Interna da Chesf**

Art. 5º A Auditoria Interna da Companhia é composta pelo Gerente, Assessores e por um corpo técnico capaz de atender às suas finalidades, devendo ser provida dos recursos materiais adequados, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

§1º A designação e a exoneração do titular da Auditoria Interna da Chesf devem ser submetidas, pela Diretoria Executiva, à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União - CGU.



## **REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF**

§ 2º É exigida como requisito básico para nomeação ao cargo de titular da Auditoria Interna a conclusão de curso de nível superior, além de comprovada experiência e competência para o seu exercício.

Art. 6º O titular da Auditoria Interna da Chesf deve ser substituído, em suas ausências e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna, designado de acordo com os normativos vigentes.

Art. 7º Os integrantes da Auditoria Interna da Chesf devem cumprir todas as normas aplicáveis aos demais empregados, inclusive o Código de Ética das Empresas Eletrobras.

### **Capítulo IV**

#### **Disposições Gerais**

Art. 8º Os trabalhos de auditoria devem ser realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico que estabeleça os objetivos dos exames, o universo a ser examinado e as técnicas apropriadas a empregar. Os resultados serão consubstanciados em relatórios de auditoria a serem encaminhados ao Diretor-Presidente que os remeterá às Diretorias responsáveis pela implementação das recomendações apresentadas.

§ 1º Constatando-se, no decorrer dos trabalhos, indícios do cometimento de irregularidades, deve ser dado o devido tratamento com vistas a permitir que os responsáveis possam adotar as providências cabíveis.

§ 2º Os trabalhos de auditoria devem levar em consideração as diretrizes estabelecidas em norma específica.

Art. 9º Caso a Auditoria Interna da Chesf, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão da especificidade ou singularidade da matéria, pode ser requerida a participação de outros empregados da Companhia.



## **REGULAMENTO DA AUDITORIA INTERNA DA CHESF**

Art. 10. Os integrantes da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, têm livre acesso a todas as dependências da Companhia, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser negado acesso, sob qualquer pretexto, a processos, documentos ou informações, devendo os mesmos serem tratados de forma confidencial e serem utilizados tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realizam.

Art. 11. Os integrantes da Auditoria Interna devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manter atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento de suas competências.

Parágrafo Único. Em função do caráter multidisciplinar da atividade de controle interno, o espírito de cooperação entre os integrantes da equipe deve prevalecer sobre posicionamentos pessoais, de maneira que cada um colabore com o seu conhecimento, talento e profissionalismo para agregar o máximo valor aos trabalhos realizados.

Art. 12. Objetivando o exercício pleno de suas competências, o corpo técnico da Auditoria Interna da Chesf deve ser submetido a programa permanente de capacitação técnica que abranja, inclusive, sua participação em treinamentos, com escopo de conhecimentos específicos das áreas auditáveis, devendo estar, ainda, atualizado sobre toda a legislação aplicável aos negócios da Companhia.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da  
**Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf**  
Recife – PE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf** (Entidade), referentes aos planos de benefícios previdenciários, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### a) Plano Fachesf-Saúde

Conforme comentado na nota explicativa 2.2, a Fachesf administra um plano de saúde, denominado Fachesf-Saúde, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na modalidade de autogestão, fazendo parte do conjunto de entidades fechadas de previdência complementar que, nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109/2001, foram autorizadas a continuar oferecendo aos seus participantes benefícios de assistência à saúde.

Os atos e fatos administrativos da gestão assistencial estão apresentados numa única rubrica totalizadora, demonstrada ao final de cada grupo contábil patrimonial e de resultados.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, relacionadas ao plano de assistência à saúde estão apresentadas separadamente, em atendimento às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Sobre essas demonstrações, emitimos relatório com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, datado de 27.01.2017, o qual apresenta ressalva quanto aos controles internos e contábeis mantidos para as contas médicas a pagar, que não permitem o registro contábil no momento da apresentação dessas contas, em atendimento ao princípio da competência.

#### b) Plano de Assistência Patronal – PAP – Convênio de Reciprocidade Chesf

A Fachesf administra Convênio de Reciprocidade com a Patrocinadora Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, cujo objeto trata da operacionalização pela Fachesf de benefícios oferecidos pela Chesf aos seus empregados (plano de assistência patronal à saúde, apólice de seguro de vida, reembolso de custo com creche, reembolso das despesas administrativas), todos constantes da política de recursos humanos da Chesf.

Considerando a natureza desse Convênio, os respectivos fatos são contabilizados no Plano de Gestão Administrativo Assistencial, porém não há qualquer relação com o Plano de Saúde executado pela Entidade, ou seja, a Fachesf operacionaliza os benefícios que compõem o Convênio e a Patrocinadora Chesf efetua o repasse para cobertura financeira. Dessa forma, nas demonstrações contábeis da Gestão Assistencial – ANS, em separado, constam somente informações dos eventos relacionados ao Plano de Saúde Fachesf-Saúde, registrado junto à Agência sob o número 31.723-3.

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE  
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter  
Fone: (81) 3467.4565  
www.phfaudidores.com.br

1

BELO HORIZONTE

Rua Goitacazes, 43 - Conjunto 705 - Centro - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30.190-050  
Fone: (31) 2510.7617  
www.phfaudidores.com.br

### c) Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC nºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram novas regras a partir do balanço do exercício 2015, relativos às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

(i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;

(ii) - estabelecido o conceito de "duração do passivo", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;

(iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "Ajuste de Precificação" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

As situações de equilíbrio técnico dos Planos de Benefício Definido - BD e de Contribuição Definida - CD (instituído na modalidade de contribuição variável), encontram-se deficitárias.

O déficit remanescente do Plano BD, encontra-se dentro do limite da Resolução CGPC nº 26/2008, não sendo necessário seu equacionamento ao longo do exercício de 2017.

O déficit do Plano CD encontra-se acima do limite da Resolução CGPC nº 26/2008. Com a inclusão do *Ajuste de Precificação*, o déficit enquadra-se ao limite legal, não sendo necessário seu equacionamento imediato. No entanto, há recomendação do atuário independente para que a Entidade proceda uma análise contínua do plano, visto que, caso não seja revertido o déficit nos próximos anos, deverá ser considerada uma contribuição extraordinária para equacionamento.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Salas 601/602 - Pina - Recife/PE  
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter  
Fone: (81) 3467 4565  
www.phfaudtores.com.br

Rua Goitacazes, 43 - Conjunto 705 - Centro - Belo Horizonte/MG  
CEP: 30.190-050  
Fone: (31) 2510.7615  
www.phfaudtores.com.br



BELO HORIZONTE

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

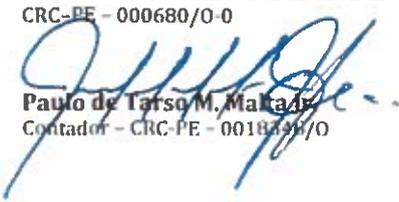
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Recife - PE, 27 de janeiro de 2017.

**PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC-PE - 000680/0-0



**Paulo de Tarso M. Malta**  
Contador - CRC-PE - 0018490/0

